UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ANNA KAROLINA MIRANDA OLIVEIRA

“O MESMO? QUE MESMO? AH, É MESMO...”
A DINAMICIDADE LINGÜÍSTICA DA CONSTRUÇÃO
REFERENCIAL *O MESMO* NA LÍNGUA PORTUGUESA

VERSÃO CORRIGIDA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

“O MESMO? QUE MESMO? AH, É MESMO...”
A DINAMICIDADE LINGUÍSTICA DA CONSTRUÇÃO
REFERENCIAL *O MESMO* NA LÍNGUA PORTUGUESA

VERSÃO CORRIGIDA

ANNA KAROLINA MIRANDA OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para fins de obtenção do título de Mestre.

Orientadora

Profa. Dra. Maria Célia Lima-Hernandes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2013

BANCA EXAMINADORA

MEMBROS TITULARES

PROFA. DRA. MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES
FFLCH/USP
(ORIENTADORA)

PROFA. DRA. MARIA LUIZA BRAGA
FL/UFRJ

PROFA. DRA. FRAULEIN VIDIGAL DE PAULA
IP/USP

MEMBROS SUPLENTE

PROF. DR. ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO
FFLCH/USP

PROFA. DRA. MARIÂNGELA RIOS DE OLIVEIRA
IL/UFF

PROF. DR. SEBASTIÃO CARLOS LEITE GONÇALVES
IBILCE/UNESP (RIO PRETO)

Dedico este trabalho
a
Cássia e Jacques, por compreenderem a necessária distância,
a
Flávio, pelo apoio e amor incondicional,
e a
Maria Célia, por mostrar-me que sou capaz de mais que eu poderia esperar.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Profa. Dra. Maria Célia Lima-Hernandes, que com muita paciência e dedicação direcionou meu aprendizado, sempre acreditando em meu potencial. Agradeço, sobretudo, a confiança, o puxão de orelha na hora certa, o afago do elogio quando nem mesmo eu achava possível. Seu desvelo para com a pesquisa é um exemplo a ser seguido e, certamente, enche seus orientandos de inspiração.

À Capes, que financiou por um ano e meio a pesquisa que culminou nesta dissertação de mestrado.

À Profa. Dra. Maria Luiza Braga e à Profa. Dra. Fraulein Vidigal de Paula, cujas ricas contribuições ajudaram a dar forma ao que hoje defendo nesta dissertação de mestrado.

Ao Prof. Dr. Osvaldo H. Leonardi Ceschin, pela boa vontade e disposição de ajudar no início da minha trajetória como mestranda.

Ao Prof. Dr. Marcelo Módolo, pelas ricas discussões sobre etimologia e diacronia.

À Profa. Dra. Vânia C. Casseb-Galvão, pela ajuda com o *insight* sobre as possíveis relações entre gramaticalização e referenciação.

Ao Sr. Newton, funcionário da Seção de Alunos da FFLCH/USP, pela prontidão na preparação dos documentos para que eu não perdesse o prazo de inscrição no Programa de Pós-Graduação.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, especialmente à Rosely, pelo apoio constante.

Aos colegas do grupo de pesquisa Mudança Gramatical do Português, pelas horas “infinitas” de discussão teórica, pela companhia nos congressos, pelos risos, pela amizade.

Ao Colégio Miguel de Cervantes, pelo apoio nos momentos em que precisei de licença para participar de congressos científicos, cuja importância sempre foi imensurável para meu amadurecimento como pesquisadora.

Aos meus pais, Cássia e Jacques, e aos meus irmãos, Adriane e Romulo, pela compreensão da necessidade de estarmos tão distantes durante toda a minha vida acadêmica e pelo amor, sempre incondicional, derramado nas infinitas horas gastas ao telefone para matar a saudade.

Ao meu companheiro, Flávio, cujo amor, carinho e cuidado me encheram de forças para ter coragem de continuar quando achei que não conseguiria.

Aos meus amigos, os antigos e os novos, pela paciência nos momentos em que estive ausente.

A todos que de uma forma ou outra me acolheram e ajudaram desde que cheguei a São Paulo com apenas um sonho e mais nada.

“...qualquer um, independentemente das habilitações que tenha, ao menos uma vez na sua vida fez ou disse coisas muito acima da sua natureza e condição, e se a essas pessoas pudéssemos retirar do quotidiano pardo em que vão perdendo os contornos, ou elas a si próprias por violência se retirassem de malhas e prisões, quantas mais maravilhas seriam capazes de obrar, que pedaços de conhecimento profundo poderiam comunicar, porque cada um de nós sabe infinitamente mais do que julga e cada um dos outros infinitamente mais do que neles aceitamos reconhecer.”

José Saramago, A Jangada de Pedra.

O MESMO¹

"Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo encontra-se parado neste andar"
Lei/DF Nº 3212 de 30.10.03

Li o aviso na porta do elevador e ri-me dele como sempre faço. Uma menina de oito anos despencou no fosso de seu prédio, após abrir a porta do elevador e correr inadvertidamente para dentro. Foi o suficiente para a corrupta Câmara Distrital promulgar a óbvia lei: veja se tem elevador antes de pular no fosso.

- É uma ótima lei! - Explicou-me um empresário que confecciona placas publicitárias. - Vendi uma placa para cada elevador da cidade. - Ele só deixou de me contar que era primo do deputado que propôs a lei.

Entrei no elevador ainda sorrindo.

- Tá rindo de quê? - Perguntou o vizinho do andar de cima. Barulhento e peidorrento, tem mania de andar com os sapatos de salto da mulher quando ela está fora.

- Do mesmo. - Respondi.

- Do mesmo o quê? - Insistiu.

- Do mesmo que ri ontem, - provoqueei sua curiosidade. - quando entrei no elevador.

- Você tá me sacaneando?

- Não. - Ele não entenderia a brincadeira. Um homem que se banha após trepar com a própria mulher não merece muita consideração. - Eu estava rindo do aviso nas portas dos elevadores.

- Ah, o criminoso.

- Criminoso? - Não entendi.

- Você não acha que criaram a lei apenas por causa da menina que caiu no fosso, não é?

Assenti.

- Não seja tão simplório, meu caro. - o vizinho passou o braço pelo meu ombro. Ele é bem mais baixo e seu sovaco suado lambuzou minha espátula. - Há mais mistérios ao nosso redor do que sonha nossa limitada imaginação.

- Do que você tá falando?

- Não posso contar aqui. - Ele protegeu a boca para falar. Olhou para os lados, desconfiado. Apontou a câmera filmadora sobre a porta. - O Mesmo tem ouvidos por todos os lados!

- O mesmo?

- Shhhh. - O vizinho tapou minha boca com sua mão úmida e com dedos pequenos e gordos. - Não fale esse nome aqui dentro. Procure mais informação.

Desceu no térreo sem me olhar novamente. Sua figura lembrava Alfred Hitchcock de camiseta e chinelo após cometer um assassinato cinematográfico.

Por mais idiota que a história me parecesse, fiquei com aquilo na cabeça.

Na repartição, esperando o elevador chegar, cercado de anônimos servidores públicos como eu, avistei um conhecido.

- Pêra, o que você sabe sobre essa lei distrital que obriga todos os elevadores a terem um aviso na porta? - Perguntei.

- Uma menina caiu num fosso de elevador, então...

¹ Retirado de <http://www.maobranca.bardoescritor.net/contos/omesmo.htm>, em 27 de julho de 2012. O autor se identifica apenas como "Mão Branca".

- Não, - interrompi - quero saber a história do tal o Mesmo.
- O mesmo? Que mesmo?

Notei que algumas pessoas nos olharam assustadas, outras levantaram os olhos apreensivamente, a maioria se afastou deixando-nos numa clareira na multidão.

O dia correu tranquilo e chato, como todos os dias, porém ao fim da tarde a secretária entrou esbaforida na sala.

- O doutor Pêra foi atacado aqui no prédio! - Disse num espasmo. - Ele foi levado de ambulância para o hospital.

- O que aconteceu?

- Ninguém sabe ao certo. - Ela fez uma pausa para centralizar minha atenção na próxima parte da fofoca. Secretárias são muito eficientes na comunicação sobre a vida alheia. - Ele ficou gritando "tá apertado, tira daí" até que os enfermeiros o sedaram.

- Está muito machucado?

- Parece que não. - A secretária então assumiu um ar misterioso e estendeu-me um pedaço de papel. - Ele deixou isso para o senhor.

No papel havia um endereço da Internet: www.omesmo.cjb.net. Acessei a página. Uma denúncia alertava sobre o Mesmo. Era um criminoso que atacava as pessoas que invocavam seu nome durante as viagens de elevador. Havia até algumas fotos borradas do meliante, provavelmente feitas através de um olho mágico. "O Mesmo age como um fantasma", dizia a página. Não havia relatos dos ataques, pois suas vítimas se recusavam a contar o acontecido.

- Que loucura é essa?

Continuei a leitura; ninguém havia visto seu rosto, nem era sabido se era apenas um bandido ou haveria cúmplices. Desconfiava-se que se tratasse de um grupo terrorista que pretendia criar uma figura lendária, um mito, para depois usá-lo como mártir de sua causa.

Alguns deputados distritais haviam sido atacados, dizia a página. Temendo pela população e sem querer alardear os verdadeiros fatos, os deputados decidiram implantar o aviso na porta dos elevadores. A justificativa era que ainda que não explicassem a verdadeira intenção da placa, a simples preocupação com a presença do delinquente já era suficiente para dificultar suas ações ilegais.

- Mas, afinal, o que esse o Mesmo faz com suas vítimas?

Procurei meu conhecido, o Pêra, mas ele preferiu guardar silêncio.

- Não quero falar sobre o assunto. - Disse, ríspido.

- Ajude-me, Pêra. - Pedi humildemente. Ele soltou o ar dos pulmões em consentimento.

- Ele usa uma camisa branca escrito "O Mesmo".

Durante semanas tentei encontrar mais informações. Senti um certo temor entre as pessoas ao tratar do assunto. Suas vítimas não se revelavam abertamente, eu percebia que tentavam me dissuadir de minha busca.

Um dia, com a história meio esquecida nos meus arquivos cerebrais, julguei ver alguém me encarando em frente ao elevador do shopping em que eu estava. Procurei entre as pessoas o sujeito que me olhava, mas não o avistei novamente. Ele me pareceu estar de camiseta branca, porém não tive certeza.

O elevador chegou e logo ficou lotado. Gentilmente me ofereci para esperar o próximo. Acabei ficando sozinho no andar.

- Quase entrei no elevador sem verificar se o Mesmo estava aqui. - Comentei em voz baixa. Desde que meu vizinho falou do meliante, nunca mais entrei num elevador sem olhar para os lados.

Subitamente senti uma presença atrás de mim. Olhei de soslaio e vi um sujeito da minha altura, usando uma camiseta branca. O calafrio atingiu minha coluna e subiu até o pescoço, travando-o. Tentei olhar novamente a camisa. Não consegui; fui atacado antes de ver o que estava escrito, mas posso jurar que era "O Mesmo".

Senti as hábeis mãos do criminoso penetrando o cóis da minha calça, pelas minhas costas, e encontrando a borda da minha cueca. O primeiro puxão esmagou minhas bolas, separando-as em hemisférios e tendo a cueca como a linha do Equador. O segundo puxão fez o Equador, ou melhor, a cueca escorrer pelo ânus e separar as nádegas de maneira, talvez, definitiva. O terceiro e último puxão foi seguido de um "click" e uma risada. Ainda consegui ver o bandido descendo as escadas às gargalhadas antes d'eu desmaiar de dor.

Quando fui acordado pelos transeuntes, dolorido, vi que o Mesmo quase havia arrancado minha cueca pela cabeça, levantando-a ao máximo e a prendendo com um alfinete de pressão, o "click" antes do desmaio. Meus testículos estavam inchados e minhas nádegas não seriam mais tão estreitas. Recompus-me do jeito que deu e fui embora para casa.

Encontrei o vizinho de cima.

- Como andam as coisas? - Fez cara de suspense. - Achou o que procurava?

Pensei em contar-lhe que o criminoso não passava de um levantador de roupas íntimas, um puxador de cuecas, um tarado que se especializou em içar as cuecas e calcinhas pelas costas de suas vítimas, atordoando-as com a dor, o susto e principalmente a humilhação. Lembrei da lenda que dizia que o Mesmo tem ouvidos por todos os lados.

- Não.

O vizinho me olhou de baixo para cima. Incomodou-me aquele olhar. O homem limpa a bunda com o chuveirinho da privada e geme de prazer quando a água escorre pelo seu rego. Que moral ele possuía para me avaliar?

- Sei. - Abraçou-me novamente e encostou o sovaco molhado no meu ombro. - Uma dica: não se meta com "aquele de que não devemos falar o nome".

Cheguei ao meu apartamento, procurei uma camiseta velha e branca, risquei umas palavras na frente e esperei em silêncio no apartamento. Alguns minutos depois, escutei o vizinho caminhando pela sua sala e girando a chave da porta da frente. Vesti rapidamente a camiseta e corri para as escadas. Subi vagarosamente os degraus até ver por uma pequena fresta o vizinho esperando o elevador.

O botão iluminado acendeu, mostrando que o elevador havia chegado ao andar. De sopetão, pulei os degraus que faltavam e cheguei às costas do vizinho antes que ele notasse minha presença. Enfiei as duas mãos por dentro da sua bermuda, segurei a cueca e a puxei para cima com toda minha força.

- Ugh! - Gemeu o vizinho. Puxei pela segunda vez e percebi que ele parou de respirar. No terceiro puxão, senti que seu corpo amolecia. Ele havia desmaiado. Acomodei-o no chão e fugi às gargalhadas.

Voltei ao meu apartamento certo de não ter sido seguido. Sorri satisfeito por me vingar do meu chato vizinho.

Foi assim que acabei por me tornar mais um o Mesmo!

RESUMO

Com origem funcionalista, mas buscando por novos diálogos entre as teorias cognitivistas de diversas áreas do conhecimento, como a Biologia, a Filosofia e a Psicologia, esta pesquisa toma como alvo de interesse primário o comportamento linguístico diacrônico da construção *o mesmo* em língua portuguesa, considerando os processos de mudança por que vem passando ao longo dos séculos, desde sua origem no latim. Questionamentos decorrentes de um percurso de dois anos de análise de dados sincrônicos e de dados de dossiês investigativos do século XX conduziram-nos à necessidade de uma referendação histórica de maior fôlego de caráter diacrônico, com amostras do século XIII ao XXI. Também alguns achados nessas pesquisas anteriores (OLIVEIRA & CACCIAGUERRA, 2009; OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA, 2011) providenciaram evidências sobre a atuação de forças cognitivas atuantes na mudança dos graus referencialidade carregados pelos variados padrões funcionais dessa construção. Este trabalho, por conseguinte, visa ao estudo diacrônico do processo de gramaticalização da construção referenciadora *o mesmo*, cujo *continuum* unidirecional de mudança é posto em paralelo com os graus de referencialidade dos padrões funcionais com vistas a verificar possíveis influências mútuas entre os dois processos cognitivos. Além disso, especial atenção é voltada para o padrão pronominal da construção *o mesmo*, cujo uso é alvo de discordância entre os falantes, pois por alguns é considerada uma maneira culta e formal de fazer referência, enquanto, para outros, trata-se de uma construção deselegante. Com o intuito de verificar se há gramaticalização em processo, os dados são analisados com base nos métodos postulados por Hopper (1991), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Heine e Kuteva (2002) e Bybee (2007), cujas teorias são associadas a fim de que obtenhamos resultados que nos sinalizem os estágios de gramaticalização por que passa a construção em estudo, bem como direcionem a análise para o entendimento do comportamento desse universal linguístico ao longo das categorias cognitivas. Sobre referendação, buscamos as teorias de Koch (2001) e de Marcuschi (2006), além de propor uma discussão sobre espaços mentais (FAUCONNIER, 1994) para que, enfim, associássemos cognitivamente gramaticalização e referendação.

Palavras-chave: gramaticalização; *o mesmo*; referendação; cognição; normatividade.

ABSTRACT

Originally functionalist, but looking for new dialogues between cognitive theories of various areas of knowledge, such as Biology, Philosophy and Psychology, this research takes as its primary target of interest diachronic linguistic behavior of the construction *o mesmo* in Portuguese, considering the processes of change that has been going on for centuries, since its origin in Latin. Claims arising from a course of two years of synchronic data analysis of investigative dossiers of the XX century have led us to the need of a diachronic survey, with samples of the XIII century to XXI century. Also some findings in these previous studies (OLIVEIRA & CACCIAGUERRA, 2009; OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA, 2011) have provided evidence for the action of cognitive forces acting on the change of degrees of referentiality carried by different functional patterns of this construction. This study therefore aims to study the diachronic process of grammaticalization of the referrer construction *o mesmo*, whose unidirectional continuum of change is put in parallel with the degree of referentiality of functional patterns in order to identify possible mutual influences between the two cognitive processes. Furthermore, special attention is directed to the default pronoun of the construction *o mesmo*, whose use is subject to disagreement between speakers. Some of them consider it as a way to make formal reference, while for others, it is a construction inelegant. In order to check if there is grammaticalization in process, the data are analyzed based on the methods postulated by Hopper (1991), Heine, Claudi and Hünemeyer (1991), Heine and Kuteva (2002) and Bybee (2007), whose theories are associated so that we obtain results to signal the stages of grammaticalization by which is passing the construction under study, as well as direct the analysis to understand the behavior of this language universal along the cognitive categories. On referentiation, we resort to theories of Koch (2001) and Marcuschi (2006), and propose a discussion of mental spaces (FAUCONNIER, 1994) so that, finally, connect cognitively grammaticalization and referentiation.

Keywords: grammaticalization; *o mesmo* (*same*); referentiation; cognition; standartization.

LISTA DE ESQUEMAS E QUADROS

Esquema 1 – <i>Continuum</i> de gramaticalização de <i>o mesmo</i>	p. 134
Quadro 1 – Os parâmetros de Lehmann (1982)	p. 46
Quadro 2 – Esquema de Diewald (2006)	p. 59
Quadro 3 – Amostras do <i>Corpus</i>	p. 83
Quadro 4 – Sistema de demonstrativos	p. 98
Quadro 5 – Análise dos dados à luz do método de Traugott (2008)	p. 142
Quadro 6 – Frequências <i>type</i> e <i>token</i>	p. 144

SUMÁRIO

RESUMO	11
ABSTRACT	12
LISTA DE ESQUEMAS E QUADROS	13
APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
1. PERSPECTIVA GERAL	27
2. FUNCIONALISMO E COGNITIVISMO: UM DIÁLOGO ENTRE TEORIAS	30
3. A ONTOGÊNESE HUMANA E A COMUNICAÇÃO VERBAL: PROCESSOS COGNITIVOS E INTENCIONALIDADE	32
4. UM MODELO DE LÍNGUA BASEADA NO USO	41
4.1. GRAMATICALIZAÇÃO	44
4.1.1. PESO, COESÃO E VARIABILIDADE	46
4.1.2. ESTÁGIOS REGENTES DA GRAMATICALIZAÇÃO	47
4.1.3. AS CATEGORIAS COGNITIVAS	49
4.1.4. CAMINHOS UNIVERSAIS DE GRAMATICALIZAÇÃO	51
4.1.5. PARADOXOS LINGÜÍSTICOS	53
4.2. GRAMATICALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES	56
4.3. TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES: UM DIÁLOGO	60
5. REFERENCIAÇÃO E SINALIZAÇÕES LINGÜÍSTICAS	63
5.1. <i>GROUNDING</i> , ESPAÇOS MENTAIS, MEMÓRIA E RECURSIVIDADE: DO DISCURSO PARA A GRAMÁTICA	64
5.2. ESPAÇOS GRAMATICAIS, REFERENCIAÇÃO E GRAMATICALIZAÇÃO	69
CAPÍTULO II: FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	76

1. METODOLOGIA	76
2. CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	79
3. FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS	89
CAPÍTULO III: GRAMATICALIZAÇÃO DO REFERENCIADOR <i>O MESMO</i>	92
1. O CASO DO MESMO	92
1.1. BASES ETIMOLÓGICAS: O RESGATE DE UM TRAÇO DE PESO	95
1.1.1. O TRAÇO INTENSIFICADOR – <i>IPSE</i> - E O TRAÇO DE IDENTIDADE - <i>IDEM</i>	98
1.2. BASE SINCRÔNICA DE DADOS: PADRÕES FUNCIONAIS E FREQUÊNCIA <i>TYPE</i>	100
1.3. BASE DIACRÔNICA DE DADOS: REFERENDAÇÃO HISTÓRICA E FREQUÊNCIAS <i>TYPE</i> E <i>TOKEN</i>	143
2. CORRELAÇÃO ENTRE OS GRAUS DE REFERENCIAÇÃO E O <i>CONTINUUM</i> DE GRAMATICALIZAÇÃO	147
2.1. OS GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO DOS PADRÕES DE 'O MESMO'	149
2.2. OS GRAUS DE REFERENCIAÇÃO DE 'O MESMO'	152
2.3. UMA HIPÓTESE	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação de mestrado toma como ponto de partida os resultados de estudos de iniciação científica desenvolvidos ao longo de dois anos, 2008/2009² e 2009/2010³, junto ao Grupo de Pesquisa CNPq/USP "Mudança Gramatical do Português – Gramaticalização". Nesse período, detivemo-nos na compreensão dos conceitos e da terminologia ligados à gramaticalização, bem como na apropriação do método de análise. Esse tempo de treinamento nos proveu de melhor compreensão dos deslizamentos funcionais da construção *mesmo* no português culto falado e escrito no Estado de São Paulo. Durante aquela empreitada, aprendemos o método de trabalho filológico com documentos no Arquivo Público do Estado de São Paulo, que são públicos e, portanto, estão à disposição para pesquisa. Em simultâneo, estudei a história social da cidade de São Paulo, condição necessária para a compreensão dos documentos que compunham os dossiês produzidos pelo antigo Departamento de Investigação DEOPS-SP, materiais cujo trabalho de edição semidiplomática me foi atribuído como incumbência científica já desde o início do treinamento.

Algumas descobertas interessantes, como a presença de transcrições de conversas telefônicas 'grampeadas' pela polícia investigativa, providenciaram questionamentos para um segundo ano de trabalho científico. Diversos estudos foram empreendidos desde a constituição desse *corpus*, primeiramente voltados ao enquadramento histórico do período e à história social depreendida dos relatos e relatórios; depois, voltados ao estudo especificamente da palavra *mesmo* num quadro funcionalista da gramaticalização.

Nos estudos de caráter linguístico, desenvolvemos reflexões sobre as categorias cognitivas postuladas por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991): pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade para a explicação da mudança linguística, as quais integram, portanto, o campo teórico em que estudiosos defendem que uma forma ou construção se gramaticaliza na língua passando por processos cognitivos unidirecionalmente encadeados. As reflexões que desenvolvemos, então, tomaram como alvo de análise as variadas acepções sincrônicas ligadas ao verbete *mesmo* no dicionário

² Financiada pelo órgão de fomento CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

³ Financiada pelo órgão de fomento Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Houaiss (HOUAISS & VILLAR, 1999). Questionávamo-nos sobre a possibilidade de configurar-se um *continuum* de categorias cognitivas subjacente ao percurso de evolução que projetávamos a partir da organização dessas acepções do dicionário. Para buscar a resposta, tomamos como ponto de partida as informações etimológicas. Nesse momento, aprendemos a reconhecer a diferença entre forma etimológica e traço etimológico⁴. Num segundo momento, procedemos ao mesmo tipo de estudo em dados extraídos dos documentos editados a partir dos dossiês. Essa pesquisa teve o apoio financeiro do CNPq e seus resultados estão publicados em Oliveira (2010), capítulo do livro *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*.

Começamos a nos perguntar, então, se seria apropriado falar em paradigma da gramaticalização ou em processo de gramaticalização quando nos referíamos a cada padrão funcional identificado. Demos início, assim, ao estudo dos estágios postulados por Hopper (1991): *estratificação, persistência, divergência, especialização e decategorização*. Esse trabalho foi financiado pela FAPESP e foi levado a debate no Workshop Internacional sobre Gramaticalização, na UFMG, em agosto de 2010. Desse *workshop*, trouxemos um plano de aditamento de fatores a analisar, o que cumprimos nos dois meses seguintes. Em novembro, apresentamos uma versão mais madura daquele trabalho no V Encontro Anual do Grupo de Pesquisa sobre Mudança Gramatical do Português, que integramos desde 2008, com texto completo publicado, como capítulo de livro, em Oliveira (2011).

Desde o início dos estudos, já se poderia falar francamente na correlação entre cognição e gramaticalização, mas ainda não sentíamos que possuíamos o estofo necessário para isso, embora fosse nosso interesse. Durante o segundo semestre de 2010, participamos de curso de pós-graduação, na área de Linguística, sobre o tema da cognição e, durante o ano de 2011, cursamos duas disciplinas de pós-graduação no Instituto de Psicologia, também sobre o tema. Continuava forte a intuição de que processos cognitivos dariam sustentação às mudanças históricas empreendidas pelo item *mesmo*, especialmente em se tratando de certa construção composta por esse item, já polêmica quanto ao seu uso normativo: é o caso da construção *o mesmo* presente na Lei Municipal de São Paulo⁵. Se foi por anos refreada pela escola, como essa construção

⁴ O primeiro equivalia à forma escrita mais antiga identificada pelo lexicógrafo enquanto o segundo remetia ao exercício linguístico de apreensão de traço fundamental e persistente em todas as acepções sincrônicas.

⁵ Referimo-nos à Lei Municipal 12.722 - 04/09/1998, que diz: "Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo encontra-se parado neste andar."

poderia continuar seguindo uma trajetória de mudança, tão coerente com sua origem? Na pergunta já parece estar a resposta: sua trajetória é uniforme, é unidirecional e é, acima de tudo, motivada por mecanismos cognitivos, que não permitiriam saltos estranhos ao que é básico a todo o ser humano: a analogia⁶. Isso nos tem aproximado – aos integrantes do Grupo de Pesquisa Mudança Gramatical do Português USP/CNPq – de questões ligadas ao ensino de gramática na escola e à abordagem de livros didáticos, mas, parece-nos, antecede essa questão o conhecimento mais amplo da trajetória diacrônica da construção. Chegamos, por conseguinte, às questões que deram origem ao projeto que antecedeu este trabalho:

(a) quais seriam as relações entre os graus de referencialidade das diversas funções do item/construção *mesmo*?

(b) quais motivações cognitivas guiariam o usuário da língua nas situações de uso?

Em um momento de nossa trajetória investigativa, em um congresso internacional, houve a sugestão de aprofundamento dos conceitos associados à cognição, e, de lá para cá, temos nos preparado nesse sentido. A partir de cursos e leituras empreendidas, pudemos dar maior sustentação teórica ao novo caminho que se abre. Além de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), revisitados com outros olhos, recorremos a Tomasello (1999, 2008), Croft (2009), e a um modelo de gramática baseada no uso (LANGACKER, 2000; BYBEE, 2010, TAYLOR, 2002). Revisitamos conceitos de mudança linguística (BYBEE, 2007, 2010) e fizemos leituras sobre referência ou ponto de referência (LANGACKER, 2000; FAUCONNIER, 1994). Esses autores e suas postulações foram ponto de partida para as reflexões, para as descrições e as discussões que desenvolvemos até agora. Essas leituras deverão abreviar a principal tarefa desta pesquisa, que é averiguar se há coincidência entre o possível *continuum* de gramaticalização da construção *o mesmo* e os graus de referencialidade variados atribuídos a suas funções.

O objeto recortado para o trabalho anterior foi a palavra *mesmo* em seus vários campos de atuação. Durante aquele ano, identificamos 13 padrões funcionais e os submetemos aos postulados de Heine, Claudi & Hünemeyer (1991) para avaliar a atuação das categorias cognitivas e, depois, aos princípios de Hopper (1991) para nos certificarmos de que havia um processo de gramaticalização em curso. Os dados

⁶ Segundo Del Nero (1997), o ser humano é basicamente um ser analógico.

recolhidos para aquelas empreitadas, entretanto, foram restritos a uma amostra histórica limitada e de curto termo.

Para este trabalho, mantemos o objeto de estudo, no entanto, com um olhar mais especificamente voltado à construção *o mesmo*, a qual carrega em si uma função referenciadora intrinsecamente ligada ao determinante que a compõe junto com o item *mesmo*, propriamente dito. Além disso, compusemos uma amostragem de dados maior que nos parece prover de maior probabilidade de desvendar novas funções e analisar, com mais propriedade, sua frequência de uso. Analisamos as novas amostras sob a mesma perspectiva teórica de outrora, no entanto, agregando, desta vez, uma abordagem cognitiva mais aprofundada, indo além das postulações de Heine e de seus colaboradores.

Como já citado anteriormente, o estudo-piloto de iniciação científica que desenvolvemos já estava guiado pelas intuições que tínhamos sobre alguns dos padrões funcionais identificados. Um mundo de informações e questionamentos saltava dos dados. Isso motivou a eleição do padrão ligado à classe pronominal como alvo do atual projeto. Tentaremos, de uma forma sintética, conduzir o leitor ao caminho da decisão por este recorte temático para o novo estudo. O caminho que agora conseguimos refazer já conta com uma organização reta, justa e segura para a sequência do novo trabalho. Os labirintos que coloriram esse trajeto, no entanto, foram os que com mais acuidade permitiram delimitar o novo objeto.

Em conformidade com os dados identificados no estudo-piloto, a forma *mesmo* na língua portuguesa vem sendo usada em diversas funções há muitas décadas. Essa constatação pode ser referendada pela simples incursão em dicionários de várias sincronias a partir de cinquenta anos atrás (consulte-se, a título de exemplo, AULETE, 1958, p. 3233).

A respeito desses deslizamentos sincrônicos contínuos, Oliveira & Cacciaguerra (2009) apresentaram claras evidências de que, nas línguas românicas, originam-se possivelmente da palavra **metĩpsĩmus*, um superlativo da palavra *metipse*, que, por sua vez, equivale à junção da partícula enfática *met* com o demonstrativo *ipse*. A respeito do demonstrativo *ipse*, é interessante lembrar que ele, curiosamente, também originou o demonstrativo *esse*, um dos pronomes que a construção *mesmo* por vezes substitui.

Em Corominas (1993[1954]), há informações sobre a origem da forma hispânica *misimo*, que, em português, se escreve *mesmo*. Sua formação vem da construção **medĩpsĩmus*, duplamente enfatizada pela partícula *met*, que também podia se apresentar

como *med*⁷, combinada à forma vulgar *īpsīmus*, ênfase ou superlativo de *ipse*, bastante comum nos textos populares e satíricos de Petrónio. É interessante ressaltar que as formas enfatizadas eram bastante populares, pois se encontram em abundância nos vestígios que temos do latim vulgar, em sua maioria, textos cômicos, segundo Gonçalves (2001). Ainda segundo Corominas, aparentemente a partir do século XIV, as formas *mismo* e *mesmo* passaram a ser mais recorrentes em sua forma moderna cada qual em sua língua, espanhol ou galego-português, respectivamente. Antes disso, formas como *meísmo*, *misme*, *meesmo* eram comuns em textos de toda a Ibéria.

Trata-se de uma rota polêmica de desenvolvimentos, já que Bechara (2006) associa a raiz histórica da palavra *mesmo* aos vocábulos latinos *idem* e *ipse*, sem explicar que, na verdade, a associação com *idem* é puramente funcional, o que iremos explicar mais adiante, no capítulo III. A primeira correspondência é aquela que dá a ideia de identidade à forma, exigindo, em sua composição sintática, a presença de um artigo ou de um demonstrativo para completar seu sentido. Segundo Lima-Hernandes (2005; 2012), a construção *mesmo* (*a*) carrega implicitamente em si a ideia de relação e, por isso, “faz o interlocutor ativar um quadro de informação prévia de identidade entre o elemento citado e outros elementos já citados ou não, mas que podem ser, num processamento de recuperação, reativados na mente do interlocutor” (2005:40). A segunda correspondência emprega-se diretamente junto ao pronome ou ao nome.

Talvez uma explicação para isso esteja em Bluteau (2002[1712-1728]), que assente que *mesmo* é um pronome pessoal que, ao se seguir de artigos definidos, assume o valor de *idem*. Se as transformações naturais por que passou a maioria das palavras nas línguas românicas forem levadas em conta, então devemos concordar que o vocábulo *mesmo* tenha sua origem em **medīpsīmus*, como afirmou Corominas (1993), apesar de poder concordar com Bluteau (2002[1712-1728]) e com Bechara (2006) que, ao formar a construção *o mesmo*, agregando o artigo definido, nada impede que se adquira semelhança de significados com *idem*. O significado de *idem*, ou seja, o acréscimo do artigo à construção originada de **medīpsīmus* que tem como resultado um significado de igualdade, equivalência, podem ter originado as funções da forma *mesmo* que correspondem ao reforço de identidade e equivalência, que têm uma maior função referenciadora. Isso explicaria muito de sua trajetória e de seus usos atuais, mas talvez não seja possível comprovar, apenas postular, que a construção *mesmo* tem em sua

⁷ *Med* é forma posterior e derivada de *met*, pois há aqui a manifestação de sonorização de uma consoante surda num contexto intervocálico, típico processo de um latim já tardio.

origem a função de demonstrativo, o que sugere uma pista sobre o uso de *o mesmo* com função semelhante, fortemente referenciadora, que retoma um nome e o substitui (com um caráter demonstrativo ou pessoal) por meio da expressão *o mesmo* ou *a mesma*. Por hora, essas foram as informações que coligimos ainda em período de iniciação científica. Uma explicação mais detalhada sobre a etimologia de *mesmo* será fornecida adiante, no capítulo III.

A recolha e a análise dessas informações tornaram-se o ponto de partida para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado, na qual tomamos como resultados prévios os aferidos no estudo-piloto. Nele, pudemos verificar a gramaticalização do item *mesmo* em uma diacronia de curta escala e, nesta dissertação, verificaremos, em uma diacronia de larga escala (com dados a partir do século XIII ao XXI), se é possível ratificar as rotas de mudança postuladas para a construção *o mesmo*, desconsiderando, portanto, as formas mais gramaticais de que temos registro, como, por exemplo, *nem mesmo*, *aqui mesmo*, *mesmo porque*, *mesmo que*. A justificativa para tal recorte é justamente garantir que o foco desta dissertação seja mantido: a verificação dos graus de referenciação da construção *o mesmo* e sua comparação com o *continuum* de gramaticalização. Nos trabalhos anteriores (OLIVEIRA, 2010; 2011), refletindo sobre os dados, notamos que a ideia de reforço, traço etimológico de *mesmo*, só se mantém nas classes variáveis, em que encontramos a construção completa *o mesmo*, quando a construção varia e concorda com o elemento que qualifica. Quando deixa de ser variável e a construção se altera, passando a ser *mesmo* + outros elementos fixos, passa a modificar, não qualificando, mas enfatizando o elemento que acompanha, deixando de ser reforço de identidade e mantendo principalmete seu traço enfático, também etimológico, assim como o traço acima citado. Posto que, para carregar o traço de identidade e, conseqüentemente, fazer uma referência efetiva, o item *mesmo* precisa, necessariamente, trazer consigo o determinante, então é justificável que, para deitar um olhar mais aprofundado nos dados, o referido recorte de funções seja efetuado. Portanto, esse será o ponto de partida para o estabelecimento de relações com os graus de referencialidade e, conseqüentemente, com os processos cognitivos envolvidos na referenciação.

Ao recolher dados das amostras de modalidade falada e escrita para os trabalhos anteriores, tivemos a convicção de que há uma interação entre padrões funcionais que estão além das classes gramaticais, pelo menos no que se refere ao item sob estudo neste projeto. Observemos os seguintes exemplos de Oliveira (2011):

- (a) “Nas investigações procedidas em torno| das CT-16-SCF-8 e 9, referentes a P., F., O., e a um| laudo em que os mesmos se interessam” (DEOPS - OS)
- (b) “(...) esses candidatos deveriam ser submetidos a testes com o mesmo grau de dificuldade de outros candidatos; não sabe dizer se esse encaminhamento resultou em contratação, pois o mesmo foi feito poucos dias antes de sua prisão (...)” (FO 13/11/2007 09h43)
- (c) “pois passava o dia|fóra, entrando no Hotel somente para dormir, sendo que saía do mesmo muito cedo.” (DEOPS - OS)

Analisando os dados, notamos que há certa recorrência da função mais lexical da palavra *mesmo*, com os traços [+animado] e [+concreto]. Quanto ao valor referencial, constatamos a existência de anáfora propriamente dita, referindo-se diretamente a um ponto de referência, que pode ser [+animado], como no exemplo (a), mas também pode ser um objeto (vide exemplo b) ou um lugar (vide exemplo c). Isso ratifica o que afirmamos em Oliveira (2011) sobre a evolução e uso da palavra *mesmo*, ainda nas funções mais rechaçadas por alguns normativistas⁸ (como é o caso dos três exemplos citados) e, talvez por isso, ignoradas pela maioria dos dicionaristas e gramáticos. Alguns deles, como Almeida (1967, 1978) e Ferreira (1999), dizem que o uso não é aconselhável, pois evidencia *fraqueza de estilo e deselegância*, mas não vão muito além desses juízos de valor.

Num viés cognitivo, esta pesquisa visa a, além de relacionar um *continuum* de gramaticalização a graus de referencialidade, analisar o valor referencial da palavra *mesmo* especialmente atentando para sua função anafórica pronominal na construção *o mesmo* e para as implicações desse valor referencial na informação codificada. É relevante analisar, na esteira da descrição funcional, a atitude linguística de falantes cultos de faixas etárias distintas. A atitude linguística poderá oferecer um horizonte que permita compreender a mudança em curso.

A partir deste momento, passamos a explanar as questões que formalizam não somente o objetivo, mas ainda os problemas que desses questionamentos advêm.

⁸ Como, por exemplo, os seguintes profissionais de língua portuguesa, muito influentes na internet:

1 PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. **O mesmo**. Disponível em:

<<http://www.portalentretextos.com.br/colunas/nao-tropece-na-lingua/o-mesmo,186,7115.html>> . Acesso em: 27 de julho de 2012.

2 MARCONDES, Solange Lauro. **Você sabe utilizar o pronome?** Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/licaodecasa/materias/medio/portugues/ult1706u77.jhtm>> . Acesso em 27 de julho de 2012.

3 CIPRO NETO, Pasquale. **Eu tenho medo do mesmo**. Disponível em

<<http://sergyovitro.blogspot.com.br/2011/05/pasquale-cipro-neto-eu-tenho-medo-do.html>> . Acesso em 27 de julho de 2012.

O fato de que a palavra *mesmo* possa integrar classes mais abertas ou menos fechadas permite falar, dentre outros aspectos, em gramaticalização, um processo que vem se desenvolvendo desde um período remoto, mais precisamente em curso já desde o latim (OLIVEIRA & CACCIAGUERRA, 2009). Essa trajetória permite também reconhecer a existência de diversos blocos funcionais distintos pelo grau de referencialidade. Isso nos autoriza a perguntar o seguinte:

- (i) haveria correlação entre a diminuição do grau de referencialidade notado em Oliveira (2011) e o estágio de gramaticalização da forma *mesmo*?
- (ii) quais seriam os processos cognitivos envolvidos na referenciação?

As evidências levam-nos a crer que é possível encontrar ocorrências mais lexicais em função anafórica, caso em que um referencial buscaria a ancoragem semântica em um referente [+animado], um objeto ou um espaço, ocorrendo, preferencialmente, com pontos humanos de referência (Exemplo: *Nas investigações procedidas em torno /das CT-16-SCF-8 e 9, referentes a P., F., O., e a um /laudo em que os mesmos se interessam*") (OLIVEIRA, 2011). Outro fato que nos autoriza a elaborar essas questões é que, na modalidade de língua escrita, há um recorrente uso desse referenciador, tal como nos documentos mais antigos com que tivemos contato em momentos anteriores, a despeito da sonegação de informações mais amplas sobre o tabu associado a seu uso nas gramáticas normativas e mesmo nos materiais didáticos (RAUBER *et alii*, 2010). Talvez o tabu tenha sido camuflado, nos tempos atuais, pelo silenciamento do fato linguístico, já que a gramática nem demonstra tanta força, assumida agora pelo gênero discursivo na escola.

Fontes comuns no ensino escolar, isso pudemos constatar, não aprofundam o tema do “*mesmo* demonstrativo”. Segundo Rauber *et alii* (2010), a ausência de referências ao uso da construção *mesmo* pode estar diretamente relacionada ao fato de que profissionais da língua geralmente evitam e pedem que seus alunos evitem o uso, substituindo-o por outros demonstrativos ou reformulando os enunciados de maneira que a referência seja feita por outro recurso, com o pronome relativo *que*, por exemplo, ou mesmo recorrendo aos pronomes pessoais.

Devido à esquiva e ao não uso dessa função por alguns letrados, e ao mesmo tempo devido ao seu insistente uso por outros falantes cultos da língua, buscamos saber se haveria algum motivo de fundo cognitivo que pudesse explicar a opção que muitos falantes fazem por essa anáfora, considerada um “mau referenciador” por estudiosos e profissionais da língua, em textos escritos, principalmente. Dada a profundidade do

tema, optamos por verticalizar o estudo, tomando essa função específica como alvo de reflexão científica a partir dos resultados que obtivemos sobre os valores referenciais dos usos atuais da construção *mesmo*. Estaríamos nós – incluimo-nos aqui na classe de professores de língua portuguesa – dando eco aos **pré**-conceitos normativistas? Se a sociedade em geral mantém as funções 'erradas' e 'incorretas' presentes em gêneros discursivos atuais, não haveria aí uma tradição justificada pela analogia, por mecanismos cognitivos? Seria a recusa uma estratégia antifuncional, ou melhor, antinatural, que foge ao que é esperado e habitual para o processamento cognitivo da linguagem? Estas são questões que guiam a proposição e também o ponto de chegada desta pesquisa, principalmente porque há fortes evidências de que unidirecionalidade represente uma organização mental de usos. O item *mesmo* mostrou-se fortemente vinculado a essa ideia durante os estudos empreendidos em 2009 e 2010, principalmente neste último, de caráter mais fortemente linguístico. Essas ideias guiaram os próximos passos da pesquisa que empreendi, cujos fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos passo a relatar.

INTRODUÇÃO

A gramaticalização é um tipo de mudança linguística muito específico que, ao contrário do que se possa imaginar, não ocorre com qualquer item/construção da língua, mas com determinados elementos que, por seu caráter de universal linguístico (BYBEE, 2003) intrinsecamente relacionado à experiência humana, ocorrem com frequência nas línguas naturais e servem de base para que nós, em um processo natural cognitivo, possamos nomear metonímica ou metaforicamente outros elementos mais abstratos, mais independentes de nós, menos palpáveis.

Considerando que a palavra *mesmo* carrega em si traços etimológicos referentes a identidade, característica própria do ser humano, baseamo-nos, para a realização deste trabalho, nos pressupostos dos processos de gramaticalização, que defendem que determinados itens ou construções lexicais tendem a tornar-se gramaticais, ou até mesmo itens ou construções menos gramaticais tendem a tornar-se mais gramaticais (TRAUGOTT, 2003 *apud* NOËL, 2007), o que aparentemente é o caso da construção *mesmo*, que vem demonstrando forte gramaticalização desde o latim (OLIVEIRA & CACCIAGUERRA, 2008).

Devido ao considerável envolvimento cognitivo no processo de gramaticalização, para além de nos pautarmos em pressupostos teóricos funcionalistas (LEHMANN, 1982; HEINE, CLAUDI & HÜNNEMEYER, 1991; HOPPER, 1991, entre outros), consideramos essencial ter em conta as discussões cognitivistas que rondam a área da linguagem. Para tanto, recolhemos e estudamos trabalhos de autores da área de biologia (MATURANA, 2001), psicologia (TOMASELLO, 1999; 2008, entre outros), filosofia (SCHUTZ, 1967) e, principalmente, de linguística (LANGACKER, 2000; TAYLOR, 2003; BYBEE, 2003; 2010, entre outros) em busca de estabelecer um diálogo produtivo entre as teorias que defendem a não estaticidade da língua. Deste modo, assumimos que há uma relação estreita entre a filogênese primata, a ontogênese humana, o modo como lidamos com nossos aparatos culturais e o desenvolvimento da linguagem.

Além disso, como o objeto de estudo deste trabalho se trata de um referenciador, um diálogo entre as teorias de referenciação (KOCH, 2001; MARCUSCHI, 2006), espaços mentais (FAUCONNIER, 1994) e gramaticalização também foi necessário para que pudéssemos justificar nossas inferências posteriores de que a gramaticalização de um padrão construcional do tipo *o mesmo* está relacionada às alterações sofridas no campo

referencial. Este, portanto, é o assunto trabalhado no capítulo I, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, que estabelece uma longa discussão entre essas ideias, conciliando-as de modo a embasar postulações explicitadas principalmente no capítulo III.

O capítulo II, FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS, apresenta a metodologia de pesquisa empregada para analisar os dados, o *corpus* selecionado como recorte linguístico para análise e, enfim, a forma detalhada de análise desses dados com base nos fundamentos do capítulo I. As amostras selecionadas para análise neste trabalho referem-se basicamente a registros escritos da língua portuguesa a partir do século XIII até o século XXI. Exceto pelos dados do século XIII ao XVII, mais raros e, portanto, mais difíceis de serem selecionados por gêneros, as demais amostras restringem-se basicamente ao gênero *carta* ou outros gêneros que guardam dissemelhanças em muitos aspectos, como é o caso do testamento, do e-mail, da carta do leitor e do editorial, mas que se assemelham pelo estilo formal, que pede a adoção de uma variedade padrão culta da língua na época em que foram escritas. A ideia de restringir o *corpus* à variedade padrão culta baseia-se principalmente na escolha do objeto de estudo, a construção *o mesmo*, que em uma de suas funções, estudadas no capítulo III, desafia a normatividade e mantém-se presente em modalidade escrita, principalmente em textos formais, possivelmente por questões cognitivas a serem explicadas mais adiante.

No capítulo III, GRAMATICALIZAÇÃO DO REFERENCIADOR *O MESMO*, analisamos as questões inerentes à construção sob estudo, como sua abordagem em dicionários e gramáticas (sincrônicos e diacrônicos) e sua etimologia, também baseada em dicionários e gramáticas do latim clássico e vulgar. Mais adiante no capítulo, analisamos sincrônica e diacronicamente os dados apresentados no capítulo II, contabilizando frequências *type* e *token*, a fim de demonstrar os deslizamentos funcionais que levam a construção *o mesmo* à gramaticalização.

O foco deste trabalho é analisar o comportamento funcional da construção *o mesmo* e compreender as motivações cognitivas para seu uso nos diversos padrões funcionais nos quais atua. O presente estudo também busca entender como uma construção considerada deselegante por estudiosos da língua, como é o caso de uma das funções da construção em estudo, pode insistentemente mostrar-se frequente, sobretudo em situações de formalidade, o que, parece, é até contraditório. Ademais, buscamos demonstrar como a gramaticalização pode influenciar no valor referencial de um referenciador, ou seja, evidenciar uma possível correlação entre gramaticalização e referenciação.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentamos as teorias que fundamentam a pesquisa desenvolvida nesta dissertação de Mestrado. Para realizar o trabalho proposto, buscamos relacionar teorias de diferentes áreas de conhecimento, num diálogo interdisciplinar, com o intuito de recortar melhor o campo de observação ao mesmo tempo em que mais perto possamos chegar do objeto investigado. Uma consequência desse recorte é o reconhecimento de que uma abordagem interessante é privilegiada por favorecer a consideração das motivações cognitivas filogênicas que levaram a humanidade a desenvolver essa eficiente forma de comunicação, que é a linguagem verbal, diferentemente de outros animais. Essas motivações podem ser revisitadas nas consequências ontogênicas do uso da língua em interações sociais.

1. PERSPECTIVA GERAL

Este trabalho assume sua origem funcionalista e sai em busca de um campo de debate e diálogo que rompa algumas fronteiras científicas para explicar o uso e a mudança linguística em outra esfera, a da cognição.

A gramaticalização⁹ aqui é assumida como um processo de mudança que pode ser apreendido em diacronia. Quando o estudo se realiza em sincronia, podemos falar em graus de gramaticalidade das formas, e sempre está prevista nos dados e até na forma de análise uma camada subcutânea histórica que clama por compreensão¹⁰. Por exemplo, traçar um *continuum* evolutivo da palavra *mesmo* em funções atuais na língua

⁹ Processo que pode ser encontrado em todas as línguas conhecidas e que pode envolver qualquer tipo de função gramatical, quando uma unidade construcional ou elementos conectados sintaticamente assume uma função gramatical, ou, se já gramatical, assume uma função ainda mais gramatical muitas vezes num formato construcional (definição baseada em LEHMANN, 1982; HEINE, CLAUDI & HÜNNEMEYER, 1991; BYBEE, 2003; GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e GALVÃO, 2007).

¹⁰ Para uma discussão mais detida das perspectivas sincrônicas e diacrônicas nos estudos sobre gramaticalização, indicamos a consulta a Braga & Paiva (2012).

portuguesa certamente não será suficiente para se poder ter a convicção de que ele de fato se realizou no decorrer do tempo nos usos cotidianos, daí a estratégia comumente adotada de se recorrer à referendação diacrônica e, assim, pesquisar não só graus de gramaticalidade possíveis para a forma, mas seu processo de gramaticalização através do tempo.

Aqui faremos mais do que referendar. A estratégia de recorrer à diacronia para localizar exemplos que evidenciem o que os dados sugerem em sincronia será complementada pelo rastreamento de padrões funcionais em um *corpus* estruturado diacrônico, de cujas amostras recolheremos os dados identificados da construção *o mesmo*, objeto de estudo proposto para este trabalho, para, então, verificar a movimentação de sua referenciação no que se refere ao seu escopo.

O princípio fundamental da gramaticalização é a *unidirecionalidade*, mas essa direção de movimentos não pode ser apreendida por categorias criadas pelo homem (como as classes de palavras, que têm causado problemas a linguistas há tempos). Teremos que lidar com categorias *manifestadas* pelo homem, em seu processo de desenvolvimento individual ou mesmo em sua forma de apreender o mundo, ainda que utilize as categorias gramaticais como um ponto de referência. Nessa instância, os trabalhos atuais sobre gramaticalização demonstram que a unidirecionalidade existe e que ela é o que permite dar coerência a uma trajetória humana da forma em mudança (Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991, por exemplo, para ficar nos autores mais citados pelos que estudam gramaticalização). A mudança ocorre unidirecionalmente, mas não necessariamente unilinearmente, para o desenvolvimento de novas funções (na sintaxe, semântica e pragmática), da mais concreta para a mais abstrata. Segundo Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), a ordem das categorias cognitivas em que se pode observar o processo de abstratização é: pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade. No entanto, a depender do objeto estudado, é natural que apareçam subcategorias cognitivas, como demonstraram Lima-Hernandes (2009), Martelotta (2010) e Oliveira (2010).

Todo o percurso de estudo teórico feito até o momento nos ajudou a lidar com a gramaticalização em processo, mas é certo que teremos que inaugurar um caminho ligado à cognição, principalmente aos espaços mentais, em busca de categorias suficientes para descrever essas diferenças entre os graus de referenciação do objeto linguístico que propomos analisar.

Recentemente, estudando Michael Tomasello (2008) e a produção de Lima-Hernandes (2009) sobre a relação entre ontogenia e filogenia, passamos a olhar para a língua (e a gramática) como a grande conquista da comunicação humana. Para Tomasello (2008), a comunicação humana cooperativa tem como principal característica a habilidade de compartilhar intencionalidades e também a motivação para o pedido e para a oferta de ajuda e compartilhamento de informações. A habilidade cognitiva básica do compartilhamento de intencionalidade é, segundo o autor, a leitura recursiva da mente, que, combinada com a disposição para fornecer ajuda, leva a expectativas mútuas de colaboração entre os seres humanos, característica unicamente humana que, aparentemente, tem sua origem no comportamento generoso da espécie. Sem falar em cognição pura, Bybee (2010) já falava sobre frequência e uso como motivação cognitiva. Ao tratar da recorrência de construções e funções, nada mais demonstrava a autora do que o efeito dessa recursividade da mente.

Toda essa origem colaborativa da comunicação humana associada à capacidade cognitiva do homem diferenciada da de outros animais ajuda a explicar sua capacidade única para a linguagem verbal, e ajuda a entender como funcionam os processos cognitivos relacionados ao *common ground*¹¹ (espaço de atenção conjunta, o “ato de fala”¹², envolvendo interlocutores que compartilham informações). Tomasello (1999) trabalha o conceito de atenção conjunta, e Croft (2009), para além de trabalhar o conceito de Tomasello, também fala sobre *ação conjunta*. Segundo Croft (2009), atenção conjunta é uma das habilidades cognitivas do ser humano que possibilitam que a ação conjunta aconteça, ou seja, é por nossa capacidade de compartilhar atenção com nossos coespecíficos que podemos, também, compartilhar todos os elementos presentes, física ou mentalmente, no ato de fala. Para o autor, a atenção conjunta é um pré-requisito para a linguagem, pois locutor e interlocutor devem estar no mesmo espaço de atenção para que um enunciado possa ser produzido.

Em se tratando de referenciação, se não houver espaço de atenção conjunta, não haverá, certamente, intercompreensão, pois é necessário que o referente seja de conhecimento mútuo entre os envolvidos no ato de fala. Observemos o seguinte exemplo: *Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo encontra-se parado neste*

¹¹ Contexto comum.

¹² É importante ter em mente que “ato de fala” aqui não necessariamente se refere a um discurso “ao vivo”, mas à relação emissor/receptor da mensagem, ou seja, transcende o espaço e o tempo.

*andar*¹³. Aqui, a construção *o mesmo* se refere claramente a um sintagma nominal (o elevador), mas empregado dessa maneira não tem sido considerado bom referenciador pelos gramáticos, lexicógrafos e profissionais da língua portuguesa (OLIVEIRA, 2011). Em todo o caso, quem escreveu a lei partiu de uma ideia que propiciou atingir seu objetivo porque há, favorecido pela situação interativa, um espaço de atenção conjunta e – espera-se – uma ação conjunta em um cenário escrito, onde os dois falantes - quem redige e, depois, quem lê –, compartilham um contexto comum (CLARK, 2000) do significado de *elevador* e do sentido original do sintagma *o mesmo* (anáfora, ênfase, identidade), e entendem seu uso, perfeitamente aplicável, como algo que retoma um objeto no discurso, ainda que possa ser considerado um emprego equivocado por algumas pessoas. Ao mesmo tempo, nota-se a evolução gramatical da construção *o mesmo*, que, dando continuidade à sua trajetória histórica previsível de evolução, assume funções mais gramaticais (modificador > pronome), o que será detalhadamente explanado adiante. É possível notar, portanto, que a cognição é imensamente importante para o estudo do processo de gramaticalização, pois os processos cognitivos definem não somente os rumos por meio dos quais cada intenção de comunicação se consolida socialmente, mas ainda a evolução das construções mobilizadas para a codificação sintática.

2. FUNCIONALISMO E COGNITIVISMO: UM DIÁLOGO ENTRE TEORIAS

Há quem diga que o funcionalismo e o cognitivismo são áreas distintas de pesquisa em linguística. O mais comum é que vejamos pesquisadores se autoafirmarem ou como funcionalistas (HOPPER, 1991; HEINE, CLAUDI E HÜNNEMEYER, 1991, entre outros), ou como cognitivistas (LANGACKER, 2000; CROFT, 2009, entre outros). Entretanto, há quem considere pesquisadores funcionalistas e cognitivistas aqueles defensores de uma teoria comum, que vai contra os princípios do paradigma gerativista (NOËL, 2007). Controvérsias à parte, o fato é que funcionalistas defendem que as relações entre as unidades da língua e suas funções sobrepõem-se a suas limitações, ou seja, apesar de ter determinadas “regras”, a gramática está totalmente sujeita ao uso dos falantes da língua (NEVES, 2004, p. 15). Não diferente, a linguística cognitiva defende que a língua é dinâmica, ou seja, adapta-se às alterações e aos movimentos decorrentes

¹³ Lei Municipal 12.722 - 04/09/1998. Decreto 37.956 - 10/05/1999. Informação comumente presente à porta externa de elevadores de prédios em geral.

dos usos feitos pelos falantes, a todo o momento influenciando seu meio e sendo influenciada por ele (LANGACKER, 2000).

Embora não seja objetivo tratar exaustivamente dessa questão de limites de territórios teórico-metodológicos, torna-se imprescindível para a apresentação do aparato teórico que embasa esta pesquisa apontar os aspectos convergentes e também os aspectos divergentes entre funcionalismo e o cognitivismo em linguística, não somente porque é digno de nota o fato de que as semelhanças são muitas, mas ainda porque o diálogo entre essas duas teorias ajuda a entender melhor o funcionamento desse sistema dinâmico e complexo de comunicação que é a língua, e, conseqüentemente, ajuda a entender as mudanças motivadas pelo uso, dentre elas a que mais interessa a esta dissertação: a gramaticalização.

Se a intenção é mobilizar aspectos da cognição para justificar mudança linguística, torna-se imprescindível falar primeiramente de corpo, de capacidades, de hábitos e de intenções, pois as conexões entre corpo e mente parecem ser as responsáveis por estabelecer interações com o mundo exterior. Nesse sentido, corpo e mente exteriorizam processos cognitivos. A cognição faz parte da constituição animal e funciona de maneira diversa em cada espécie. Não significa, contudo, que a cognição tende a ser mais ou menos desenvolvida se falamos de humanos, chimpanzés ou de outra espécie qualquer¹⁴. Na verdade, se focalizarmos a filogênese dos primatas, por exemplo, apreenderemos apenas uma forma de cognição diferente que carrega em si as capacidades mais íntimas e necessárias para a sobrevivência de cada espécie que compõe a classe. O ser humano, por exemplo, é uma espécie social e, por isso, necessita comunicar-se, demonstrar e perceber intenções para conseguir ser útil e colaborar com seus coespecíficos. A espécie humana é a única geneticamente pré-programada para estabelecer relações de intersubjetividade, para interagir com seus coespecíficos fazendo antecipação de suas intenções a partir da experiência que tem da experiência do outro, da experiência que tem da cultura de seu meio ou a partir de sua própria experiência de mundo. E por que é tão importante falar de intersubjetividade para falar de mudança linguística? Porque a intersubjetividade está pautada no campo pragmático, e é a partir do uso da língua por seus falantes e suas intenções que formas inovadoras entram no

¹⁴ De Waal & Ferrari (2010) defendem que as ciências cognitivas deveriam observar a cognição animal de baixo pra cima, ou seja, a eficácia de seu aparato cognitivo em relação a suas próprias habilidades e sua aplicação a suas necessidades, evitando a comparação com os seres humanos.

sistema, ou seja, é a partir da variação ocorrida no campo pragmático que a construção sintática se molda.

Tendo em vista a importância que capacidades unicamente humanas têm para o surgimento da comunicação linguística, na próxima seção, trataremos do percurso ao longo da filogênese primata e ontogênese humana, estabelecendo, assim, uma relação interdisciplinar entre as ciências cognitivas de várias áreas, como psicologia, biologia e filosofia, e sua importância para os estudos da linguagem verbal.

3. A ONTOGÊNESE HUMANA E A COMUNICAÇÃO VERBAL: PROCESSOS COGNITIVOS E INTENCIONALIDADE

Não são recentes as pesquisas que procuram desvendar os mistérios da aprendizagem cultural em outras espécies que não a humana. Etólogos e psicólogos de várias partes do mundo buscam, na observação do comportamento dos outros grandes primatas, encontrar indícios que justifiquem o grande salto cognitivo que faz a espécie humana tão desenvolvida socialmente. O que torna os humanos seres tão diferentes cognitivamente, apesar de tão próximos geneticamente dos outros grandes primatas?

Alguns dos estudos mais significativos no sentido de oferecer pistas para responder a essa questão são aqueles cujos resultados ajudam a fazer inferências a respeito das diferenças na capacidade cognitiva entre as espécies de grandes primatas, daí selecionar para discussão os que se referem à atenção conjunta, à teoria da mente e, conseqüentemente, à interação comunicativa. Tais estudos, levados adiante principalmente por pesquisadores das ciências cognitivas, vêm servindo como base para diversas pesquisas interdisciplinares, tornando-se foco de estudo de biólogos, psicólogos, filósofos e linguistas, todos embasados por uma teoria cognitivista que se mostra preocupada em desvendar os mistérios da mente humana e de sua capacidade linguística. E, como na base da comunicação humana está a intencionalidade, necessariamente trataremos da interface cognição-pragmática para, enfim, entrar na discussão sobre língua baseada no uso.

A atenção conjunta é aparentemente uma capacidade-chave filogenética da evolução da espécie humana. No período em que o bebê humano inicia seu processo de desenvolvimento dessa capacidade, as formas culturais da espécie começam a fazer sentido para ele, e a linguagem ganha um aliado em seu desenvolvimento. Segundo Tomasello (1999), a atenção conjunta começa a ocorrer quando os bebês humanos têm 9

meses de idade e se desenvolve até os 15 meses¹⁵. A criança, muito antes dos 9 meses, já é capaz de reconhecer-se no outro, ou seja, sabe que seus cuidadores são seres como ela mesma, mas, segundo o autor, somente após a “revolução cognitiva” causada pela atenção conjunta é que os bebês começam a compreender o outro como um ser intencional, pois também começam a compreender-se como tal. Essa percepção possivelmente desencadeia processos cognitivos que levam a criança a primeiro ser capaz de estabelecer atenção de verificação, ou seja, ela consegue perceber que o adulto está prestando atenção em um objeto exterior a ambos; mais ou menos aos 11 meses, o bebê consegue prestar atenção ao objeto de atenção do adulto e seguir seu olhar em direção ao objeto (atenção de acompanhamento); posteriormente, a partir dos 13 meses, o bebê já é capaz de apontar, imperativa ou declarativamente para algo exterior a ele e ao adulto, a fim de obter algo (imperativo) ou apenas a fim de compartilhar atenção (declarativo).

Antes dos 9 meses, quando a criança apenas conseguia estabelecer interações diádicas, sua relação com o meio resumia-se a ações independentes, ora com um objeto, ora com o adulto. A partir dos 9 meses, quando a criança já consegue estabelecer uma interação triádica, ou seja, quando passa a perceber que o adulto pode prestar atenção a algo exterior, essa capacidade cognitiva pode desencadear processos que levem às etapas posteriores, até chegar ao momento em que a criança percebe que, se ela apontar para algo externo a si e ao adulto, pode obter sua atenção. As interações triádicas, portanto, permitem à criança conhecer-se cada vez melhor, pois, assim, vivencia seus próprios objetivos e os efeitos de suas ações sobre o meio, e é isso que irá colaborar com o desenvolvimento inato de linguagem.

Refletindo sobre a explicação de Tomasello e de seus colaboradores (1998 *apud* TOMASELLO, 1999) a respeito das fases de percepção da criança e da atenção dispensada a um objeto exterior, podemos entender que, ao mostrar que dos 9 aos 12 meses o comportamento de verificar é observado, mas que aos 11 meses já possível perceber o acompanhamento do olhar, aparentemente essas fases estão intrinsecamente ligadas, como se, ao passar a entender que o outro tem intenções com seus atos, a criança passasse também a amadurecer em si o fato de que o outro pode dar atenção a algo exterior a si e a ela, e então, a partir disso, desencadeasse o entendimento de que, se o outro pode prestar atenção a algo exterior, ela também pode prestar atenção à mesma

¹⁵ Tomasello não diz que há um momento exato de surgimento da capacidade de atenção conjunta, entretanto, afirma que, curiosamente, é em torno dos 9 meses que isso acontece.

coisa, e então, se isso é possível, se ela pode seguir a atenção do outro, o contrário também pode ocorrer.

Percebemos, então, que a maturação de uma pequena habilidade cognitiva, como a simples percepção do outro como um ser intencional, pode desencadear outros processos cada vez mais complexos, como num verdadeiro efeito borboleta¹⁶. Segundo Tomasello (1999), somente quando o bebê começar a perceber a intenção que há por trás das coisas, será possível que ele comece também a aprender a respeito dos artefatos simbólicos e não-simbólicos de sua cultura. Ao compreender a intenção do criador por trás de uma ferramenta como o martelo, por exemplo, seu significado simbólico passa a fazer sentido. O mesmo ocorre com a língua, um dos artefatos mais simbólicos que podemos encontrar. A língua exige de seus falantes uma compreensão das intenções abstratas por trás de seu uso para que faça sentido aprendê-la e usá-la para se comunicar. Muito cedo se aprende que a língua é um dos maiores trunfos sociais da espécie humana, pois, por seu intermédio, o indivíduo é capaz de aproximar ou de distanciar pessoas, conforme o uso que dela fizer.

Pode-se, neste momento, inquirir sobre a capacidade de nossos parentes mais próximos, os chimpanzés, de reconhecer um espaço de atenção conjunta. Esta capacidade, se unicamente humana, poderia ser uma pista chave para encontrar o grande salto cognitivo que faz a espécie humana tão diferente das demais espécies primatas. Segundo Tomasello (1999), apesar de serem capazes de reconhecer seus coespecíficos como seres intencionais, ou seja, seres que, ao agirem de tal maneira têm intenções envolvidas por trás de tal ação, os chimpanzés não os reconhecem como seres intencionais como a si próprios, ou seja, não identificam que seus coespecíficos podem ter intenções como as suas e, principalmente, não compartilham intenções e informações deliberadamente, somente com o intuito de se comunicar.

Nas primeiras pesquisas desse autor envolvendo chimpanzés, Tomasello categoricamente afirmava que nenhum treinamento seria capaz de lhes dar a predisposição biologicamente humana para se identificar com seus coespecíficos. Com os desenvolvimentos das pesquisas, entretanto, Tomasello e seus colaboradores assumiram uma posição mais cautelosa (TOMASELLO, 2008; TOMASELLO & HERRMANN,

¹⁶ Teoria do Caos: o bater das asas de uma borboleta, em algum lugar do planeta, pode acarretar em um tufão do outro lado do mundo. Para mais informações sobre essa teoria, indico: Lorenz, E. N. Deterministic Nonperiodic Flow. *Journal of Atmospheric Science*. v20, p 130-141, 1963.; Lorenz, E. N. *A essência do caos*. Brasília: Editora UnB, 1996.(Savi, M. A. *Caos em sistemas mecânicos*. Retirado de http://www.lavi.coppe.ufrj.br/~savi/Publicacoes/Caos_Dincon_02.pdf)

2010), principalmente porque puderam constatar que os chimpanzés entendiam que seus parceiros sociais agiam como seres intencionais e tinham objetivos e percepções (*op. cit.*, 2010). O que aparentemente vem sendo apontado como divisor de águas, a diferença-chave entre o aparato cognitivo da espécie humana e o desses animais, é que os primeiros não evoluíram apenas nas capacidades cognitivo-sociais relacionadas à competitividade, mas, sobretudo, desenvolveram capacidades cognitivas direcionadas à cooperação, o que desencadearia motivações para compartilhar intencionalidade. E esse compartilhamento, por sua vez, fomentaria a aprendizagem e a transmissão cultural, além da interação comunicativa, que prevê a cooperação entre coespecíficos.

Uma metáfora para a transmissão cultural humana empregada por Tomasello (1999) permite compreender essa diferença postulada por eles. Trata-se do *efeito catraca*. Afirmo o autor que, ao nos depararmos com um artefato de nossa cultura proveniente de outra época, tendemos a mantê-lo, no máximo adaptando-o às nossas novas necessidades, mas esse artefato jamais perderia o significado simbólico já transmitido por ele¹⁷.

Como expusemos anteriormente, ainda que possam estabelecer alguma forma de atenção conjunta, os chimpanzés não compreendem a intencionalidade implícita em artefatos culturais que transcendem o tempo e o espaço. Portanto, ainda que possam de fato transmitir culturalmente, através de gerações, alguns comportamentos e informações¹⁸ (WHITEN & VAN SCHAIK, 2007 *APUD* TOMASELLO E HERRMANN, 2010), isso pode se perder muito mais facilmente do que o que é transmitido culturalmente entre os humanos, pois o efeito catraca não se manifestaria. Talvez isso explique por que a evolução desse grupo nem de perto alcançou a evolução da raça humana. No entanto, argumentam os psicólogos da evolução que a ausência do efeito catraca nos chimpanzés não impede que, em algum outro momento, um comportamento ou informação ressurgja. Atribuem o fato a uma possível capacidade inata da espécie em facilitar esse surgimento.

Se a diferença-chave entre a cognição humana e a cognição dos outros grandes primatas não estiver na capacidade de estabelecer atenção conjunta, posto que seja possível para os chimpanzés realizar pelo menos duas das três fases da atenção conjunta estudadas por Tomasello (verificação e acompanhamento do olhar), talvez seja possível

¹⁷ Essa mesma metáfora pode ser empregada para lidar com os fenômenos em processo de gramaticalização, conforme argumentaremos na seção sobre processos de mudanças de construções.

¹⁸ Sobre esse aspecto, como já expusemos, há controvérsias.

encontrar uma resposta na etapa seguinte a esse *boom* cognitivo que começa aos 9 meses da criança humana: a atribuição de estados mentais a coespecíficos, considerada pelos cognitivistas como *teoria da mente*.

Segundo Okamoto, Tanaka e Tomonaga (2004), a atenção conjunta é uma habilidade sociocognitiva que acontece bem cedo na ontogênese e que leva ao desenvolvimento posterior da habilidade de inferir os estados mentais dos outros. Portanto, entendemos que o efeito borboleta que começa seu “bater de asas” aos 9 não se interrompe aos 15 meses, quando a criança já consegue direcionar a atenção de outros coespecíficos. Ele vai além, levando à percepção de falsas crenças aos quatro anos, o que pode ser comparado aos efeitos devastadores de um “tufão”, causado pelo bater de asas inicial. A teoria da mente, então, mostra que os humanos têm a capacidade de atribuir estados mentais aos outros, ou seja, saber que, quando presenciamos determinada cena na presença de outro e, depois, em sua ausência, ela se modifica, ao ocorrer seu retorno à cena, seu estado mental não é de ignorância, mas de uma falsa crença, pois não presenciou a mudança, então acredita no que viu anteriormente (OKAMOTO, TANAKA & TOMONAGA, 2004).

Com o intuito de pesquisar sobre o possível divisor de águas das capacidades cognitivas humanas e de outros primatas, testes não-verbais vêm sendo aplicados aos primatas não-humanos por diversos pesquisadores que desejam atestar se a teoria da mente é uma capacidade cognitiva exclusivamente humana ou não. Há mais de 30 anos, Premack e Woodruff (1978) se perguntaram o seguinte: “Os chimpanzés têm teoria da mente?”. Os estudos de Whiten (1993) sobre mentalismo não-verbal defendem que os chimpanzés podem, sim, ser capazes de realizar leitura da mente, ou seja, perceber as intenções de seus coespecíficos e antecipar comportamentos, além de ser capazes de provocar falsas crenças em outros indivíduos. Sobre o mentalismo não-verbal, o mesmo autor argumenta que este pode ser um tipo de comportamento, se pensarmos que, para fazer uma leitura de mente, temos que perceber o comportamento dos outros indivíduos. Penn e Povinelli (2007) associam respostas consideradas mentalistas em testes com animais a atos resultantes do sistema psicológico comportamentalista. A discussão feita por Whiten sobre mentalismo implícito (que estaria relacionado ao mentalismo pré-verbal, ou seja, infantil) e mentalismo explícito é bastante interessante. Ela o conduziu à conclusão de que, para que o mentalismo seja explícito, não necessariamente precisa ser verbal, pois engloba representações mentais, como a percepção de uma crença, ou a atribuição de falsas crenças, por exemplo, o que, segundo ele, foi percebido nas

pesquisas com chimpanzés. Os resultados de Whiten, entretanto, podem representar que os chimpanzés apenas são capazes de aprender com suas próprias experiências e com a experiência que têm da experiência de seus coespecíficos. Dessa forma, a recursividade presente no momento em que antecipa a ação de um indivíduo pode apenas refletir seu aprendizado com experiências anteriores, positivas ou negativas.

Call e Tomasello (2008) defendem essa possibilidade, pois, para eles, os chimpanzés são, sim, capazes de prever e antecipar antigas ações em novos acontecimentos, mas, segundo eles, esse recurso teria pouco a ver com atribuição de estados mentais. Testes realizados por Kaminski, Call e Tomasello (2008) indicaram que os chimpanzés são capazes de compreender que o outro está desinformado, ou seja, é ignorante a respeito do assunto, mas não consegue atribuir-lhe o estado mental da falsa crença, ou seja, não percebe quando o interlocutor está mal informado. Isso mostra que eles entendem os objetivos e intenções do outro, assim como sua percepção e conhecimento, mas não são capazes de compreender que o outro pode ter uma informação equivocada e diferente da que ele tem. Se o ato de buscar na memória acontecimentos passados que possam ajudar a lidar com acontecimentos presentes for considerado leitura recursiva da mente, então chimpanzés são capazes de realizá-la. Entretanto, devemos nos lembrar que há uma grande diferença entre entender que nosso interlocutor está desinformado e entender que ele está mal informado.

Após essa breve discussão a respeito de atenção conjunta e de teoria da mente, é relevante estabelecer a relação entre o *boom* cognitivo, ora discutido, e a interação comunicativa, intenção e uso da língua. Também é relevante estabelecer uma aproximação entre a capacidade linguística dos humanos e a incapacidade linguística dos grandes primatas não-humanos.

Em um trabalho anterior, Tomasello (2008) afirma que a grande diferença entre a comunicação humana e a comunicação dos grandes primatas não-humanos é que esta é baseada na intencionalidade individual, ou seja, os grandes primatas não-humanos agem intencionalmente, entendem as intenções de outros seres de sua espécie, entretanto, não compartilham essas intenções nem parecem ter habilidades e motivos para colaborar mutuamente entre si, evidenciando um comportamento egoísta e individualista. Os seres humanos, em contrapartida, também agem intencionalmente, compreendem as intenções dos outros seres de sua espécie, mas, diferente dos demais primatas, trabalham colaborativamente, comunicando-se e cooperando entre si a fim de

alcançar um objetivo, que pode ser um resultado imediato ou apenas uma garantia de que obterá resultados futuros.

Três são os motivos apresentados por Tomasello para a comunicação humana cooperativa: (i) concessão de pedidos ou informações; (ii) oferecimento de ajuda; e (iii) compartilhamento de emoções. O primeiro motivo, a *concessão de pedidos ou informações*, baseia-se no processo básico de cooperação chamado **mutualismo** e está relacionado à inferência de que, concedendo pedidos ou informações, o ser humano está visando a um mútuo benefício. A colaboração mutualista parece ser a origem do conhecimento comum de mundo, necessário para uma comunicação cooperativa rica e efetiva.

O segundo motivo, o *oferecimento de ajuda*, baseia-se no processo de **reciprocidade direta**, que está relacionada ao desejo de melhorar a reputação perante o grupo. Uma diferença entre as duas espécies primatas aqui tratadas emerge do fato de que os seres humanos ajudam e pedem ajuda também fora de contextos mutualistas. Nesses casos, a "reciprocidade indireta", ou seja, o oferecimento de ajuda também em situações em que não há a recepção de benefícios, ajuda a melhorar a própria reputação e faz com que, no futuro, outras pessoas possam colaborar com eles. As atividades colaborativas humanas são, assim, a origem da comunicação cooperativa.

E o terceiro motivo, *compartilhamento de emoções*, baseia-se na **seleção de grupo cultural**, e está relacionado à necessidade de se reafirmar membro de um determinado grupo. O processo básico de seleção do grupo permite tratar da importância que a função de imitação assumiu na história da evolução humana. Essa função começa com o aprendizado por imitação dos semelhantes e se desenvolve até a aquisição de uma função social, porque a imitação é uma maneira de expressar solidariedade com os pertencentes ao grupo.

A imitação, junto com o conformismo e a solidariedade, implica duas consequências: a primeira é o desejo de compartilhar emoções com os outros, e a segunda é a pressão de se conformar com regras e normas sociais, sem as quais o indivíduo seria excluído do grupo. A comunicação humana cooperativa, então, teria como principal característica a habilidade de compartilhar intencionalidade e também a motivação para o pedido e para a oferta de ajuda e compartilhamento de informações. A habilidade cognitiva básica do compartilhamento de intencionalidade é, segundo Tomasello, a recursividade, que, combinada com a disposição para fornecer ajuda, leva a expectativas mútuas de ajuda entre os seres humanos, característica colaborativa

unicamente humana que aparentemente tem sua origem no comportamento generoso da espécie.

Ao tratar de leitura recursiva da mente, torna-se imprescindível abordar um assunto recorrente em cognição e comunicação: a intersubjetividade. A noção de intersubjetividade é discutida por Maturana (2001) com um enfoque biológico muito interessante para a comparação com os estudos linguísticos. O autor traz para a discussão a teoria da *autopoiese*, que se baseia na semipermeabilidade dos sistemas dos organismos vivos. Isso faz com que, em suas interações com o meio¹⁹, mudanças ocorram tanto nos organismos quanto nesse meio, de modo que a coerência interna de ambos seja mantida. Nessas interações, os organismos se permitem mudar pelas pressões do meio, e também agem sobre esse meio provocando mudanças, num mecanismo de constante adaptação de ambas as partes com vistas à própria sobrevivência. Não coincidentemente, o mesmo processo pode se manifestar na língua.

A teoria da *autopoiese* aproxima-se do sentido de intersubjetividade justamente com a manifestação desse mecanismo, pois seres e meio se *re-cognizam* durante as interações e assim se mantêm vivos e evoluem. Quando essa coerência não pode ser mantida, ocorre a destruição. Maturana considera, então, a linguagem como um sistema autopoietico, pois, promovendo a interação, também sofre e causa mudanças, mantendo-se em um constante equilíbrio entre a ordem e o caos.

Outro autor que discute a noção de intersubjetividade é Schutz (1967), filósofo que em seu trabalho dá maior enfoque aos sujeitos em interação. O autor abandona a atitude fenomenológica, ou seja, a observação da real situação de interação, por exemplo, despida de qualquer ponto de vista, crença ou percepção do observador, e trata do entendimento da intersubjetividade sob o ponto de vista da atitude natural, ou seja, sob o ponto de vista do observador do que é a realidade. Na atitude natural, nós, seres humanos, compreendemos o mundo e nossos semelhantes porque sabemos que o outro é igual a nós mesmos, com sentimentos, qualidades, defeitos, percepções, embora cada um tenha sua própria experiência de mundo e seu próprio ponto de vista sobre as coisas. Ainda a respeito da compreensão do outro, Schutz (1967) afirma que o entendimento que temos do outro é limitado e sua experiência subjetiva é inacessível, na medida em que nosso conhecimento de nós mesmos é ilimitado e temos total acesso a nossa experiência subjetiva. Para que percebêssemos a experiência subjetiva do outro

¹⁹ Por *meio* compreenda-se o ambiente e outros seres vivos.

exatamente como ele a vivenciou, teríamos que *ser* o outro. Cada um de nós vivencia a própria experiência de maneira única, e o que podemos dizer que estamos testemunhando quando participamos da experiência do outro é nossa própria experiência da experiência do outro, enviesada por nosso ponto de vista.

Ao conhecer a experiência alheia, temos a oportunidade de, inclusive, vivenciar fatos da experiência do outro dos quais nem mesmo ele teve consciência. De acordo com Schutz, também é possível apreender as experiências do outro a partir do corpo do outro ou de objetos produzidos por ele, como artefatos, músicas, obras de arte. Entretanto, a experiência projetada será sempre a nossa experiência da experiência alheia, e jamais a experiência subjetiva originalmente ocorrida. O autor discorre também sobre a corrente de consciência do outro sendo simultânea à do *eu*. Podemos ter uma experiência simultânea à experiência do outro enquanto ele a vive, mas não podemos observar nossa própria experiência simultaneamente, senão por um ato reflexivo. Ou seja, a observação da própria experiência somente pode ser feita no passado, enquanto a observação da experiência do outro pode ser simultânea. Essa simultaneidade tem a ver com a duração (*durée*) de cada um, que, além de ser experienciada subjetivamente pelo *eu*, também é experienciada pelo outro como uma realidade (cada envolvido na interação experiencia a *durée* do outro). O conceito de simultaneidade aqui, por não ser temporal, permite que a corrente de consciência de pessoas de tempos diferentes possa ser colocada imaginariamente em simultaneidade, e é por isso que podemos ter uma experiência da experiência de outras pessoas por meio de seus artefatos, obras de arte, músicas, livros, entre outros, ainda que sejam de outra época.

Schutz (1967) explica que a simultaneidade na corrente de consciência não quer dizer que as pessoas tenham o mesmo ponto de vista do mundo, pois cada um vive suas experiências e entende o mundo de maneira diferente. A simultaneidade, inclusive, não pressupõe a mesma experiência para todos os participantes da interação, cada um tem a própria experiência da experiência do outro.

Quando interpretamos nossas próprias experiências e as experiências alheias, o fazemos a partir de nossas experiências previamente vividas e de experiências previamente vividas das experiências do outro, se estas ocorreram. O autor recorre ao conceito de *contextos de significação*, que se refere ao fato de buscarmos experiências anteriores para interpretar novas experiências vividas em um mesmo contexto. Ou seja, podemos também buscar experiências que já tivemos da experiência do outro para

interpretar novas experiências vividas de sua experiência, mas obviamente o acesso a essas experiências é limitado, pois as experiências do outro não nos são abertas, apenas acessamos as partes de sua experiência que vivenciamos. Portanto, sempre haverá dúvidas a respeito das experiências vividas pelo outro, mas nosso conhecimento sobre nós mesmos é indubitável, pois se trata de nossas próprias experiências, contínuas e em sua totalidade. Todas essas postulações de Schutz (1967) nos remetem novamente a Tomasello (1999) e a Croft (2009), se pensarmos que a intersubjetividade está totalmente inserida no espaço de atenção/ação conjunta.

4. UM MODELO DE LÍNGUA BASEADA NO USO

Numa incursão nas obras do biólogo (Maturana), do psicólogo (Tomasello) e do filósofo (Schutz), invocadas na seção anterior, é possível perceber que, apesar de fazerem pesquisas em áreas diferentes, os aspectos teóricos explicitados convergem para um mesmo ponto de origem, o campo da linguagem, uma capacidade tão cognitivamente elevada e elaborada que coloca os seres humanos a uma distância significativa na escala de evolução entre as espécies primatas. Portanto, não é nenhuma novidade encontrar pesquisadores da área da linguística que fundamentam sua teoria na psicologia e vice-versa, pois a tendência atual nas ciências cognitivas é a de uma interdisciplinaridade cada vez mais substancial.

As discussões sobre cognição em linguística, contudo, também têm tomado corpo teórico. É o que podemos encontrar, por exemplo, no trabalho de Langacker (2000). Por ser um estudioso da área da linguagem que se pauta na teoria de língua baseada no uso, Langacker considera a importância do uso real do sistema linguístico por seus falantes e seus conhecimentos sobre esse uso. Para o autor, a língua não pode ser reduzida a regras, como postula a Gramática Gerativa, e muito menos ser baseada em economia. Para a linguística cognitiva, além das “regras”, que o autor prefere chamar de esquemas, também aprendemos expressões específicas que ficam guardadas e prontas para o uso imediato assim que a necessidade se revele.

Nessa perspectiva, a língua está sujeita a mudanças que a desestabilizam, atraindo um esquema para categorizar o elemento desestabilizador. Mas assim como pode, em algum momento, desaparecer da língua, esse mesmo motivo de desestabilidade pode também se arraigar (enraizar), contraditoriamente surtindo o efeito de estabilizador do sistema.

Esse processo se repete sempre que aparece um novo item ou construção. A esse respeito, Lima-Hernandes (2010) mostra que, por elisão de informações compartilhadas, uma estrutura rompe-se em sua completude esperada e aproxima-se formalmente de outra já existente e recorrente na língua. A nova construção pode ser alvo de reanálise e ser lida em termos de uma construção já existente, produzindo a estabilidade do sistema.

Outra possibilidade é que essa nova construção não “vingue”, caia em desuso e desapareça. Talvez seja o caso da construção "risco de vida", que tem perdido terreno para "risco de morte". A explicação óbvia, como demonstrou Lima-Hernandes (2008), é que o falante não reconhece um sentido plausível para a afirmação expressa numa construção que, por elisão (decorrente de informação compartilhada), fora corrompida. Tudo vai depender, obviamente, da facilidade com que essa nova construção será buscada em nossa cognição, pois essa seria uma condição para se tornar frequente e, assim, se estabilizar como parte da língua e em gerações sucessivas. É nesse viés que nos apropriaremos de conceitos da linguística cognitiva para lidar com os estudos de gramaticalização, pois, nessa perspectiva, é possível observar as possíveis destabilizações causadas pela língua em movimento, e identificar a busca cognitiva a que procedemos por expressões prontas no momento da enunciação, optando por uma construção ou outra que mais eficientemente estabeleça o espaço de atenção conjunta, no sentido expresso por Tomasello (1999).

Langacker (2000) cita alguns fenômenos psicológicos ativadores do surgimento de novas unidades e expressões linguísticas: arraigamento, esquematização, categorização, composição e simbolização. Observemos para esta discussão os conceitos de arraigamento, categorização e esquematização, os quais serão posteriormente comparados com conceitos de outros autores. A partir da observação, em baixa resolução, de determinadas construções, é possível perceber que seus traços comuns podem fazer emergir um esquema, uma unidade linguística que esquematiza aquelas construções alinhadas por esse traço comum (esquematização). Esse esquema pode ser adotado para categorizar uma nova construção surgida na língua (categorização), cuja frequência de uso reforça a função esquemática e torna a nova construção arraigada (arraigamento). Ao elaborar o conceito de linguagem como um sistema autopoietico, Maturana (2001) assente que esse sistema interage com o meio (outros seres e ambiente), impactando-o com mudanças com vistas à busca de coerência interna.

Se, no modelo dinâmico de língua baseada no uso, proposto por Langacker (2000), a língua é um sistema complexo que está sempre no limite entre a ordem e o caos, no sistema autopoietico, a língua é permeável às pressões externas e, em função dessas, tanto impõe quanto sofre alterações para manter sua coerência interna.

Tanto no modelo dinâmico baseado no uso quanto no sistema autopoietico, o limite entre a ordem e o caos é o espaço da interação e também da identidade de cada componente do sistema. O resultado da atuação dessas forças em ambos é o equilíbrio. A título de ilustração, pode-se cogitar que uma nova construção desempenhe novas funcionalidades no sistema linguístico, uma fase inicial de desestabilização é prevista, mas forças anatópicas passam a agir de modo que o sistema estabilize-se e, a depender da frequência de uso, aproxime a nova forma de outras já arraigadas.

Desse modo, aproximamos os conceitos postulados por Maturana na Biologia dos conceitos postulados por Langacker na Linguística. O que esperamos que ocorra ao sistema linguístico é um constante movimento em direção à mudança, pois está à beira do caos, havendo sempre o limite entre inovação (pois está submetida ao uso) e padrões de regularidade fonológica, morfológica e sintática pré-estabelecidos. Assim, como num sistema autopoietico, estando o sistema linguístico sujeito ao uso, ou seja, à interação, está também sujeito às inovações e mudanças causadas pelas situações de comunicação. O meio é, assim, fundamental para que a esquematização seja arraigada, e a mola propulsora dessa dinâmica é justamente a intersubjetividade, base da postulação de Schutz (1967), Maturana (2001) e Croft (2009)

Uma das manifestações da atuação dessa mola, no modelo de gramática baseada no uso, é principalmente a categorização de eventos de uso, que, segundo Langacker (2000), impacta o sistema linguístico de modo a atender às necessidades de inovações impostas pelos usuários da língua.

O mecanismo todo poderia ser sintetizado tomando como ponto de partida os falantes e seus interlocutores. Nesse sistema dialógico, atuam as memórias de ambos, suas habilidades para resolver problemas, seu conhecimento de mundo, além de sua compreensão social, cultural e contextual linguística para elaborar o significado subjetivo de seu discurso. Esse mecanismo todo comporia o evento de uso da língua (*ground*), uma instância de uso real (*instantiation*) e um espaço de ação e reação em que o falante e o ouvinte devem selecionar construções linguísticas que evoquem uma resposta denunciadora da intercompreensão requerida pelo contexto (ou pelo meio,

como prefere Maturana). Tanto o falante quanto o seu interlocutor atuam na interpretação do evento como intencionado pela outra parte em simultâneo.

É possível, neste momento, refletir sobre a seleção de construções linguísticas para evocar essa intercompreensão desejável pelas partes interativas. Não é difícil imaginar, por experiência própria de falante e de ouvinte, que a mobilização de experiências prévias viabilizará a interação, assim como a apreensão ou hipotetizações das intenções subjacentes.

Esse aparato pragmático – ou arraigamento/enraizamento da intercompreensão de intenções – requer um empacotamento sintático coerente, daí a necessidade de, no campo da Linguística Histórica, recorrer aos estudos de processos de gramaticalização.

4.1. GRAMATICALIZAÇÃO

O sistema linguístico é constituído por diferentes itens e construções com funções também diferenciadas, no entanto relacionadas historicamente e organizadas em termos de semelhanças familiares.

Muitos desses itens são lexicais, nomeiam coisas, expressam ações, qualificam coisas, o que quer dizer que outros itens como esses podem aparecer a qualquer momento na língua, basta que surja uma coisa nova que precise ser nomeada, ou uma ação realizada de modo diferente ou em sua base totalmente diversa das existentes devido ao surgimento de novos artefatos (como é o caso do surgimento da informática e das inúmeras palavras – nomes e verbos – que surgiram junto com ela). Os processos que dão origem a esses itens/funções nomeiam-se lexicalização.

Outros itens são gramaticais e estabelecem relações mais abstratas entre elementos do discurso, de dependência entre termos ou de referência, por exemplo, cujas classes são praticamente fechadas, semipermeáveis nos termos de Maturana, mais difíceis de serem penetradas por construções ou itens novos. Trata-se do processo de gramaticalização, um tipo de mudança linguística que ocorre quando formas linguísticas de função mais lexical, mais concretas, mais livres e autônomas passam a funcionar como formas gramaticais, mais presas, expressando relações mais abstratas, assumindo novas funções. Esse é um conceito extensivo também aos casos em que uma forma já gramatical passa a uma função ainda mais gramatical.

Tanto no processo de lexicalização quanto no de gramaticalização, a forma-fonte passa por processos cujos caminhos podem desembocar em um e outro tipo de

mudança, mas, ao mesmo tempo, pode passar a ter uma forma de aparência idêntica iniciando um novo percurso histórico. Portanto, o fato de um item lexical ou menos gramatical ganhar significados gramaticais não faz com que o item lexical desapareça; a forma mais gramatical pode coexistir com o significado anterior, fazendo com que os diversos significados de um mesmo item ou construção convivam no sistema linguístico em diversos estratos de significação (HOPPER, 1991).

Ambos os processos referidos são formas de inovar o modo de comunicação, principalmente oral, e esse fato permite evidenciar que acima da criatividade humana está quase sempre a intenção de que a intersubjetividade seja mantida. A inovação na fala constitui-se prova de que a intercompreensão é incessantemente buscada e, se determinada forma torna-se insuficiente para demonstrar essa intenção, novas tentativas podem ser feitas para cumprir o intento.

Se analisarmos por esse ângulo, a gramaticalização é uma forma perfeita de processo recorrente em língua baseada no uso, pois, durante a interação, novos significados e funções surgem no campo pragmático (frequência *type*²⁰) e intensificam-se em uso; e, com a intensificação desses usos, eles tenderão a se fixar na língua (arraigamento, conforme LANGACKER, 2000), tornando-se, de fato, parte do sistema, parte da construção sintática, parte da herança linguística.

Um dos autores pioneiros dos estudos sobre gramaticalização é Antoine Meillet, que explicou o processo como a “passagem de uma palavra autônoma à função de item gramatical” (MEILLET, 1912, APUD GONÇALVES, LIMA-HERNANDES, GALVÃO, CARVALHO, 2007, p.20). Naquele momento em que cunhou o termo, o autor o concebia como ferramenta para o estudo na área da Linguística Histórica, portanto o nome gramaticalização nasceu sob influência neogramática que exigia um viés diacrônico.

Com o desenvolvimento dos estudos em sincronia e com o reconhecimento da tênue linha metodológica que separa o estudo de sincronias do estudo da diacronia, e dos efeitos de uma sobre a outra enquanto processo histórico, estudos mais atuais apontam para a efetividade de resultados em estudos de gramaticalização numa perspectiva sincrônica, ou até mesmo pancrônica, quando diacronias e sincronias são combinadas em uma investigação.

Não há dúvida sobre a grande vantagem para a compreensão de um fenômeno evolutivo numa abordagem diacrônica, pois os dados permitem a referendação da mais

²⁰ O conceito de frequência *type* e frequência *token* (BYBEE, 2007) será trabalhado na seção de análise.

remota ocorrência registrada, do reconhecimento de como o item pesquisado se comportava e mais recentemente se comporta, além da produtiva descoberta que pode vir a ser a análise etimológica do termo. Contudo, não é impossível nem descartável a possibilidade de que um recorte sincrônico nos permita identificar dados efetivos de gramaticalização em curso.

Dentre os maiores estudiosos dos processos de gramaticalização estão os alemães Lehmann, também um dos pioneiros na área, Heine, Claudi e Hünemeyer, os norte-americanos Croft, Bybee e Givón e o britânico Hopper. Alguns desses autores já há bastante tempo vêm desenvolvendo pesquisas que, entre outros fatos, explicam a gramaticalização como decorrência de processos cognitivos humanos. A seguir, faremos uma explanação a respeito dos resultados alcançados por alguns desses estudiosos em suas pesquisas.

4.1.1. PESO, COESÃO E VARIABILIDADE

Lehmann (1982) explica os graus de gramaticalização de um item ou construção a partir de sua autonomia: quanto menos autônomo é o item, mais gramaticalizado está. Segundo o autor, a autonomia de um item decresce de acordo com as relações que passa a estabelecer com outros itens, ou seja, quanto mais coesos os itens estão entre si, tanto menos esse item poderá se movimentar na construção sintática. A equação é a seguinte: menos autonomia = mais gramaticalidade. Ao se gramaticalizar, o item perde ‘peso’ semântico ao mesmo tempo em que ganha coesão sintática. Segundo Lehmann (1982), os principais aspectos da gramaticalização se distinguem por seis parâmetros, os quais se postam entre o eixo paradigmático e o sintagmático. O quadro 1 mostra uma reprodução do elaborado originalmente por Lehmann (1982). Nele, notamos os dois eixos em relação ao peso, coesão e variabilidade de um item.

	Paradigmático	Sintagmático
Peso	Integridade	Escopo estrutural
Coesão	Paradigmaticidade	Conexidade
Variabilidade	Variabilidade paradigmática	Variabilidade sintagmática

Quadro 1 – Os parâmetros de Lehmann (1982)

O peso de um item no eixo paradigmático está relacionado à integridade semântica e fonológica desse mesmo item, enquanto no eixo sintagmático está relacionado à dimensão da construção sintática em que ele estará. A coesão de um item no eixo paradigmático está relacionada ao grau de integração e de dependência do item com os outros itens do paradigma, e a coesão no eixo sintagmático se refere à relação de dependência de um item com outros na construção sintática. A variabilidade paradigmática prevê que há vários itens com a mesma função e que, portanto, podem ser intercambiáveis²¹, e a variabilidade sintagmática prevê que um item possa se deslocar ao longo da construção sintática livremente.

Tendo em conta os parâmetros de Lehmann (1982), percebemos que, então, os graus de gramaticalização podem ser medidos nos dois eixos: no paradigmático, com perda de integridade semântica, maior integração entre itens do paradigma e especialização do item para um novo significado; e no eixo sintagmático, com a perda de integridade lexical, ganho de coesão com os itens componentes do sintagma e perda de liberdade de movimento na construção sintática.

Segundo Lehmann, esses parâmetros são interdependentes, mas não necessariamente ocorrerão altamente relacionados, podendo ser até analisados metodologicamente de maneira independente. O que contará para os estudos de gramaticalização, portanto, é o grau de relação que será encontrado na análise dos parâmetros aplicados ao item ou construção estudada..

4.1.2. ESTÁGIOS REGENTES DA GRAMATICALIZAÇÃO

Hopper (1998) defende um conceito de gramática emergente, segundo o qual itens ou construções gramaticais emergem e consolidam seu uso a partir da frequência de uso. É de se esperar que essa emersão de usos desestabilize o sistema, mas suas defesas (normas, por exemplo) buscam estabilizá-lo novamente.

Essas ideias de Hopper aproximam-se, sobremaneira, das de Maturana e também das de Tomasello, que defende que itens se sujeitam às pressões do uso e à necessidade de comunicação à medida que uma intenção se cumpre. Essa seria, para Tomasello, uma prioridade ontológica do ser humano.

²¹ A paradigmaticidade parece nos levar à teoria dos atratores (LANGACKER, 2000), que diz que, quando uma nova forma entra no sistema e o desestabiliza, tende a se tornar um atrator, de fato atraindo formas de um campo semântico a que se adapte, formando um esquema, um paradigma integrado.

Alguns anos antes de defender a tese de que a gramática é emergente, Hopper (1991:21-2) já falava em “gramaticalização como sendo potencial diagnóstico para a emergência de novos itens e construções gramaticais a partir de material já disponível”²².

Na base dessa tese de Hopper estão cinco etapas básicas e indispensáveis para que possamos identificar o início de um processo de gramaticalização: estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização. Hopper (1991) diz que os estágios (que alguns nomeiam princípios) são adicionais aos parâmetros de Lehmann (1982), compartilhando com eles suas insuficiências, pois também não são aplicáveis apenas a itens em gramaticalização, mas a itens que estejam em qualquer tipo de mudança linguística, inclusive em lexicalização.

Segundo Hopper (1991), a *estratificação* ocorre quando um novo item surge na língua e concorre em função com outros itens, previamente atuantes com a mesma função, pela preferência de uso em determinado contexto. Já a *divergência*, como uma espécie de caso especial de estratificação, ocorre quando um item, apesar de ter assumido significados novos, coexiste com suas funções antigas, fazendo com que o falante necessite apegar-se ao contexto para definir que função esse item está exercendo no sintagma durante o ato de fala. A *especialização* prevê que o novo item, após concorrer com os itens (estratos) que antes exerciam sua função, especialize-se e torne-se preferido na escolha dos falantes, muitas vezes fadando a forma antiga ao desaparecimento. Tais princípios são observáveis, portanto, em sincronias, marcando a variação linguística. A *persistência* é o princípio que nos move em busca da etimologia como recurso para traçar rotas de mudança, pois a despeito da perda semântica, alguns traços semânticos originais do item persistem, deixando pistas de sua origem lexical ou menos gramatical. Por fim, a *decategorização* remete a um estágio em que itens gramaticalizados tendem a neutralizar seus traços morfológicos, mudando efetivamente de categoria e comportando-se sintaticamente como um item gramatical. É a mudança em curso.

Observando esses processos por que passam os novos itens que entram no sistema linguístico segundo os estágios postulados por Hopper (1991), podemos notar que, mesmo antes de que Langacker (2000) formalizasse a teoria dinâmica de língua baseada no uso, Hopper (1991) já falava algo parecido ao trabalhar com o processo de

²² Notemos que essa proposta de Hopper assemelha-se às ideias que Langacker vai defender dez anos depois, precisamente em 2000, na teoria de língua baseada no uso.

gramaticalização: quando itens novos entram no sistema, há uma concorrência com os itens antigos e uma ocorrência do mesmo item com diversos significados, uns mais concretos e outros mais abstratos (atração, esquematização > desestabilização), e, depois de um tempo, o item novo tende a se especializar, tornando-se obrigatório naquele contexto (arraigamento > estabilização).

4.1.3. AS CATEGORIAS COGNITIVAS

Os estudiosos alemães Heine, Claudi e Hünemeyer, em seu texto de 1991, trabalharam o quadro conceitual da gramaticalização. Uma das novidades no estudo desses autores foi listar, dentre os fatores desencadeadores de gramaticalização, os extralinguísticos. Essa postura justificar-se-ia pelo próprio campo de atuação científica desses pesquisadores. Eles comparavam a gramaticalização em várias línguas africanas e o fator extralinguístico sugeria grande força nessas incursões (“a própria gramaticalização é motivada por fatores extralinguísticos, entre eles pela cognição²³”, *id.*, p.27).

Propuseram, ainda, que o melhor caminho para se identificar que a gramaticalização estaria em curso seria a aplicação das categorias cognitivas ao item em foco de estudo. Embora não haja exatamente uma fórmula para essa aplicação metodológica, os autores apresentam exemplos que permitem verificar o modo de apreensão da atuação dessas categorias.

Segundo eles, ao se gramaticalizar, um item lexical passa por processos cognitivos, deslizando por um *continuum* que passa gradualmente de uma função mais concreta a uma função mais abstrata. As categorias cognitivas de Heine, Claudi e Hünemeyer são, unidirecionalmente, mas não necessariamente unilinearmente, conforme defende Lima-Hernandes (2010), pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade. Assim como um bebê que começa a perceber o mundo a partir de si, passando por seus brinquedos, suas ações, chegando, apenas mais tarde, quiçá após o *boom* cognitivo da atenção conjunta, às noções de espaço e tempo, além de noções mais abstratas como a qualificação, que agrega todas essas etapas em um processo metonímico. A fuga a essa linearidade é observada quando um item em mudança varia em níveis abstratos no mesmo processo cognitivo, ou seja, uma construção pode não

²³ Tradução nossa.

deixar de pertencer à categoria *pessoa*, por exemplo, e passar a uma categoria mais abstrata bruscamente, mas desdobrar-se em funções intermediárias, apresentando traços mais humanos e menos humanos em um *continuum* de abstratização na categoria *pessoa* e, progressivamente, abstratizar-se até mudar de categoria. Esta é uma maneira interessante de perceber um processo de abstratização, posto que crianças, em sua evolução ontogênica, vão percebendo o mundo também a partir do concreto para o abstrato, do que está mais relacionado ao seu corpo para o que está ao seu redor.

Segundo os autores, quando novas designações são requeridas para coisas, ações, circunstâncias que previamente não existiam, os seres humanos tendem a buscar estratégias para adquirir itens que identifiquem tais coisas, ações, circunstâncias. Dentre as maneiras encontradas para fazê-lo, tais como criação arbitrária ou icônica de palavras, empréstimos linguísticos, criação de onomatopeias, composição e derivação, há uma que, na verdade, é a que ilustra centralmente o tipo de mudança sob análise: mobiliza-se um mecanismo de extensão de significados de itens já existentes para novos conceitos por meio de metáfora, metonímia ou analogia. A esse processo nomeia-se gramaticalização²⁴.

Ainda segundo Heine, Claudi & Hünemeyer (1991), este processo de mudança ocorrerá porque aos seres humanos é inerente a habilidade cognitiva de conceituar domínios cognitivos abstratos a partir de domínios cognitivos concretos. O que define a abstratização dos domínios é a distância que se vai formando dos traços humanos na medida em que traços circunstanciais e de coesão são adquiridos. O domínio cognitivo mais concreto é o que abrange a categoria *pessoa*, e é uma característica universal das línguas naturais as designações humanas para coisas análogas ao corpo: *costa* para designar litoral, *cabo*²⁵ para designar o final de algo etc. O domínio cognitivo mais abstrato é o de *qualidade*, que não está relacionado à qualificação estrutural da classe dos adjetivos, pois tem relação direta com uma ação muito complexa e abstrata de qualificar informações que contenham categorias mais baixas em seu interior. Então,

²⁴ Entenda-se gramaticalização aqui como um processo no qual um item ou construção caminha em direção a outra função sofrendo alterações nos vários níveis de análise, conforme a descrevem Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, 4-5), cujo interesse de estudo vai além da transição léxico > gramática e para quem a gramaticalização é um processo diacrônico que abrange uma série de acontecimentos. A esse respeito, temos também as discussões realizadas por Lima-Hernandes (2009) sobre as diferenças entre se trabalhar com gramaticalização como um processo ou como paradigma. Se assumíssemos gramaticalização apenas como a mudança efetiva de classe gramatical de um item/construção, então estaríamos afirmando que só é possível trabalhar gramaticalização como paradigma.

²⁵ Etimologia: *caput*, a mesma origem de ‘cabeça’. Este caso, especificamente, não ilustra processo de gramaticalização.

quando o tempo muda a ordem dos acontecimentos do mundo concreto e passa a representar a organização textual, ele possibilita a leitura não de tempo, mas de condição para que uma ação correlacionada seja representada. Então, não é mais antes nem depois, e sim condição e fato possível (*temporal* > *conditional*, conforme HEINE E KUTEVA, 2002, p. 293). É o que ocorre com as conjunções, cuja complexidade está na existência de uma qualificação mental entre os termos que ‘costuram’. Deste modo, há uma atuação metonímica (ilustrada, por exemplo, por LIMA-HERNANDES, 2010) ocorrendo no encadeamento dos processos cognitivos, na medida em que as categorias mais abstratas refletem qualidades das mais concretas, como se fosse uma boneca russa²⁶. As demais categorias, então, formarão um *continuum* de abstratização, em que domínios cognitivos concretos vão se abstratizando mais e mais.

As teorias de comunicação (TOMASELLO, 2008), intersubjetividade (MATURANA, 2001) e a teoria de língua baseada no uso (LANGACKER, 2000) aparentemente já eram latentes nos conceitos de Heine, Claudi & Hünemeyer (1991), pois os autores naquele momento já entendiam que a gramaticalização é consequência da necessidade que temos de ser claros para transmitir intenções; se estivermos em uma situação de uso da língua e não formos compreendidos, faremos o possível para sê-lo, criando extensões de significado, por exemplo. Ao fazê-lo, podem-se criar novos itens ou construções linguísticas, que tendem a se gramaticalizar se forem amplamente utilizados. Entretanto, Heine e seus colaboradores concordam que a intenção de nos comunicarmos pode fomentar outros tipos de esforços e mudanças. A gramaticalização seria apenas um dos processos que se podem manifestar.

4.1.4. CAMINHOS UNIVERSAIS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Uma teoria de gramaticalização de grande importância para este trabalho baseia-se na postulação de que esse tipo de mudança percorre caminhos universais calcados numa direção específica à abstratização, ou seja, a tendência de mudança linguística atende a processamentos cognitivos e percorre as mesmas rotas nas línguas naturais (BYBEE, 2003).

Se, num exercício de revisão do que foi explanado até este momento, verificarmos toda a exposição teórica, será possível reconhecer que, em todos os autores

²⁶ Boneca russa ou matriosca é um conjunto de bonecas típicas russas, de madeira pintada, que se sobrepõem umas às outras, encaixando-se. (Significado extraído de <http://aulete.uol.com.br/matriosca>)

citados, apesar de cada foco estar direcionado para o interesse investigativo de cada um, há um ponto comum: a motivação para a mudança linguística no uso da língua centra-se nos processos cognitivos, daí afirmarmos que a gramaticalização ocorrerá de maneira semelhante em qualquer língua natural, posto que o aparato cognitivo da espécie humana funciona em todos também de maneira semelhante, permeado, naturalmente, por variáveis, como artefatos socioculturais e possíveis disfunções (como o autismo, por exemplo).

Segundo Bybee (2003), em cujas pesquisas também defende um modelo de língua baseada no uso, a gramática está constantemente sofrendo perdas e ganhos, num incessante movimento. Ao mesmo tempo em que há itens ou construções em processo de gramaticalização, há outros em processo de desaparecimento, ou outros em processo de aquisição de novos significados, e isso pode ser observado em qualquer língua natural. Devido a isso, a autora defende que, apesar de um trabalho puramente sincrônico ter seu valor empírico, não permite perceber os detalhes desse movimento linguístico. Fazendo uma analogia com a arte, seria como observar uma fotografia. Sem saber o que veio antes, fica um pouco difícil inferir sobre o que virá depois. Comparando a diacronia a um filme, temos a possibilidade de analisar cada dado de maneira mais efetiva, percorrendo os caminhos de gramaticalização para entender melhor a gramática corrente e seu movimento futuro.

Ainda essa autora defende que material gramatical não se origina de quaisquer lexemas, mas de formas lexicais culturalmente independentes, intrinsecamente ligadas à experiência humana e ao espaço onde se relaciona. Análogo a esse pressuposto está o de Heine e seus colaboradores (1991), explanado anteriormente. Essa afirmação se pauta nos caminhos universais de mudanças por que passam os itens em gramaticalização, pois, se eles fossem originados de palavras associadas à cultura, por exemplo, não seguiriam um padrão idêntico em muitas línguas naturais²⁷. Em consonância com essa percepção está a ideia de que os itens gramaticais em geral têm origem nos mais básicos e concretos elementos e aspectos da experiência humana, a começar pelos relacionados ao corpo humano. Esse é o caso da palavra *mesmo*, que é um pronome intrinsecamente relacionado ao ser humano, presente em qualquer língua natural.

²⁷ Como exemplo, temos os verbos que indicam deslocamento de um corpo para a frente passando a indicar futuro em francês, inglês, português, espanhol, entre outras línguas naturais. Para mais informações, ver Heine e Kuteva (2002), obra que apresenta um levantamento dos possíveis universais de mudanças estudados em diversas línguas naturais.

Segundo Bybee (2003), gramaticalização também pode ser entendida como emancipação de um novo significado mais abstrato, e o mecanismo de mudança também pode ser chamado de inferência pragmática, o que faz remeter ao início deste capítulo, quando tratamos das teorias de intersubjetividade presentes nas obras de Maturana, Schutz e Tomasello. Para a autora, os significados gramaticais emergem de padrões comuns de inferência por parte dos falantes da língua, surgindo de efetivos atos de comunicação. Com a repetição de um item, ele passa a se tornar habitual e tende a sofrer enfraquecimento semântico (*bleaching*, desbotamento, descoramento). Aparentemente é o que ocorre em determinados momentos da evolução do item *mesmo* da língua portuguesa. Em sua trajetória histórica desde o latim, há momentos em que o *bleaching* é acentuado. Originada da união entre a partícula enfatizadora *met* e o demonstrativo *ipse*, a palavra *metipse* já parecia estar perdendo seu traço enfático quando originou a forma hipotetizada **metīpsīmus*, um superlativo latino que supostamente deu origem à palavra *mesmo*. Esta, por sua vez, apesar de já ter um traço enfático, conta com sua forma superlativa em português, *mesmíssimo*, mostrando-se aí não só um claro enfraquecimento, mas a necessidade de um reforço semântico. Ao que parece, a busca de equilíbrio de forças revela-se durante a trajetória histórica das construções das línguas, daí a necessidade de se compreenderem os paradoxos linguísticos.

4.1.5. PARADOXOS LINGUÍSTICOS

Tomamos como base dessa discussão o trabalho de Lima-Hernandes (2010), que discute os paradoxos propostos por Givón para a apreensão da dinâmica das línguas naturais.

Essa autora assume como uma das bases para sua tese de livre-docência que a sintaxe é a gramaticalização de aspectos pragmáticos, ou seja, das intenções e atitudes. Para embasar essa afirmação, a autora assume como porto seguro de sua análise os sete paradoxos postulados por Givón (2005): Yin e Yang, descrição e continuidade, enraizamento e leveza, velocidade e consciência, atenção e automatismo, prática fora do contexto e atenção difusa.

Observando os movimentos e princípios da filosofia da arte marcial do Tai Chi Chuan, em cuja base está a ideia de que um não-movimento aparente é exatamente a maior força e resistência que um oponente pode ter, Givón tem um *insight* sobre a

dinâmica da língua. Segundo ele, sendo a língua um sistema complexo, em consonância com Langacker (2000), dinâmico, constantemente exercitando seu equilíbrio entre a ordem e o caos, algumas forças pressionam os movimentos com vistas à sobrevivência desse mesmo sistema.

O paradoxo do Yin e Yang ampara a ideia de que fatos diversos e aparentemente contraditórios são, na verdade, um todo complexo e em equilíbrio. Para isso, propriedades diversas e opostas podem conciliar-se em favor de uma adequação ao objetivo, ao contexto. Saber o que é correto é uma questão insignificante fora de um contexto dinâmico. O que o define como erro é a consciência humana. O indivíduo, desconhecedor dessa historicidade, passa a rejeitar uma construção aparentemente nova, pois há uma pressão para que ela não seja usada. O uso, contudo, é regado e uniforme, reflexos do processamento cognitivo. Os linguistas, que estão atentos a essa replicação de hábitos, reconhecem uma coerência de desenvolvimento e não admitem que seja erro, dado seu conhecimento profundo do movimento linguístico. Daí o paradoxo. A língua mantém sua identidade histórica, a despeito de profundas mudanças superficiais se evidenciarem. Além disso, algo que é na consciência errado, é absolutamente previsível e correto nos usos inconscientes, na medida em que as inovações vão se encaixando no sistema, reestabelecendo o equilíbrio.

Descrição e continuidade soam como fatos inconciliáveis num primeiro momento. Como observar a precisão de formas discretas e ainda reconhecer a transição (e ligação) entre uma forma e outra? O estático e a mudança são aparentes conflitos. Na verdade, estão altamente relacionados se olharmos para as formas buscando sua dinâmica. Se houvesse uma língua estática, ela não respeitaria a necessidade humana de apoiar-se no recurso da inovação para expressar com clareza suas intenções, e uma língua totalmente variável também não permitiria comunicação efetiva. O equilíbrio entre o estático e a mudança mantém a língua como um meio eficaz de comunicação e, principalmente, mantém sua identidade de língua preservada.

O paradoxo do enraizamento e leveza permite observar que, quando uma forma se move no sistema linguístico, não apenas ela se move, mas todas se movem. O substancial (estático, altamente enraizado, arraigado) e o não-substancial (dinâmico, altamente fluido) conciliam-se. A razão por que o Yin não é vulnerável reside na forma de seus movimentos: dinamicidade em seu enraizamento. O equilíbrio só pode ser alcançado se houver movimento de polaridades. Este paradoxo dialoga com a noção de arraigamento (enraizamento) de Langacker (2000).

Estagnação é o que ocorre quando a prática é altamente lenta. O movimento tênue pode gerar a impressão de uma não-mudança. O *paradoxo da velocidade e consciência* diz que a consciência linguística do falante é o que determina a velocidade com que elabora o discurso, buscando alcançar suas intenções. Sua consciência semântica e, principalmente, pragmática definirá a busca por extensão de significados e a eficácia desta forma inovadora para a comunicação. Entretanto, quando uma forma nova entra na língua, os movimentos linguísticos são repetidos com muita atenção no início, mas só ganham perfeição quando são realizados de modo automático, quando não mais são percebidos, e somente aí notamos seu enraizamento. Se uma forma chama a atenção em seu uso, é porque ela não foi automatizada e ainda está em foco de atenção; este é o princípio do *paradoxo da atenção e automatismo*. Nesse âmbito, o *paradoxo de prática fora do contexto* equivale à inércia generalizada pela prática repetida de uma forma e a dificuldade de manter um tipo de flexibilidade, abertura, sensibilidade para o contexto que lhe permita um ajuste instantâneo em função da mudança. Quando uma forma nova entra na língua por meio de uma extensão de significado, o falante está contando que seu interlocutor seja conhecedor do contexto original da forma, e que, assim como ele, consiga fazer a relação, atribuir-lhe um novo significado, desta vez mais abstrato, a fim de alcançar seu objetivo de passar uma informação.

Por último, o *paradoxo de atenção difusa* mostra que a razão por que a atenção oferece um modo para automatizar-se na aquisição de estratégias complexas não é um capricho da neuropsicologia humana, mas, sim, uma consequência do que atenção e consciência são: uma energia demandada em favor da comodidade.

Os sete paradoxos de Givón (2005), portanto, sintetizam e relacionam as teorias até aqui apresentadas, evidenciando que o sistema linguístico está à disposição dos falantes que, inconscientemente, farão adaptações sempre que se tornar necessário formular ou reformular uma informação, tendo em conta a experiência que têm da experiência de seu interlocutor e a experiência que têm do mundo conhecido.

Lidar com paradoxos pode ser um problema se se levar em conta que essas forças não podem ser apreendidas em análise itêmica. É necessário conceber língua em uso e fugir às demarcações sintagmáticas atômicas. Muitas vezes, uma função ou um valor semântico não é o resultado da soma de elementos justapostos. Muitas vezes, como evidenciaram Lima-Hernandes (2010), com a elipse de informações compartilhadas, e Defendi (2007), com o esquecimento histórico em reduplicações do

português, o que deixou marcas semânticas não mais está vivo na memória do indivíduo ou no uso cotidiano da expressão. Eis aí a necessidade de se deslocar o foco da análise do conceito de item e sintagma para o conceito de construção.

4.2. GRAMATICALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES

A teoria da gramática de construções defende que palavras e morfemas são construções (GOLDBERG, 2003), posto que ambos são formados a partir de um pareamento forma (fonológica, morfológica e sintática) e função (semântica, pragmática e discursiva), nos termos do que Croft e Cruse (2004 *apud* SILVA, LIMA-HERNANDES, OLIVEIRA, DIAS, CASSEB-GALVÃO, *NO PRELO*) também consideram como sendo construções. Para a autora e os autores citados, toda construção é um pareamento de forma e significado, desde que ocorra com certa frequência. Assumir que palavras são construções pressupõe rever o conceito de gramaticalização, ampliando o conceito de item para dar conta de construções. Outra consequência dessa mudança de perspectiva diz respeito ao modo como devemos nos referir à forma, ao item sob análise. Portanto, a partir daqui, adotaremos a prática de nos referirmos ao objeto sob análise nesta dissertação da seguinte maneira: a gramaticalização da construção *o mesmo*, pois, inclusive, o que conceptualmente podemos chamar de *item mesmo*, trata-se na verdade de uma construção, formada no latim vulgar por uma partícula enfatizadora e um pronome com sua função qualificadora em superlativo. Para que os motivos dessa mudança de perspectiva fiquem claramente expostos, recorreremos, dentre outros, principalmente aos trabalhos de Noël (2007), Diwald (2006) e Bybee (2003).

Noël (2007) apresenta alguns pontos de vista de estudiosos especialistas em gramática de construções, os quais sintetizamos a seguir:

- Bybee (2003: 145-146) conceitua *gramaticalização* como a criação de novas construções, o que sugere um conceito mais amplo do que seja *construção*; sob um ponto de vista langackeriano, gramaticalização é o arraigamento de esquemas;
- Traugott (2003: 645) conceitua gramaticalização como um processo em que funções gramaticais são atribuídas a material lexical e, uma vez gramatical, funções mais gramaticais são-lhe atribuídas;
- Para Himmelmann (2004:31), todo processo de gramaticalização ocorre em construções, pois a mudança ocorre em todo o contexto sintagmático;

- Para Tomasello (2003:14), itens e construções da língua emergem e acumulam modificações de acordo com as mudanças nas circunstâncias comunicativas;

Ao observar os postulados teóricos elaborados por esses autores, a partir da leitura em Noël (2007), notamos que há algumas diferenças a respeito do conceito de gramaticalização. Os conceitos de Bybee (2003) são basicamente semânticos e cognitivos, os de Traugott (2003) são principalmente de abordagem morfossintática, ainda que também dê importância aos critérios semânticos, os de Himmelmann (2003) apontam para um ponto de vista sintático, e, por fim, Tomasello preocupa-se, principalmente, com a situação interativa.

Apesar disso, basicamente cada um desses autores concorda que gramaticalização pressupõe tratamento de construções. Entretanto, Noël (2007) discute em seu artigo a necessidade de se tomar cuidado quanto ao conceito que temos de gramaticalização e construções. O autor concorda que gramaticalização pode ser considerada uma espécie de “construcionalização”, mas direciona nossa atenção para o fato de que não necessariamente qualquer construção se gramaticaliza, gramaticalizou ou entrará para a gramática algum dia.

Bybee (2010) também é cuidadosa em suas afirmações e separa o conceito de *construção* de qualquer outra forma de reunião e coesão de palavras. Segundo a autora, uma das capacidades cognitivo-linguísticas humanas baseia-se em conhecer e usar determinado grupo de palavras que também seja conhecido e usado pelos outros falantes da língua. Em uma situação de comunicação, quando estamos em determinado contexto e nosso interlocutor pode usar tal grupo de palavras, podemos antecipá-lo, pois já conhecemos, usamos e repetimos esse grupo de palavras. O nome que a autora dá a esse processo é *chunking*, mas outros autores (Tomasello, Schutz, por exemplo) chamariam de recursividade. O relevante aqui é que o *chunking* pode acontecer tanto em uma situação em que usamos uma construção (*chunk*) quanto em uma frase feita (expressão idiomática). A diferença é que a frase idiomática (provérbios, ditos populares ou mesmo alguns sintagmas cristalizados ou expressões idiomáticas) será repetida de modo idêntico, podendo sofrer perdas semânticas e mudanças de significado, sem que haja gramaticalização, ou seja, sem que ingresse na gramática da língua, diferentemente das construções, que podem se gramaticalizar devido a seu alto valor coesivo e a brechas categoriais, mudança na posição esquemática (BYBEE, 2010), como, mais adiante neste

trabalho, constatar-se-á que acontece com a construção *o mesmo*, altamente integrada e gramaticalizada.

Ativemo-nos à leitura dos conceitos de Bybee (2003, p.146), que afirma que “gramaticalização de itens lexicais ocorre em construções particulares e, ainda, que gramaticalização é a criação de novas construções” e percebemos que podem ser aplicados aos dados sob análise e ao processo de mudança manifestado nesses casos. Essa é a razão por que nos utilizaremos desses conceitos neste trabalho. Considerando os postulados de Bybee (2003), é possível entender que uma construção pode equivaler a uma palavra, a um grupo de palavras altamente relacionadas via coesão (pragmática, semântica, sintática) e, ainda, a uma oração inteira. Quando a autora afirma que a gramaticalização de itens lexicais ocorre em construções, pode-se inferir que ela está considerando todo o contexto em que a palavra está inserida como uma construção, e que, quando o item passar a se comportar de maneira diferente na construção, ou quando um item novo for especializado para essa construção, ocorrerá mudança em toda ela e, portanto, em todo o contexto²⁸. Bybee (2003) afirma, então, que, no âmbito das construções formadas por itens inter-relacionados, há a necessidade de haver uma brecha para que elas variem, como é o caso da construção *mesmo*, que em determinada função adverbial pode ser intercambiada com a forma *realmente* (OLIVEIRA, 2011), por exemplo. Neste caso, a brecha variável está na reorganização da construção inteira, conforme se opta por um item ou outro, opção essa que está vinculada à intenção do falante de afirmar a veracidade de algo (*realmente*) ou enfatizar a afirmação dessa mesma veracidade (*mesmo*). A reorganização a que nos referimos (*realmente* + *verbo* ou *verbo* + *mesmo*) consta no trabalho de Oliveira (2011).

Segundo Bybee (2003), uma brecha variável é restrita a itens da mesma categoria semântica (humano, de volição, mudança de estado etc.), portanto, essa posição exige categorização. A mudança que pode ocorrer nessa construção virá a partir da possibilidade de se ter opções de itens pertencentes à tal categoria. Essa variação ocorrerá naturalmente pela frequência de uso da construção e a necessidade que o falante encontrar de alterar o item variável para expressar sua intenção a seu interlocutor.

²⁸ Em 1994, Bybee, Perkins e Pagliuca já afirmavam que a construção inteira em que estava o item lexical é que devia ser considerada origem do item gramatical, pois, para que ocorresse a gramaticalização, toda a construção e contexto teriam sido variáveis importantes no processo.

Quem discute mais esquematicamente como ocorre a gramaticalização de construções propriamente dita é Diewald (2006, p.4), que elabora o seguinte quadro:

Estágio	Contexto	Significado/Função²⁹
I pré-condições de gramaticalização	Contextos atípicos	Implicatura conversacional
II engatilhamento de gramaticalização	Contextos críticos	Opacidade (semântica e estrutural) múltipla
III reorganização e diferenciação	Contextos isolados	Polissemia/heterossemia

Quadro 2 – Esquema de Diewald (2006)

Segundo a autora, a gramaticalização conduz construções diacronicamente pelos três estágios constantes no quadro, e cada um deles depende do contexto para ocorrer. Explicando sucintamente sua ideia, podemos afirmar que a gramaticalização começa a ocorrer quando unidades lexicais são usadas em contextos para os quais não são especializadas com o intuito de explicitar intenções (estágio I); esse fato engatilha a possibilidade de haver múltiplas interpretações para o discurso, inclusive o significado gramatical (estágio II), o que, sequencialmente, passa à consolidação do processo de gramaticalização pela reorganização e especialização do significado gramatical, separando-o do significado lexical, pois os contextos passam a diferir. Ou seja, se todo o processo está associado ao contexto, e se alterando o contexto todo o processo se altera, então falar sobre gramaticalização é falar sobre mudança linguística em construções.

As ideias de Diewald (2006) não muito se afastam das ideias de Hopper (1991) a respeito de estratificação, divergência e especialização, ou das ideias de Langacker (2000) sobre esquematização e arraigamento já tratadas neste capítulo. Aparecem, portanto, para ratificar a dinamicidade da língua, contribuindo, principalmente, com associações mais explícitas entre gramaticalização e construções.

É relevante ressaltar que toda a teoria aqui exposta é necessária para compreender a linha de raciocínio que traçamos a respeito do uso e mudança da construção *o mesmo*. Foi necessário voltar às origens filogenéticas humanas para traçar os caminhos que nos trouxeram a indiscutivelmente importante capacidade cognitiva da

²⁹ Tradução e adaptação nossa a partir de original de Diewald (2006).

comunicação via linguagem por signos. Assim como também foi importante retroagir ao modo como surgem essas capacidades na ontogenia, pois, assim, entendemos como nossa capacidade inata e unicamente humana de compartilhar intenções fomentou nossa necessidade de linguagem verbal.

A intersubjetividade é a peça-chave, origem de todas as inferências sobre mudança linguística: a língua muda porque os seres mudam o modo de comunicação. Com vistas a serem mais claros, objetivos e a atenderem a novas demandas semânticas do cotidiano, promovem pequenas alterações no ato comunicativo na expressão de suas intenções.

Iniciamos esta seção elaborando uma revisão da literatura produzida a respeito de gramaticalização, um processo de mudança linguística que ocorre em construções concretas, tornando-as mais abstratas e especializando-as como gramaticais, de modo a colaborar com a transmissão de intenções. Do ponto de vista pragmático, gramaticalizar construções é a maneira que encontramos para transmitir intenções, ou porque não há outra forma de atingir esse objetivo, ou porque a forma anterior já não é eficiente. Daí assumirmos que gramaticalizar equivale à sintatização de intentos pragmáticos.

4.3. TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES: UM DIÁLOGO

Traugott (2008:219), partindo do princípio de que a língua é um sistema simbólico que parece forma e função, afirma que construções fazem parte da “construção de blocos de gramática” e que gramaticalização é um processo de mudança que ocorre no eixo sintagmático e paradigmático, reorganizando aspectos centrais da língua. Para introduzir a abordagem proposta, a autora apresenta postulações de autores da área de gramaticalização, que já defendiam que a mudança gramatical precisava ser considerada em nível construcional, e não itêmico, mas vai além. Vejamos:

- a. Reduced to its essentials, grammaticalization theory begins with the observation that grammatical morphemes develop gradually out of lexical morphemes or combinations of lexical morphemes with lexical or grammatical morphemes (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA 1994: 4 *apud* TRAUGOTT, 2008:221).

b. It is the entire construction, and not simply the lexical meaning of the stem, which is the precursor, and hence the source, of the grammatical meaning (Ibid.: 11, *apud* TRAUGOTT, 2008:221)³⁰.

[G]rammaticalization does not merely seize a word or morpheme ... but the whole construction formed by the syntagmatic relations of the elements in question. (LEHMANN 1992: 406 *apud* TRAUGOTT, 2008:221)³¹

Our hypothesis is that the development of grammatical material is characterized by the dynamic coevolution of meaning and form. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA 1994: 20, *apud* TRAUGOTT, 2008:222)³²

[S]ince linguistic items require specific contexts and constructions to undergo grammaticalization, grammaticalization theory is also concerned with the pragmatic and morphosyntactic environment in which this process [shift from lexical to functional categories ECT] occurs. (HEINE 2003: 575, *apud* TRAUGOTT, 2008:222)³³

Em seguida, Traugott propõe uma leitura de mudança linguística sob a perspectiva da Gramática de Construções (a partir daqui GC), e cita as postulações de Croft (2001 *apud* TRAUGOTT, 2008), para quem a ligação entre forma e significado deve ser interpretada semanticamente, como um exemplo de trabalho que tem feito boa

³⁰ a) Reduzida a sua essência, a teoria da gramaticalização começa com a observação de que morfemas gramaticais desenvolvem-se gradualmente de morfemas lexicais ou combinações de morfemas lexicais com morfemas lexicais ou gramaticais.

b) É toda a construção, e não apenas o significado lexical original, que é o precursor, e, portanto, a origem, do significado gramatical. (tradução nossa)

³¹ Gramaticalização não se limita a aproveitar uma palavra ou morfema ... mas toda a construção formada pelas relações sintagmáticas dos elementos em questão. (tradução nossa)

³² A nossa hipótese é a de que o desenvolvimento de material gramatical é caracterizado pela co-evolução dinâmica do significado e da forma. (tradução nossa)

³³ Desde que itens linguísticos requerem contextos específicos e construções para sofrerem gramaticalização, a teoria da gramaticalização também está preocupada com o ambiente pragmático e morfossintático em que esse processo [de mudança lexical para categorias funcionais] ocorre. (tradução nossa)

correlação entre pressupostos teórico-metodológicos da GC e da Teoria da Gramaticalização (a partir daqui TG). Vejamos como ela faz isso:

- a) In the grammaticalization process, the construction as a whole changes meaning. (CROFT 2001: 261, *apud* TRAUGOTT, 2008:225).
- b. [T]he [new] construction is polysemous with respect to its original meaning ... the new construction undergoes shifts in grammatical structure and behavior in keeping with its new function. (Ibid.: 127)
- c. Extension of constructions to new uses is a change in the distribution of that construction, and such changes are theorized to follow connected paths in conceptual space. (Ibid.: 130)³⁴

A mudança linguística observada sob a perspectiva da TG prevê rotas de mudança que ocorrem unidirecionalmente partindo de significados mais concretos para mais abstratos, o que pode ser constatado a partir da aplicação de parâmetros e estágios de gramaticalização, como os postulados por Lehmann (1982) e Hopper (1991).

Tal mudança observada sob a perspectiva da GC, no entanto, necessita que voltemos o olhar para o pareamento forma-significado como um todo, não somente para o significado. Para tanto, Traugott (2008:236) sugere uma distinção entre níveis esquemáticos entre as construções, o que Silva, Lima-Hernandes, Oliveira, Dias e Casseb-Galvão (*no prelo*) chamam de graus de gramaticalidade “cuja contraparte formal seria sua representação em alguns níveis de abstratização [...]” p.6), que são:

- a) Macroconstruções: esquemas mais gerais e abstratos de pareamentos de forma e significado, com possibilidades ilimitadas de preenchimento, nos quais se agrupam mesoconstruções.
- b) Mesoconstruções: grupos de microconstruções cujo comportamento é semelhante. As possibilidades de preenchimento das mesoconstruções são limitadas a um tipo específico de construção.

³⁴ a) No processo de gramaticalização, a construção como um todo muda de significado.

b. A [nova] construção é polissêmica em relação ao seu significado original ... a nova construção passa por mudanças na estrutura gramatical e comportamento de acordo com a sua nova função. (Ibid.: 127)

c. Extensão de construções para novas utilizações é uma alteração na distribuição da referida construção, e teoriza-se que tais modificações sigam caminhos conectados no espaço conceptual. (Ibid.: 130) (tradução nossa)

c) Microconstruções: são os *types*, padrões funcionais individuais e específicos, se usarmos os termos da TG, cujo agrupamento corresponde a determinada mesoconstrução.

d) Construtos: são os *tokens*, frequência contabilizada das ocorrências dos *types*, onde ocorre a mudança.

No mesmo trabalho, em suas conclusões, Traugott (2008: 242) afirma que as macroconstruções são, possivelmente, universais primitivos da habilidade linguística humana, enquanto as meso e microconstruções são específicas de cada língua, e que a “[g]ramaticalização, que diz respeito aos realinhamentos dinâmicos dos pareamentos de forma e significado, pode, então, ser vista como uma teoria sobre as relações entre estes pares, e a sua direcionalidade provável ao longo do tempo”³⁵ (tradução nossa, p.242).

5. REFERENCIAÇÃO E SINALIZAÇÕES LINGÜÍSTICAS

Ainda que não seja o foco desta dissertação, consideramos importante apresentar, aqui, algumas considerações a respeito de referenciação devido ao forte traço de identidade referencial presente na construção *o mesmo*, ora sob estudo, e à sua origem demonstrativa. Para tanto, faremos uso de teorias do texto e discurso postuladas por Koch (2001) e Marcuschi (2006), além de efetuarmos uma breve incursão em teorias que versam sobre *grounding* (localização de uma instância sob a perspectiva do ato de fala, conforme enquadra TAYLOR, 2003) e espaços mentais (“quadros” mentais herdados de experiências anteriores ou de conhecimento comum cultural de mundo entre interlocutores, que são acionados no ato de fala para colaborar com sua construção e entendimento, conforme FAUCONNIER, 1994).

A referenciação é um ato fortemente pragmático que envolve conhecimento comum de mundo entre os envolvidos no discurso. Segundo Koch (2001:75),

- “1. a referenciação é uma atividade cognitivo-discursiva e interacional, realizada por sujeitos sociais;
2. os “referentes” não são “coisas” do mundo real, mas objetos de discurso, construídos no decorrer dessa atividade;

³⁵ Grammaticalization, which concerns the dynamic realignments of form-meaning pairings, can then be seen as a theory of the relationships between such pairings, and their likely directionality over time.

3. o processamento do discurso, por ser realizado por sujeitos ativos, é estratégico, isto é, implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece.”

Isso posto, podemos entender que o processo de referenciação envolve um ajustamento dos elementos no discurso, de modo que ambos, falante e ouvinte, possam acessá-los em atenção conjunta e fazer a relação de referência de acordo com seu conhecimento prévio de experiências comuns anteriores e de acordo com as intenções comunicativas envolvidas no ato de fala. O entendimento de Koch (2001) a respeito de referenciação nos remete, portanto, a outras teorias essenciais para compreender como se dá o acesso ao referente cognitivamente no decorrer da comunicação: *grounding* e *mental spaces*.

5.1. GROUNDING, ESPAÇOS MENTAIS, MEMÓRIA E RECURSIVIDADE: DO DISCURSO PARA A GRAMÁTICA

A referenciação, até aqui explicada sob o viés das teorias do discurso, está estreitamente ligada à ação de localizar objetos discursivos no evento de fala. Teorias recentes da linguística cognitiva (LANGACKER, 2000; TAYLOR, 2003) referem-se ao ato de localizar uma determinada instância no evento de fala (*ground*) como *grounding*. No capítulo em que discorre sobre as diferenças entre nomes e nominais, Taylor (2003) abre um espaço para conceituar o que ele e alguns outros linguistas cognitivistas chamam de *ground*, *instantiation* e *specification*. Devido à importância do entendimento desses três conceitos, além das diferenças entre nomes e sintagmas nominais postuladas por Taylor (2003), para formular a hipótese de relação entre referenciação e gramaticalização que explicitaremos no terceiro capítulo, na próxima seção, detalharemos cada um desses conceitos relativos a construções nominais. Por ora, deter-nos-emos na definição de *ground* e *grounding*, relacionando seu conceito à teoria de espaços mentais. Para Taylor (2003:346), *contexto* seria a palavra-chave para essas questões:

“The term ‘ground’ refers to the context of the speech event. The ground comprises the participants in the event, its time and place, the situational context,

previous discourse, shared knowledge of the speech-act participants, and such like³⁶.”

Ou seja, o *ground* é a situação em que coespecíficos compartilham informações e valem-se de toda a sua experiência prévia relativa àquele contexto, a questões sociais, culturais e do próprio interlocutor para se intercompreenderem. Quanto à definição de *grounding*, Taylor (2003:346) afirma que “is a process that ‘locates’ an entity with respect to the ground³⁷”. Com essa definição, podemos facilmente relacionar o *grounding* ao estabelecimento de atenção conjunta descrito por Tomasello (1999), posto que, ao situar determinado elemento ou objeto no discurso, os interlocutores necessitam estar compartilhando atenção para que haja uma intercompreensão. Langacker criou uma metáfora para isso, a que chamou de “estabelecer contato mental” (LANGACKER, 1991:98 *apud* TAYLOR, 2003). Segundo Taylor (2003:346-347),

“it may be helpful to think of grounding in terms of the traditional notion of reference; a speaker, in using a grounded nominal, is “referring” to the designated instance. It is important to bear in mind, however, that the referent of a grounded nominal is not some object out there in the external world, but an entity in a mental space.[...]”³⁸

A respeito de referenciação, não resta dúvidas de que o que Taylor (2003) afirma aqui sobre os objetos envolvidos no *grounding* está em perfeita consonância com o que Koch (2001) apresenta sobre os objetos envolvidos em referenciação. Também é importante elucidar que o que Taylor chama de *grounded nominal* refere-se a um sintagma nominal [SN] cujo nome foi instanciado pela ação do determinante que o acompanha e colocado no *ground* pelo falante. A referência tratada aqui é aquela feita entre o objeto, que pôde ser *grounded* por causa da ação do determinante do SN, e uma entidade de referência presente no espaço mental compartilhado entre os interlocutores.

³⁶ “O termo ‘ground’ se refere ao contexto do evento do discurso. O *ground* compreende os participantes do evento, seu tempo e espaço, o contexto situacional, discurso prévio, conhecimentos compartilhados entre os participantes do ato de fala, e coisas do tipo.” (tradução nossa)

³⁷ Tradução sugerida: é um processo que ‘situa’ uma entidade em relação ao *ground*.

³⁸ “Pode ajudar se pensar o *grounding* em termos da noção tradicional de referência; um falante, usando um sintagma nominal, está “se referindo” à instância designada. É importante considerar, entretanto, que o referente de um sintagma nominal *grounded* não é um determinado objeto do mundo exterior, mas uma entidade no espaço mental.” (tradução nossa)

Espaços mentais (*mental spaces*) são espaços criados a partir da experiência que os seres sociais envolvidos na enunciação têm do mundo e de suas próprias experiências, definição essa que nos remete aos conceitos de recursividade tratados nas primeiras seções desta dissertação. Sobretudo, os espaços mentais são “quadros” de lembranças acessíveis que permitem aos envolvidos no ato de fala conseguir o sucesso da comunicação, pois intenções só podem ser efetivamente transmitidas se os envolvidos: a) esforçam-se para colaborar com seus coespecíficos, estabelecendo com eles uma atenção conjunta a respeito do contexto do ato de fala; b) compartilham entre si informações prévias que permitem a antecipação pelo falante da interpretação do discurso pelo ouvinte, de modo a colaborar com as escolhas que fará para construir seu enunciado e transmitir suas intenções da melhor maneira possível; e c) são capazes de associar, no discurso, valendo-se de deslocamentos entre espaços mentais, elementos previamente ditos, ou mesmo elementos que se pressupõem conhecer, com informações novas. Reflete bem essa conceituação o que apresenta Salomão (2005:155):

“A teoria dos espaços mentais focaliza a dimensão cognitiva do desdobramento do discurso em planos epistêmicos; as relações referenciais realizam-se nestes domínios, por natureza temporários, que constituem ferramentas do processamento discursivo: os “*espaços mentais*”. Diferentemente de noções comparáveis (como a de “universos possíveis”), os espaços mentais são internamente especificados por herança, seja de bases de conhecimento estabilizado (modelos culturais, *scripts*, esquemas conceptuais), seja de outros espaços mentais previamente originados. Sendo assim, sua especificação é sempre parcial, atendendo exclusivamente às necessidades comunicativas de enquadramento ou de especificação. Tais condições fazem da teoria dos espaços mentais um instrumento poderoso para explicar a dinâmica da interpretação em tempo real.”

Marcuschi (2006) define “a referenciação como um processo de geração de domínios referenciais com objetos discursivos para referir-se a um estado do mundo”. Pensando nisso e analisando a referenciação sob a perspectiva dos espaços mentais, compreendemos que, ao fazer uma referência, deslocamos a atenção para outro espaço que não o do discurso imediato, contudo, conhecido pelo interlocutor. É uma operação totalmente cognitiva, daí poder aproximar as ideias de Fauconnier (1994), sobre espaços

mentais, das de Tomasello (1999) ao tratar de espaço de atenção conjunta. Em ambas, está implicada a ideia de se fazer um deslocamento sinalizado, como pistas para que os sujeitos do discurso possam localizar o espaço referido, que é de conhecimento comum entre os interlocutores.

Para Fauconnier (1994), o que relaciona elementos através dos espaços mentais são conexões de identidade, ou seja, um elemento pode se referir a outro porque de alguma forma se identifica com ele, embora não necessariamente ambos necessitem carregar em si as mesmas propriedades. Esse raciocínio do autor permite que mais uma vez justifiquemos o valor referencial da construção *o mesmo*, que desde os primórdios de seu surgimento carrega em si traços evidentes que estabelecem relação de identidade entre referenciador e referente. Ao ser buscada como opção de referenciador pelo falante no ato de fala, a construção *o mesmo* demonstra, por seu determinante definido, que a identidade do referente é informação compartilhada por falante e ouvintes, ou seja, as pessoas do *ground*.

Além de Tomasello e Fauconnier, o biólogo Maturana (2001) também elabora considerações a respeito dos deslocamentos mentais que produzimos durante o ato de fala para estabelecer intercompreensão. Foram essas considerações ponto de partida para a discussão que ora tecemos sobre referenciação. Segundo esse autor, “o estar na linguagem é um operar em coordenações de coordenações de ações” (p.56), ou seja, a linguagem³⁹ funciona como o resultado de interações recorrentes, gerando coordenações de ações sobre coordenações de ações já ocorridas. Maturana (2001) afirma, ainda, que o resultado de interações recorrentes são coordenações consensuais de condutas, e que, portanto, o operar na linguagem consiste em operar coordenações consensuais de condutas de coordenações consensuais de condutas. A recursão intersubjetiva dessa teoria prevê que uma coordenação consensual de conduta seja aplicada sobre o resultado de uma coordenação consensual de conduta anterior (tal como quando fazemos uma promessa, não a cumprimos, e então essa promessa é cobrada).

No mesmo texto de 2001, Maturana apresenta os conceitos de objetividade sem parênteses e objetividade entre parênteses para discutir o conceito de “verdade objetiva”. Pensando em uma situação de interação, o que seria a realidade objetiva nessa interação? O autor explica que, no caminho explicativo da objetividade sem parênteses,

³⁹ Vale ressaltar que “linguagem” é concebida por Maturana como qualquer meio ou forma de comunicação de um organismo vivo em que haja interação, não apenas as línguas dos seres humanos. Mas o exemplo dado pelo autor para explicar a linguagem como coordenação de coordenação de ação foi o da promessa, ato consensual cuja cobrança é uma coordenação de coordenação de ação.

estariamos assumindo que é possível fazer referência a algo independentemente de nós, algo que é da maneira que é, e não somos responsáveis por isso, ou seja, não estamos falando do que essa determinada coisa significa para nós, mas de seu conceito universal para o mundo, seu conceito real independentemente do ponto de vista, o que, em Filosofia, é conceituado como uma atitude fenomenológica. Já no caminho explicativo da objetividade entre parênteses, assumimos a pergunta pelo observador, e assumimos que não podemos fazer referência a algo independentemente de nós. Somos responsáveis pelo conceito que fazemos das coisas porque essa é a realidade objetiva de cada um, objetiva entre parênteses, com todas as interferências que nossa interpretação pode exercer nos conhecimentos de mundo que temos.

O que a questão da objetividade sem parênteses e entre parênteses tem a ver com a intersubjetividade na linguagem é que estamos sujeitos ao nosso ponto de vista, intenção e percepção o tempo todo. Se seguirmos os pressupostos teóricos assumidos por Maturana, entenderemos que na interação estamos na objetividade entre parênteses, pois, ao construir nossa explicação de algo, não podemos nos desfazer do nosso “eu” observador e crítico nem podemos tomar como referência algo independente de nós, pois tudo já está “maculado” por nosso ponto de vista. Afinal, para o autor, “explicar é propor uma reformulação da experiência com formas da experiência” (p.69). Quando interagimos, temos a intenção de comunicar algo a alguém, portanto o falante fará o possível para ser compreendido, e o ouvinte fará o possível para compreender o que será dito, pois, se não tem a intenção direta de entender, tem a intenção humana de cooperar com seu coespecífico. Entretanto, o falante verbalizará da maneira como ele crê que será mais claro, mas o ouvinte entenderá o conjunto de gestos, expressões faciais e palavras sob seu próprio ponto de vista e sua percepção. Quando há compreensão integral, então a intenção com o ato de fala foi alcançada, mas, quando não há sucesso na comunicação, o falante reelaborará sua fala na tentativa de obter êxito.

Todo esse trabalho de comunicação retoma o conceito de Maturana (2001) sobre a linguagem como coordenação consensual de conduta de coordenação consensual de conduta. O falante, ao elaborar sua fala, buscará na memória que guarda de suas interações anteriores com esse ouvinte o conhecimento prévio para produzir um discurso por meio do que tentará alcançar sua compreensão.

Após considerar a importância de toda essa teoria de deslocamentos mentais e intersubjetividade para o estudo de referenciação discursiva, ou seja, como ela se realiza cognitivamente, torna-se imprescindível deitar o olhar agora sobre as questões

gramaticais envolvidas na referenciação, inclinando-o para uma possível relação entre gramaticalização e referenciação.

5.2. ESPAÇOS GRAMATICAIS, REFERENCIAÇÃO E GRAMATICALIZAÇÃO

Nesta seção, pretendemos estabelecer um diálogo produtivo entre as teorias de referenciação, a partir das leituras de Koch (2001) e Marcuschi (2006) ora discutidas, e os conceitos ligados ao princípio de iconicidade, conforme explanados por Haiman (1983), Cunha, Costa e Cezário (2003) e Lima-Hernandes (2006; 2007), de que trataremos a seguir. O propósito dessa discussão é lidar com as diferenças entre determinante demonstrativo e determinante definido, funções historicamente relacionadas ao desenvolvimento da construção *mesmo* no português e sua inserção em sintagmas nominais [SN], o que colaborará com o entendimento sintático da referenciação via uso de *o mesmo*.

A referenciação é um evento que ocorre entre interlocutores quando, pela necessidade de retomar uma informação, o falante traz para o *ground* uma instância que busca estabelecer identidade com outro objeto, que por sua vez está presente em um espaço mental já compartilhado entre os interlocutores do evento de fala (*ground*). Essa é uma explicação cognitiva para o que possivelmente ocorre no espaço de referenciação, mas sabemos que é o estudo da sintaxe desse processo o que nos aproximará da possível relação entre referenciação e gramaticalização.

Dois dos princípios que regem o processo de gramaticalização são o princípio da iconicidade e da marcação. Segundo Cunha, Costa e Cezário (2003), diferentemente do que postulava Saussure, a língua não é totalmente arbitrária (PEIRCE, 1940 *apud* CUNHA, COSTA E CEZÁRIO, 2003:30-32) mas altamente icônica. Haiman (1983:782-783), discute sobre motivações icônicas e econômicas na língua, e afirma:

- (a) The linguistic distance between expressions corresponds to the conceptual distance between them;
- (b) The linguistic separateness of an expression corresponds to the conceptual independence of the object or event which it represents;

(c) The social distance between interlocutors corresponds to the length of the message, referential content being equal.⁴⁰

Ou seja, há quase 30 anos Haiman já trazia especulações sobre possíveis motivações cognitivas para a iconicidade presente na língua. A partir desse trabalho, surgiram outros, cujas manifestações sobre iconicidade Lima-Hernandes (2006; 2007) apresenta. Segundo a autora, outros autores como Votre (1992 *apud* LIMA-HERNANDES, 2006) e Neves (1997 *apud* LIMA-HERNANDES, 2006), com base nos postulados iniciais de Haiman, apontam outros tantos tipos de iconicidade linguística. Votre entende iconicidade como algo relacionado à quantidade, proximidade espaço-temporal e ordenação espaço-temporal. Neves, por sua vez, defende que, além dos postulados por Votre, há outros subprincípios regentes da iconicidade, como o da categorização, o da complexidade e o da independência.

A despeito dos desacordos, Cunha, Costa e Cezário (2003) nos apresentam uma tese razoavelmente aproximada da de Votre e suficiente para o que pretendemos neste trabalho, que é aplicar o princípio da iconicidade à construção *o mesmo*. Segundo os autores, há três subprincípios que compõem o princípio da iconicidade: quantidade, integração e ordenação linear. Segundo o subprincípio da quantidade, quanto maior a complexidade e tamanho da informação, maior a complexidade e tamanho da forma que irá representá-la. O subprincípio da integração permite reconhecer que a proximidade sintática entre os elementos está estreitamente relacionada à proximidade cognitiva da informação que eles representam. Por último, o subprincípio da ordenação linear representa os casos em que a mais importante informação do ponto de vista cognitivo tenderá a aparecer sintaticamente antes das informações menos relevantes, ou seja, o que é importante é posto em evidência.

Portanto, falar em arbitrariedade da língua seria ignorar que nós, humanos, tendemos cognitivamente a usar nosso corpo, nosso “eu”, nossa subjetividade como ponto de partida para entendermos e organizarmos nosso mundo e, conseqüentemente, nosso maior e mais eficaz meio de comunicação, a linguagem verbal. Também é preciso

⁴⁰ a) A distância linguística entre expressões corresponde à distância conceptual entre elas;
b) A separação linguística de uma expressão corresponde à independência conceptual do objeto ou evento que ela representa;
c) A distância social entre interlocutores corresponde ao comprimento da mensagem, sendo o conteúdo referencial igual. (Tradução nossa)

lembrar que todo esse conhecimento é base para a apreensão do outro e da perspectiva assumida pelo outro, o que servirá de fonte para a intersubjetividade linguística.

Os recursos que temos disponíveis para fazer referência a algo basicamente se resumem a nomes, pronomes e sintagmas nominais. Embora para Langacker (*apud* TAYLOR, 2002:345) esses três elementos sejam chamados todos “nomes”, pois, para ele, nome é tudo aquilo que pode perfilar alguma coisa no *ground*, aqui consideraremos prioritária a diferença entre a função dessas categorias numa situação real de uso, tal como propõe Taylor (2002), que diferencia nome [N] de sintagma nominal [SN], dizendo que o primeiro refere-se a itens lexicais que designa um tipo de coisa, e o segundo refere-se a um nome *grounded*, instanciado via determinante e muitas vezes modificado via um adjetivo, por exemplo. O autor, ainda, refere-se à organização conceptual do [SN], detalhando seus componentes:

Specification: A bare noun, such as *house*, designates a type. The type may be specified in greater detail, e.g., by the addition of adjectival modifiers. *Big house* also designates a type, a type which is, however, more specific than the type designated by *house*.

Instantiation: This is the relation between the type (designated by the noun, together with its modifiers, if there are any) and its instances (which are candidates for being picked out by the noun phrase).

Quantification: This has to do with the number, or quantity of the designated instance.

Grounding: This is the process whereby the speaker ‘locates’ the designated instance from the perspective of the speech event. Differences between definite and indefinite, specific and non-specific, are aspects of grounding. (p. 344)⁴¹

⁴¹ Especificação: Um substantivo (nome) puro, como *casa*, designa um tipo. O tipo pode ser especificado em maior detalhe, por exemplo, pela adição de modificadores adjetivais. *Casa grande* também designa um tipo, um tipo que é, no entanto, mais específico do que o tipo designado por *casa*.

Instanciação: Esta é a relação entre o tipo (designado pelo substantivo, juntamente com seus modificadores, se houver) e suas instâncias (que são candidatas para serem escolhidas pelo sintagma nominal).

Quantificação: Isto tem a ver com o número, ou a quantidade da instância designada.

Grounding: Este é o processo pelo qual o falante “situa” a instância designada a partir da perspectiva do evento de fala. Diferenças entre definido e indefinido, específico e não específico, são aspectos de *grounding*. (Tradução nossa)

E afirma que essas quatro etapas são estreitamente relacionadas entre si, pois um nome (*type of thing*) pode ser opcionalmente modificado (especificado), em seguida instanciado, formando o [SN], que pode ser quantificado, e então esse [SN] é *grounded*. É importante lembrar ainda que, nessa sequência descrita por Taylor, a instanciação e a especificação são intrinsecamente relacionadas ao *ground*, pois, como ele mesmo menciona, definição, indefinição, especificação, não especificação etc. são aspectos do *ground*. Para exemplificar, Taylor (2002:344) apresenta uma sequência em que os quatro aspectos encontram-se entre parênteses numa relação de continência, mas que, é importante lembrar, devemos interpretar como ocorrendo concomitantemente no *ground*:

(I) (Grounding(Quantification(Instantiation(Specification(Type))))))

Pelo que podemos notar, basicamente todos os elementos envolvidos na comunicação são relativos ao *grounding*, ou seja, ao evento de fala. Segundo Taylor (2002:346), o próprio *grounding* é um ato de referenciação, pois o [SN] *grounded* se refere à instância designada, de modo que os participantes do evento de fala necessitam compartilhar atenção em relação à associação que precisam fazer entre que está posto por eles no *ground* e o ponto de referência, que é de conhecimento comum entre ambos. É nesse momento que a diferença entre um determinante demonstrativo e um determinante definido se destaca. Segundo Taylor (2002:350), o determinante é a cabeça do [SN] *grounded*, é quem dá a ele suas características semânticas, suas propriedades de *grounding*.

Zamponi (2003) estudou a fundo a questão das diferenças entre esses dois tipos de determinantes. Citando o trabalho de Gundel, Hedberg e Zacharski (*apud* ZAMPONI, 2003:29), a autora diz que a forma da expressão referencial depende do estatuto cognitivo do referente e dos conhecimentos compartilhados entre os participantes do ato de fala. Os autores citados por Zamponi (2003) apresentam um *continuum* cognitivo que ilustra as relações referenciador/referente, a depender das intenções do falante ao fazer uma referenciação e das relações intersubjetivas entre os envolvidos:

unicamente				tipo	
em foco > ativado > familiar > identificável > referencial > identificável					
<i>{ele}</i>	<i>{aquele}</i>	<i>{aquele N}</i>	<i>{o N}</i>	<i>{$\emptyset$N}</i>	<i>{um N}</i>
	<i>{este}</i>			<i>{um N}</i>	
	<i>{este/esse N}</i>				

Do *continuum* acima, interessam-nos para este estudo o *referente em foco*, o *ativado* e o *unicamente identificável*. Segundo a autora, o referente em foco está no centro da atenção e na memória de curto prazo dos interlocutores. Já o referente ativado não é foco da atenção, mas o falante, ao usar um determinante demonstrativo, pressupõe que seu ouvinte poderá recuperá-lo facilmente, ou seja, ele opera com a memória de trabalho. O referente unicamente identificável, por sua vez, prevê que o interlocutor sem dúvida identificará como único o referente pelo conteúdo ou por sua memória.

Considerando os tipos de referenciadores e, principalmente, os tipos de determinantes que serão descritos mais adiante, no terceiro capítulo deste trabalho, será possível observar que, em se tratando de gramaticalização, cognição e referenciação, a opção entre um determinante demonstrativo ou definido em um [SN] é consideravelmente relevante, pois demonstra:

- (i) uma evolução linguística comum nas línguas naturais, em que o artigo passa a ser usado em lugar do demonstrativo;
- (ii) que o falante, ao invés de tentar acessar uma memória recente de seu interlocutor, apontando para o referente, decide por marcar a identidade do referente no próprio [SN] que formula para atuar como expressão referencial, definindo-o, de modo que não haja dúvidas quanto a sua identificação.

Para além da opção por determinante demonstrativo ou determinante definido, a construção em estudo neste trabalho também indica uma alteração no [SN] que foge a sua ordem regular em língua portuguesa: SN = determinante [DET] + nome [N] + modificador [MOD], apresentando a configuração sintática DET + MOD + N em algumas de suas funções. Essa questão será mais detalhadamente trabalhada na seção de análise do capítulo III, porém, é interessante, aqui, fazermos algumas observações a respeito. Notemos que a alteração da posição do modificador no [SN] aparenta recorrer

ao que dita o subprincípio da ordenação linear, pois anteposição de um modificador ao nome em língua portuguesa denota a necessidade de deitar especial atenção a esse modificador. E, de fato, se observarmos os [SN]s *a mulher mesma* e *a mesma mulher*, notaremos que, no primeiro, o modificador intensifica a identidade da mulher, enquanto no segundo o modificador busca estabelecer relação de identidade desta mulher com uma outra, presente em outro espaço mental, mas de conhecimento do ouvinte, o que é marcado pela presença do determinante definido *a*.

Além desse subprincípio, será possível observar, no capítulo de análise, que a construção *o mesmo* explica-se pelos outros dois subprincípios da iconicidade, pois se mostra em determinada função (*mesmo*₆) como um elemento mais complexo que, em concorrência com outros elementos que executam função semelhante à dele (de pronome pessoal), é especializado para situações em que as informações compartilhadas são também mais complexas ou pretendem sê-lo por uma questão de busca de formalidade, cultismo, para aparentar domínio da língua. Quanto à integração, será possível observar que esse princípio está estreitamente relacionado à posição do referenciador quanto ao referente, e tudo isso está submetido às relações entre espaços mentais compartilhados no *ground*. Esse encaixamento explanativo pode significar muitas coisas em termos de uso, mas o fator prioritário denotado é que aspectos cognitivos mais gerais guiam o uso linguístico.

É possível notar, então, quão importante é o diálogo entre as teorias que envolvem referenciação e as teorias de iconicidade para a compreensão do emprego da construção *o mesmo*. Ao eleger um ou outro determinante para compor o [SN] referenciador ou alterar a ordem linear dos elementos que compõem o sintagma, o falante, inconscientemente, pode estar contribuindo para uma possível alteração funcional daquela construção. O estudo da referenciação, portanto, corrobora com o estudo do processo de gramaticalização da construção *o mesmo* neste trabalho devido a sua aparente participação no processo de mudança.

Neste primeiro capítulo, apresentamos uma revisão da literatura que embasa este trabalho com o intuito de demonstrar a proximidade entre teorias cognitivas de língua baseada no uso, atenção conjunta, teoria da mente, intersubjetividade, espaços mentais, referenciação e a teoria da gramaticalização. Após “amarrar” as relações estabelecidas entre ideias provenientes de diferentes áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Biologia, a Psicologia e a Linguística, podemos entender que o ser humano, em sua interação com o meio, o está sempre pressionando à mudança e sendo pressionado por

ele, num constante movimento em busca do equilíbrio. Obviamente, um artefato como a língua, destinada à comunicação entre os seres e, portanto, submetida às ações do meio e influências subjetivas de cada um em sua intenção de comunicar-se, não poderia estar livre dos efeitos dessa constante movimentação e necessidade de busca do equilíbrio.

No próximo capítulo, apresentaremos um detalhamento dos fundamentos metodológicos, baseados nos pressupostos teóricos previamente apresentados, que orientaram a análise dos dados realizada no capítulo III.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

A análise diacrônica da presença de ocorrências de determinada construção em uma língua possibilita perceber os possíveis deslizamentos funcionais por que passou essa construção ao longo dos séculos, sempre submetida às pressões do uso e da intenção comunicativa de seus falantes. Mais importante, porém, é que essa análise seja realizada cautelosamente, por meio de métodos eficazes que possibilitem uma reflexão embasada sobre os dados. Neste capítulo, demonstramos a metodologia recolhida a partir da base teórica levantada no capítulo anterior e que será aplicada ao *corpus*, que também é apresentado, juntamente com os critérios estabelecidos para sua escolha e forma de análise, que será detalhada no capítulo III.

1. METODOLOGIA

Analisar o comportamento de uma construção na língua é uma tarefa que demanda um preparo técnico necessário. Deve-se, pois, assumir um protocolo de ações em sintonia com os pressupostos teóricos, tais como uma cautelosa recolha de dados, contando, inclusive, com a possibilidade de controle de variáveis previsíveis, como, por exemplo, o ganho ou a especialização de novas propriedades em determinados contextos. Só assim, chega-se a resultados com pouca tendência ao enviesamento e, conseqüentemente, condizentes com o que de fato o dado oferece como informação.

A relevância da recolha de dados já se revela, na verdade, na tarefa precedente de composição de amostras. Portanto, para estudar um fenômeno em mudança, é imprescindível que amostras linguísticas sejam coligidas para compor um *corpus* significativo que colabore com a oferta de ocorrências do objeto sob estudo com vistas a checar hipóteses, testá-las com dados reais e, quiçá, comprová-las. Para tanto, é necessário que assumamos um método de análise que, aplicado a esse *corpus*, atue

como a ferramenta suficiente que nos leve a um debate significativo sobre a validade do estudo.

Os estudos sobre gramaticalização desenvolveram um padrão metodológico de pesquisa que vão da verificação do *continuum* de abstratização semântica dos dados para atestar que a mudança se trata, de fato, de gramaticalização⁴², como postulam Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), a métodos que, aplicados aos dados, testam sua efetiva mudança linguística, como é o caso dos estágios (ou princípios) de Hopper (1991), *estratificação, divergência, persistência, especialização e decategorização*, os quais podem atestar que uma construção encontra-se em processo de mudança por gramaticalização.

No entanto, não basta considerar apenas teorias que tratam do tema da gramaticalização quando chamamos de *construção* o objeto de estudo. O estudo da gramaticalização de uma construção exige que voltemos o olhar ao tratamento dado por autores que aliam as duas teorias, como é o caso de Traugott (2008:219), para quem, como já abordado na fundamentação teórica, gramaticalização é o resultado dos processos de uso da língua que levam a mudanças morfossintáticas na forma e significado e que pode levar a uma reorganização tanto sintagmática quanto paradigmática de aspectos da língua, o que, certamente, aproxima as teorias da GC e TG.

Os procedimentos derivam da combinação das teorias, pois enquanto a teoria de Traugott alia gramaticalização e construções, os princípios de Hopper (1991) podem esclarecer mais facilmente que uma construção encontra-se em efetiva mudança linguística, em fase incipiente, e o *continuum* de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), cujas categorias cognitivas abrangem a sequência *pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade*, permite uma análise bastante detalhada que indicará a rota de desenvolvimento metafórico. Aliado a esses aspectos teórico-metodológicos, parece-nos pertinente adotar o método de controle frequencial orientado por Bybee (2007) de que fazem parte dois tipos de frequência: *type* e *token*. Para essa autora o papel da repetição de uma construção é fundamental no processo de gramaticalização, pois é isso que a vai tornar automática como uma unidade, ou seja, o hábito gera automatização e uma

⁴² Que prevê que o entrar para a gramática ocorre com formas que abrangem significados mais abstratos.

possível emancipação⁴³. A frequência *type* permite verificar a produtividade da construção, ou seja, seus padrões funcionais encontrados em uso na língua. Esse tipo de contabilização pode ser consideravelmente útil se associado aos significados constantes nos dicionários e suas respectivas classes gramaticais. Entretanto, como sabemos, a língua é dinâmica e está em constante movimento. Quantos de nós, professores, já enfrentamos situações-problema em uma sala de aula ao explicar aos alunos a classificação de determinado item ou construção em determinada classe gramatical, devido ao fato de, coerentemente, esse item poder estar em processo de mudança?

Quando analisamos mais detidamente na função da frequência *type* logo percebemos que ela dialoga, em grande medida, com o princípio da divergência de Hopper (1991). Isso significa que, se há uma grande ocorrência de padrões funcionais (*types*), há também uma grande divergência, portanto, possivelmente, há evidências interessantes para se postular a manifestação de um processo de gramaticalização.

A frequência *token*, por outro lado, contabiliza as ocorrências globais do conjunto dos vários *types*, mostrando o número de vezes que uma construção formalmente ocorre na língua, ou seja, sua real frequência, independentemente de suas funções específicas. Sendo assim, ela permite uma melhor avaliação dos usos de uma construção em determinado tipo de discurso, gênero textual, modalidade falada ou escrita, assim como a frequência de uso de século para século. Para o analista, esses índices frequenciais tornam visível o processo de gramaticalização de uma construção, pois sabemos que o processo de evolução da gramática passa pelas pressões de frequência de construções quando os falantes tentam expressar e deixar mais claras suas intenções.

Isso posto, alguns passos mostram-se necessários para que o processo de análise respeite as questões metodológicas e apresentem resultados satisfatórios. Dentre eles, está o trabalho de coletar as ocorrências da construção *o mesmo* no *corpus* constituído e separá-las em padrões funcionais que nos permitam identificar características particulares de cada função da construção e, assim, tornar mais facilitada a aplicação dos estágios de Hopper (1991), o que permitirá checar a manifestação do processo de mudança linguística. Em seguida, os padrões serão analisados à luz das categorias cognitivas postuladas por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) de modo a identificar

⁴³ Segundo a autora, emancipação é um processo por que passa a construção automatizada, que anteriormente tinha uma função mais instrumental e passa a ter uma função mais simbólica, inferida pelo contexto. (*ibidem*, p. 338)

uma possível abstratização no deslizamento funcional. Após efetuada a análise da mudança gramatical, será possível deitar sobre os dados um olhar mais direcionado à questão de seu valor referencial e associá-lo a seu processo de gramaticalização.

Nesse momento da descrição, retomaremos os pressupostos e hipotetizações desenvolvidas durante a apresentação do capítulo II (referenciação), bem como as informações reunidas sobre a etimologia da construção *o mesmo*, a ser detalhada no capítulo III. O deslocamento – e a novidade que se apresenta nesta dissertação – diz respeito principalmente à apropriação de pressupostos, conceitos e postulados oriundos da teoria cognitiva, tal como já discutido anteriormente no capítulo do suporte teórico deste trabalho.

2. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

O recorte de objeto e objetivos não nos parece tarefas em sequência, mas tarefas altamente imbricadas quando são frutos de um trabalho que tem um longo percurso já desenvolvido. Há fatos que não mais se podem perguntar. Há fatos que se devem silenciar. Há novas questões abertas, clamando por respostas.

É certo que optar por estudar construções, em cuja base esteja uma única forma, permite um aprofundamento ímpar, em que poderemos aplicar com tranquilidade a teoria de interesse para obter resultados sempre muito interessantes. Por outro lado, há uma força contrária – e talvez de efeito – da ação de recortar que é algo assustador para quem espera um ponto final em cada atividade: ao se recortar, novas figuras se movem, novas histórias se abrem, paradoxos se revelam, decisões são exigidas.

Se já está dito que o item *mesmo* acumulou, ao longo de sua história, muitas funções e que essas funções parecem ter uma ligação estreita, formando construções cujos significados se buscam pela recorrência do traço etimológico, muito pouco se sabe sobre como uma palavra desse tipo pode se tornar tão polifuncional (e por isso requerida) e, ao mesmo tempo, em alguns contextos, alvo de esquivas constantes.

O objetivo desta dissertação é, por conseguinte, analisar o comportamento funcional da construção *o mesmo* e compreender as motivações cognitivas para esses usos, principalmente o uso específico de *o mesmo* como demonstrativo, alvo de rechaço pela norma culta padrão, e sobre o qual pretendemos levantar algumas hipóteses ao final

deste trabalho. Especificamente, interessa-nos saber mais ou menos a partir de que momento na história dessa construção (com base em amostras do século XVIII ao XXI) os graus de referencialidade vão se tornando difusos. O viés assumido não depende mais só de descrição baseada em categorias linguísticas. Exigirá que nos apropriemos de conceitos cognitivos e de ferramentas suficientes para compreender e explicar usos mais gramaticais, abstratos e pautados em intenções.

Nesta pesquisa, o *modus operandi* para a constituição do *corpus* dependeu, entre outros fatores, do tempo que se tem para a realização da pesquisa, da disponibilidade e acessibilidade do material, além do recorte estabelecido, que se baseará numa sucessão de sincronias.

Lidar com a mudança em sincronia é a grande novidade dos estudos sobre gramaticalização, inovando as ideias científicas vigentes na área linguística, especialmente a partir da última década do século XX no Brasil, mas ela só é ratificada no conjunto das sincronias, ou seja, em diacronia.

Estudar uma forma sob uma perspectiva sincrônica, como afirmou Neves (2010), propicia a percepção da fluidez dos padrões, e sob perspectiva diacrônica, da alteração desses padrões. Essas palavras de Neves remetem ao que de mais precioso existe em cada uma das abordagens: enquanto a sincronia franqueia o acesso à variação, a diacronia abre as portas à mudança. É certo que são fronteiras rompidas a todo o momento. São instâncias que convivem e se sobrepõem, mas não se pode fixar com exclusividade em uma delas, ou se corre o risco de, ao tratar de um objeto, ter uma visão parcial do movimento assumido. Isso é o que buscamos evitar. Trabalhamos anteriormente em sincronia e produzimos uma fotografia dos usos nos séculos XX e XXI. Como toda fotografia, talvez não se possa ter a convicção de que um gesto paralisado seja de fato continuidade de uma ação em processo. Isso motiva o passo seguinte em direção à diacronia.

Um cuidado sugerido pelas fases anteriores de pesquisa diz respeito ao controle de gêneros discursivos durante a constituição do *corpus*, entretanto, é certo que foge ao controle do linguista a seleção de gêneros diversos em determinadas épocas. Portanto, na medida do possível, buscamos respeitar a escolha de amostras do gênero carta formal, ainda que tenha admitido o desvio para gêneros aproximados, como *e-mails formais* e *testamentos*. É importante ter em conta que certo controle de gêneros demonstra-se fator relevante para a interpretação dos dados estudados, principalmente

em se tratando de construções que especializam seu uso para determinados contextos (linguísticos, sociais, entre outros).

Apesar de cientes desses obstáculos, até o momento intransponíveis para as investigações, o mérito de se descrever a evolução no material disponível não é de forma alguma irrelevante. É, isto sim, uma contribuição aos que futuramente tenham mais condições de romper com a restrição de acesso a *corpus*.

Favoreceu o amadurecimento dessa concepção a lida, nos trabalhos de iniciação científica, com o *corpus* restrito de dossiês com uma linguagem policial e investigativa muito pausteurizada, ao lado de fragmentos de conversas transcritas durante a investigação em ações de "grampo" telefônico. O mesmo se deu com o levantamento de dados de língua falada no bojo do Projeto História do Português Paulista, de que tínhamos uma amostragem bastante interessante.

Poder-se-ia questionar a especialidade de linguagem veiculada nos dossiês escolhidos para análise. Notamos, no entanto, que, embora o dossiê seja composto de uma gama de gêneros discursivos, desde bilhetes a transcrições de conversas telefônicas, a prudência é necessária para que os resultados, por menores que sejam, tenham seu valor crescido, especialmente porque os dados daí derivados são colocados à prova. Ainda que tudo leve a crer, por observação sincrônica do dia a dia, que o uso de *o mesmo* como demonstrativo, por exemplo, não seja apenas fato linguístico típico de linguagem especializada ou de "jargão" policial, preferimos o caminho da neutralidade. Para o desenvolvimento desta dissertação, optamos pela constituição de um novo *corpus* mais abrangente extraído de um período histórico de maior fôlego. É um novo caminho de reflexão que se abre.

Graças ao *Corpus* Diacrônico do Português⁴⁴, seleção de textos históricos feitos pelo grupo coordenado por Longhin-Thomazi, tive acesso a um material diacrônico do século XIII ao século XVII. Contudo, devido à escassez de material registrado em língua portuguesa em tempos tão remotos, infelizmente não foi possível fazer uma seleção de gêneros dentre as amostras desses séculos. Aproveitando o detalhado trabalho do Grupo Projeto História do Português Brasileiro, o PHPB⁴⁵, conseguimos amostras dos séculos XVIII ao XX e algumas do XXI, que ajudaram a compor o *corpus*

⁴⁴ **Coordenação:** Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi. **Auxiliares técnicos:** Fabiana Gonçalves, Fernando Ulisses Mendonça, Júlio César Camillo Dias Filho, Retirado de <http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>

⁴⁵ Em processo de publicação no site <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>, sob coordenação geral de Afrânio Gonçalves Barbosa (UFRJ).

deste trabalho. Em razão da maior quantidade de material escrito disponível do século XVIII até a atualidade, foi possível proceder a uma padronização mínima com base no gênero testamento ou carta e suas variedades: carta do editor/redator, carta de leitores. Como as ocorrências de algumas funções da construção *o mesmo* aparentemente especializaram-se em funções manifestadas nos gêneros mais formais, as cartas pessoais presentes no *corpus* do PHPB não foram consideradas como amostras para este trabalho.

Devido a uma questão sócio-histórico-cultural, está cada vez mais difícil encontrar cartas escritas conforme seu gênero atualmente, fato que pode ter sua causa na expansão dos meios de comunicação virtuais. Atualmente, o que outrora era transmitido via cartas pessoais ou oficiais, tem sido substituído rapidamente por outro gênero, muito parecido com a carta, mas com suas particularidades: o *e-mail*. Aqui presentes na forma de carta do leitor e do editor/redator, os *e-mails* assemelham-se ao gênero carta no sentido de que são direcionados a uma pessoa específica, geralmente começam com uma saudação, têm um corpo, são finalizados com outra saudação e uma assinatura. Entretanto, o que se pode encontrar atualmente são *e-mails* com extensões cada vez mais enxutas, contendo duas ou três linhas, muito diferente do que é possível encontrar nas cartas de antigamente, que continham geralmente, no mínimo, uma lauda de redação. Contudo, há uma explicação para esse fato: cartas são escritas (ou digitadas) em papel, envelopadas e enviadas via correio. O tempo necessário para que uma carta chegue ao seu endereço de destino varia de acordo com a distância espacial entre o remetente e o destinatário e dos meios para esse transporte. Digamos que o remetente esteja em um estado e o destinatário em outro, e que uma carta demore mais ou menos uma semana para chegar. Será conveniente, e até mesmo coerente, que essa carta contenha poucas informações ou informações incompletas? Obviamente, não. A carta precisa ser o mais completa possível, pois o tempo de deslocamento assim o exige, e antigamente ainda mais, pois não havia aviões para fazer o transporte a longa distância, por exemplo. O mesmo não se passa com o *e-mail*. Uma vez enviado, instantaneamente chega à caixa de entrada do destinatário, podendo ser acessado e, inclusive, respondido de imediato. A falta de informações não é um problema, pois o destinatário pode consegui-las por meio de uma simples pergunta ao remetente, cuja resposta pode ser instantânea. Obtendo a resposta, poderá formular nova pergunta, e assim sucessivamente, sem muito esforço. Portanto, apesar de o *e-mail* revelar-se um pouco diferente de sua ancestral, quase extinta, carta, é o gênero que dela mais se assemelha e

se aproxima e, conseqüentemente, o que aqui vamos utilizar para ajudar a compor o *corpus* na medida do possível.

Em busca de amostras recentes, pudemos notar o quão raro é encontrar material dos séculos XX e XXI editados. Devido à escassez de material pronto, foi necessária uma busca de dados que pudessem servir coerentemente de amostra sincrônica para este trabalho. Então encontramos *e-mails* de gênero jornalístico, que atualmente substituem as cartas do leitor e do editor, algumas das quais encontramos com acesso livre em *sites* de jornais *online*⁴⁶. Estas, portanto, devem completar o quadro de amostras escritas do século XXI, que também contará com a complementação a partir de amostras de editoriais de jornais paulistas do século XXI, derivadas do *Corpus* do PHPB. Para as amostras do século XX, o trabalho foi um pouco mais árduo. Foi necessário buscar em diversas fontes para que uma quantidade significativa de material fosse reunida para análise. Por isso, além de reunir amostras do *corpus* do PHPB, buscamos também editoriais e cartas editados pelo grupo responsável pelo projeto Varport – Análise Contrastiva de Variedades do Português, além de alguns editoriais publicados pelo grupo responsável pelo *Corpus Diacrônico do Português*.

É possível verificar que o material selecionado para compor o *corpus* deste trabalho trata-se de amostragem escrita de língua culta, portanto, grafada segundo a atual norma de modalidade padrão. Justificamos essa escolha com a nossa intenção de focalizar, no trabalho, a construção pronominal *o mesmo*, rechaçada pela norma culta em língua portuguesa, porém recorrente na língua em uso, inclusive (e por que não principalmente?) na norma culta, ainda que timidamente em alguns contextos.

Portanto, estão na base de composição do *corpus* amostras que tomam como critérios uniformizadores os seguintes: diversidade discursiva, relação sincronia-diacronia, atitude do usuário, formalidade e interferência da norma, conforme segue:

Período	Gêneros textuais
<i>Séculos XIII - XVII</i>	Gêneros variados
<i>Séculos XVIII – XIX</i>	Testamentos e cartas formais
<i>Século XX</i>	Cartas e <i>e-mails</i> (do leitor, do editor, do redator)
<i>Século XXI</i>	<i>E-mails</i> e cartas (do leitor, do editor, do redator)

Quadro 3 – Amostras do *Corpus*

⁴⁶ Brazilian Press 2009 e 2010 - <http://www.brazilianpress.com/cartas.htm>

Jornal Local, 2011 - <http://jornallocal.com.br/site/carta-do-leitor/>

Revista Época 2001, retirado de <http://www.olavodecarvalho.org/textos/cartasleitoresepoca.htm>

Os documentos que compuseram cada amostra que constituiu o *corpus* são informados a seguir.

Século XIII

MAGNE, Augusto (org.). *A demanda do Santo Graal [1220] Reprodução fac-similar e transcrição crítica do códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. II, 1970. 28 PÁGINAS. *Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

FERREIRA, José de Azevedo (ed.). *Foro Real de Afonso X []*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Vol. I, Edição de Estudo Linguístico, 1987. 16 PÁGINAS. *Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

NUNES, J.J. (ed.). *Excertos de Legislação Antiga*. In: *Crestomatia Arcaica*. 4.ed. Livraria Clássica Editora, s.d. 10 PÁGINAS. *Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

Testamento de D. Afonso II [1214], Notícia de Torto, Lei de 1211 de Afonso II, e Inquirições de Afonso III [1258]. IN: OLIVEIRA, Correia de e MACHADO, Saavedra (eds.). *Textos Medievais Portugueses*. 2a. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1967. 17 PÁGINAS. *Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

Século XIV

CINTRA, Luís Filipe Lindley (edição crítica). *Crónica Geral de Espanha de 1344*. In *Fontes Narrativas da História Portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. Vol. II, 1954; Vol. IV, 1990. 43 PÁGINAS. *Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

MOTA, Jacira Andrade, MATTOS, Rosa Virgínia, SAMPAIO, Vera Lucia e ROSSI, N.. *Livro das Aves. Reprodução fac-similar do manuscrito do século XIV*. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1956. 10 PÁGINAS. *Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

MALER, Bertil (edição crítica com introdução, anotações e glossário). *Orto do Esposo. Texto inédito do fim do século XIV e começo do XV*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. I, 1956. 13 PÁGINAS. *Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

FERREIRA, José de Azevedo (ed.). *Alphonse X Primeyra Partida*. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980. 39 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

Século XV

LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Introdução, seleção e notas de Torquato de Sousa Soares. Coleção Clássicos Portugueses. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945. 27 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

ZURARA, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Edição crítica de Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942. 18 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

D. DUARTE. Leal Conselheiro. Trechos escolhidos por F. C. Marques. Coleção Clássicos Portugueses. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942. 29 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

CICERAM, Marco Tullio. *Livro dos Ofícios*. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário, por Joseph M. Piel. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1948. 19 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

Século XVI

GÓIS, D. *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Nova edição conforme a primeira de 1566. Parte I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1949. 37 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

SERAFIM LEITE, S.I. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 3 vol., s.d. 60 PÁGINAS (10 CARTAS). Corpus Internacional da Língua Portuguesa. Biblioteca Florestan Fernandes – FFLCH-USP; <<http://dedalus.usp.br:4500/aleph/por/usp/usp/dedalus/start>>.

SERAFIM LEITE, S.I. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, vol. I, s.d. 32 PÁGINAS (25 CARTAS). Corpus Diacrônico do Português (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

GONDAVO, Pero de Magalhães. *Historia da prouincia de Sãcta Cruz a que vulgarme[n]te chamamos Brasil...* Lisboa: Officina Antonio Gonsalvez, 1576. 21 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>).

Século XVII

SOUSA, Frei Luis de. *Trechos de várias obras selecionados por Alfredo Pimenta. Coleção Clássicos Portugueses. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943. 17 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>)

BRITO, Frey Bernardo de e BRANDÃO, Frei Antonio. *Historiografia de Alcobaça. Trechos escolhidos Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943. 25 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>)

Ministério das Relações Exteriores. *Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633). Prefácio de J. C. de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do Serviço de Documentação. 38 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>)

VIEIRA, P. Antonio. *Serman da Sexagésima. In: Magne (org) Sermões de Padre Vieira. Reprodução facsimilada da edição de 1679. São Paulo: Editora Anchieta, s.d. 27 PÁGINAS. Corpus Diacrônico do Português* (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>)

Século XVIII

SIMÕES, José da Silva e Verena Kewitz (Orgs.). *Cartas da Capitania de São Paulo Aldeamento de Índios - Século XVIII. 24 cartas. Projeto História do Português Brasileiro.*

COSTA, Renata Ferreira. *Edição semidiplomática de Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos os seus Memoráveis Sucessos desde o anno de 1531 até o presente de 1796, de Manuel Cardoso de Abreu. 47 páginas. Corpus Projeto História do Português Paulista, vinculado ao Projeto História do Português Brasileiro.*

FERNANDES, Nathália Reis. *Edição de Processos Crimes dos Séculos XVIII, XIX e XX. Supervisão de Marcelo Módolo. 2 testamentos. Corpus Projeto História do Português Paulista, vinculado ao Projeto História do Português Brasileiro.*

Século XIX

MARQUES, Alexandra de Souza. *Editoriais de jornais do século XIX editados. 8 editoriais. Corpus Projeto História do Português Paulista, vinculado ao Projeto História do Português Brasileiro.*

BARBOSA, Afranio G. & LOPES, Célia Regina dos S. *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-*

Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2006. 299 p. ISBN: 85-87043-49-8. 62 cartas. Projeto História do Português Brasileiro.

SIMÕES, José da Silva (Org.), Marcelo Módolo e Nanci Romero. Cartas Paulistas da BNRJ. 2004-2006. 19 cartas. Projeto História do Português Brasileiro.

Século XX

SEGUNDO, Paulo Roberto Gonçalves. Editoriais da imprensa paulistana de bairro, séculos XX e XXI. 13 editoriais. Corpus Projeto História do Português Paulista, vinculado ao Projeto História do Português Brasileiro.

Editoriais dos jornais O Porvir e O Poder Moderador. Córpus Diacrônico do Português. 9 editoriais. (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>)

Cartas do leitor aos jornais O Porvir e O Poder Moderador. Córpus Diacrônico do Português. 3 cartas. (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>)

PAIXÃO, Vivian Borges & ALMEIDA, Erica Sousa de. Editoriais – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Projeto PHPB/ RJ, 2011. 11 cartas.

Projeto VARPORT - Português do Brasil Escrito – Editoriais (<http://www.letras.ufrj.br/varport/>), 23 editoriais.

Século XXI

SEGUNDO, Paulo Roberto Gonçalves. Editoriais da imprensa paulistana de bairro, séculos XX e XXI. 23 editoriais. Corpus Projeto História do Português Paulista, vinculado ao Projeto História do Português Brasileiro.

Cartas de leitores do jornal Brazilian Press 2009 e 2010 – 192 CARTAS. Retirado de <http://www.brazilianpress.com/cartas.htm>

Cartas de leitores da Revista Época 2001 - 148 CARTAS. Retirado de <http://www.olavodecarvalho.org/textos/cartasleitoresepoca.htm>

A reunião dessas amostras permite-nos elaborar questões pertinentes ao próprio estatuto do material e a sua constituição linguística:

(i) haveria diferença de frequência e produtividade dos graus de referencialidade da construção *o mesmo* motivada por épocas distintas?

(ii) que processos cognitivos relacionariam uma possível configuração unidirecional de mudança ao valor referencial da construção *o mesmo* em suas variadas funções? Haveria um *continuum* de referencialidade diretamente relacionado ao *continuum* de abstratização?

(iii) como se explicaria cognitivamente o reincidente uso de *o mesmo* mais referencial, com valor anafórico pronominal, na língua escrita, ainda que seja formalmente rechaçado por muitos estudiosos de norma culta e que existam muitos outros referenciadores disponíveis na língua?

Essas questões permitem hipotetizar que

(i) a construção *o mesmo*, cuja função é anafórica pronominal, deve ocorrer principalmente em modalidade escrita formal, como foi identificado em Oliveira (2011). Entretanto, cabe um senão em forma de pergunta: por que a construção *o mesmo* não é buscada automaticamente para a função pronominal durante um ato de fala, como foi constatado no mesmo trabalho de 2011, apenas durante a construção de texto escrito?

(ii) deve haver uma relação entre o *continuum* de mudança linguística e o *continuum* de referencialidade, já que os dados obtidos nos trabalhos prévios revelam que funções menos gramaticais do item *mesmo* são as mais referenciais, e as funções mais gramaticais parecem ser menos referenciais.

Cabe, aqui, uma justificativa: considere-se, nesse quesito, que, em trabalhos anteriores, notamos que o princípio da unidirecionalidade se sustentava numa diacronia de curta escala, inclusive com subcategorias nas próprias categorias cognitivas. É possível que os resultados a serem obtidos na análise de uma diacronia de larga escala com foco nas possíveis construções com o item *mesmo* sejam semelhantes e que a efetiva gramaticalização do item desde a origem da língua seja atestada. Aparentemente, quanto mais gramatical, menos referencial, e isto foi o que nos motivou a olhar mais detida e cuidadosamente para as funções menos gramaticais, com valor de identidade.

(iii) a normatividade a que os falantes estão sujeitos, referência para a norma culta, deve estar forçando um conceito de erro a esse uso que talvez possa ser perfeitamente reconhecido cognitivamente como uso comum.

Neste momento, uma reflexão é favorecida: o valor referencial da construção pode não ser tão eficaz quanto a referência efetuada por um pronome ou um nome substituto, mas algo derivado de processos cognitivos parece trazer à tona a construção *o mesmo* quando um usuário da língua necessita se referir a algo em modalidade escrita.

3. FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a recolha dos dados, optamos por analisar as ocorrências da construção *o mesmo* encontradas no *corpus* com base, inicialmente, nos princípios de Hopper (1991), pois torna-se providencial que analisemos padrões funcionais frequentes na língua para que possamos, por meio dessa estratégia, reconhecer um possível processo de abstratização e os mecanismos que o guiam. Uma das estratégias metodológicas auxiliares, após essa fase, será controlar as frequências *type* e *token*, conforme Bybee (2007) orienta. Esse recurso favorecerá a compreensão da movimentação de padrões ao longo dos tempos e também oferecerá pistas sobre a emergência e também especialização de *types*.

Ainda um outro expediente importante durante a análise será o entendimento de como as categorias cognitivas postuladas por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) respondem a esses dados. Como essas categorias pressupõem uma organização paralela à evolução cognitiva da ontogenia humana, então reconhecer cada uma das funções da construção *o mesmo* e à luz do desenvolvimento ontogênico reforçará o percurso reconhecido para o desenvolvimento (emergência, especialização) que os dados já permitiram, nos testes anteriores, identificar.

O caminho natural de análise de uma construção com tamanha carga referencial como a que propomos estudar acaba por exigir o olhar voltado para o ponto de ancoragem da referência. Assim, o estatuto semântico da construção será avaliado em termos de seus traços pertinentes: [-abstrato], [+humano] e [+animado] > [+abstrato], [-humano], [-animado] e da manutenção ou não de seu traço semântico vital já identificado em estudos anteriores para o item *mesmo*: o traço etimológico de [+identidade], aqui hipotetizado para a relação entre os termos correferenciais.

Cumprida essa etapa, passaremos a analisar seus graus de referencialidade. Para tanto, será imprescindível associar esses graus ao quadro de deslizamentos funcionais que representam, salvo engano, as atitudes adotadas pelos falantes em seus espaços conjuntos de atenção. Explicamos: como o falante, ao se comunicar, precisa construir uma rede de compartilhamento de informações, quando ele se afasta dos traços vitais da construção formada pelo item, poderia provocar confusão e incompreensões. Contraditoriamente, o que temos visto é que isso nem sempre procede, embora fosse o esperado. Isso quer dizer, provavelmente, que as sucessivas recorrências de uso tornam,

num novo contexto de uso, o inesperado em esperado e possível. Então, o falante, no papel de ouvinte, já prevê que essa transferência metafórica ocorra e lida bem com isso.

Como se dá essa passagem em termos de construção do espaço conjunto de atenção é o que buscamos saber de modo mais objetivo. Com esse propósito, porém voltado para a aquisição de linguagem pela criança, Tomasello (1999) cria uma lista de fatores que tornam esse compartilhamento mais e menos provável. Aqui a reproduzimos, pois ela parece colaborar com a análise desse processo de transferência de compartilhamento de informações a que a construção *o mesmo* reage em termos de graus de referenciação:

- (a) propriedades e atividades passam a ser vistas como objetos;
- (b) objetos e atividades passam a ser vistos como propriedades;
- (c) objetos e propriedades passam a ser vistos como atividades;
- (e) eventos particulares e objetos passam a ser vistos como se fossem outros objetos e eventos.

Ao que parece, há aqui um franco diálogo entre o que Heine, Claudi & Hünemeyer (1991) propuseram e o que Tomasello (1999) admite como parte da evolução ontogênica. Caberá relacionarmos principalmente esses dois modelos para dar conta do processo cognitivo favorecedor de que uma forma esvaziada semanticamente, em função mais gramatical, imponha-se etimologicamente, mas de forma mais complexa e abstrata.

Após a composição do *continuum* de gramaticalização, em conclusão desta pesquisa, a análise será direcionada para os graus de referencialidade das construções atribuídos a cada categoria cognitiva, a fim de observar se há mudança envolvida e quais são as relações entre a possível mudança linguística e os graus de referencialidade da construção *o mesmo* em suas variadas funções. Esperamos que, posteriormente, a análise dos resultados permita reflexões sobre as complexidades da atuação do plano cognitivo e sua relação com a gramática em processo.

Ao final desse percurso, materializado no final deste volume, a atenção se voltará à construção *o mesmo* com função demonstrativa e a seu principal valor referencial, tão contestado por professores e gramáticos. Ali, estabeleceremos uma breve discussão a respeito da normatividade e dos processos cognitivos envolvidos no uso dessa construção como demonstrativo. Ampararemos essa discussão nos resultados obtidos durante a análise do *corpus*.

Em seguida, apresentamos as considerações finais deste trabalho, em cuja seção discutimos os resultados das análises desenvolvidas, não sem dar o devido relevo às relações entre gramaticalização e referencialidade. Finalmente, as várias análises empreendidas de *o mesmo* colaborarão com a identificação das possíveis motivações cognitivas para os empregos dessas construções, a despeito de regras de interdito para uma delas.

CAPÍTULO III

GRAMATICALIZAÇÃO DO REFERENCIADOR

O MESMO

Este capítulo visa à análise diacrônica da construção *o mesmo* em seus deslizamentos funcionais. Para tanto, estabelecemos uma detida descrição das origens etimológicas da construção *mesmo*. Além disso, após o detalhamento das frequências *type* e *token*, bem como após a aplicação das teorias metodológicas que propusemos para a verificação do possível processo de gramaticalização em que se encontra a construção em estudo, voltaremos o olhar para o valor de identidade observado desde a etimologia de *mesmo*, estabelecendo uma relação entre o processo de mudança envolvido em sua evolução e os diferentes graus de referenciação apresentados por seus padrões funcionais.

1. O CASO DO *MESMO*

Conforme argumentado anteriormente, a construção *o mesmo* foi escolhida para análise neste trabalho principalmente devido a suas interessantes particularidades de elemento referencial que, parece, estão sendo perdidas aos poucos.

Há três anos estudando seu comportamento, percebemos que lexicógrafos (AULETE, 1958; BUENO, 1969; MIRADOR, 1976; FERREIRA, 1999; MICHAELIS, 2009; HOUAISS E VILLAR, 2010), gramáticos (BECHARA, s.d.; BUENO, 1944; LIMA, 1962; BUENO, 1963; BECHARA, 1970; CUNHA, 1970; CUNHA, 1972A; CUNHA, 1972B; CUNHA, 1978; BECHARA, 2006; CUNHA e CINTRA, 2008) e, também, autores de livros didáticos (CEREJA, 2009; MAIA, 2009; TERRA & NICOLA, 2009), divergiam discretamente quanto às acepções atribuídas à construção, bem como em relação às funções e classes de palavras a que pertencia.

Em Oliveira (2011), fizéramos o levantamento de seus significados presentes em vários dicionários, separados por cinquenta anos no tempo histórico. Essas obras

ficaram restritas aos séculos XX e XXI. Posteriormente, organizáramos as acepções registradas para a construção *mesmo* em todos os usos sincrônicos encontrados. Nessa ocasião, lidamos não só com os usos relativos à identidade, o que permitiu empreender um exercício comparativo de funções.

Foi interessante notar, então, que uma convergência permitia comentar todos os autores: a concordância de que *mesmo* apresentava as seguintes funções: a) de adjetivo (*Em geral as mulheres parecem ter no cabelo a mesma fé que tinha Sansão – Garrett*⁴⁷); b) de substantivo (*Pus o chapéu na cabeça e ele fez o mesmo*); e c) de advérbio (*Mesmo os santos tiveram suas fraquezas*). Algumas funções, contudo, desagregavam o grupo de autores: quase todos – excetuando Aulete (1958) e Ferreira (1999) – reconheciam o item na função de pronome (*O leão era o mesmo da gruta*), e reconheciam (exceto FERREIRA, 1999) que algumas sequências envolvendo *mesmo* já podiam ser interpretadas como um bloco mais coeso, a que chamaram “locuções” (aqui *mesmo*, assim *mesmo* - circunstanciais, *mesmo* assim, *mesmo* com, *mesmo* que - concessivos). Essas locuções, dada a perspectiva da gramática de construções e sua abordagem cognitiva, poderiam ser reagrupadas. Por exemplo, as “locuções” *aqui mesmo* e *assim mesmo* parecem pertencer à mesma construção: *circunstância + identidade = certeza do falante* (plano da intersubjetividade), assim como *mesmo com* e *mesmo que*, que parecem pertencer à construção *identidade + organizador textual = quebra de expectativa do interlocutor* (plano da intersubjetividade). Já era esperado que nenhum dicionário, nem mesmo os mais atuais, trouxesse a acepção para a locução *mesmo porque*, pois esta, conforme pode ser observado em Oliveira (2011), é a forma mais gramatical encontrada.

De acordo com as gramáticas normativas, analisadas em Oliveira (2011), é possível constatar uma grande quantidade de funções atribuídas à construção *mesmo*, na maioria das vezes relativas à função de demonstrativo. Quase todas as gramáticas normativas selecionadas (exceto CUNHA, 1972, e CUNHA E CINTRA, 2008) concordam entre si que *mesmo* pode funcionar como pronome demonstrativo, e percebemos que Celso Cunha, a partir da mais antiga edição encontrada, mantém sua opinião a respeito de seu valor de reforço dos demonstrativos. Em relação às demais funções, um ou outro autor vai atribuindo alternadamente entre anafórico e reforço, mas sempre concordando sobre sua função demonstrativa. Bueno (1963) e Bechara (1970, 2006) falam sobre a

⁴⁷ Exemplos retirados dos dicionários e gramáticas consultados.

função de advérbio, e apenas Bueno (1963) reconhece sua função de adjetivo. Supomos que a função de adjetivo não seja citada por muitos dos autores porque *mesmo* nessa função se confunde com sua função de pronome, apesar de essas classes serem muito distintas entre si (pronome é bem mais gramatical que adjetivo). Observamos que, em alguns exemplos exibidos em alguns dicionários, ora uma acepção aparece associada à classe de pronome, ora à de adjetivo. Não havendo um padrão ou convergência categorial a respeito, os estudiosos especulam e discordam ao longo do século XX.

Nas gramáticas de usos (NEVES, 1999), também na de língua falada (CASTILHO, 1993 e 2002; ILARI, 2002), assim como nas gramáticas históricas (DIAS, 1970; SAID ALI, 1971) e nas metódicas (ALMEIDA, 1967 e 1978) consultadas, acontece fato semelhante. Os autores estudados abordam as diversas funções relativas a demonstrativos e advérbios, e não citam as funções adjetivas. No caso dessas gramáticas, as funções são mais esmiuçadas, principalmente no caso das gramáticas de uso e de língua falada.

As gramáticas históricas mostraram praticamente os mesmos resultados das normativas, ou seja, funções de pronome e de advérbio. Já as gramáticas metódicas, ambas de um mesmo autor, porém com edições publicadas com uma diferença de 11 anos entre uma e outra, além de dar as mesmas informações que as gramáticas normativas, evidenciaram algo interessante sobre a construção *o mesmo/a mesma* como pronome em correferência com o referente. Almeida (1967 e 1978) afirma que o uso do demonstrativo *mesmo* em lugar de *ele (a)*, *a ele (a)*, *para ele (a)*, *dele (a)*, etc. (e.g. *Vou à casa de minha mãe; falarei com a mesma sobre o assunto*) trata-se de um emprego condenável. Segundo o autor, isso pode estar relacionado com ensinamentos de origem duvidosa que dizem que a repetição dos pronomes acima citados forma construções grotescas. Para ele, o uso de *o mesmo* ou *a mesma*, nessas circunstâncias, evidencia uma fraqueza de estilo de quem escreve (disse isso se referindo a autores que escrevem desta maneira). A gramática metódica de Almeida e o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999) são os únicos a trazerem informações sobre o referido uso da construção em português brasileiro. Os demais gramáticos e lexicógrafos nada declaram ou discutem sobre o assunto. Segundo informações contidas no dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), parece conveniente evitar esse tipo de emprego da construção *o mesmo*, como substituta dos pronomes *ele* ou *o*. O autor ainda diz que em língua portuguesa essa construção é muito frequente, ainda que deselegante. É certo que o item *mesmo* pode ser empregado em determinadas construções com função de demonstrativo; em gramáticas e dicionários, há a afirmação de que essa possibilidade de uso é muito recorrente, mas, sobre o caso

especial de demonstrativo citado anteriormente, o silêncio é também constante na maioria dos materiais de referência em português brasileiro.

Uma análise mais detida dessas gramáticas e dicionários ora pesquisados nos permitiu deduzir que, ao compor a construção *o mesmo*, o item *mesmo* por vezes é considerado um adjetivo, por vezes um pronome, havendo grande falta de consenso entre os gramáticos. O que incitaria nos estudiosos essa cisão? Percebemos, então, que uma incursão nas bases etimológicas da construção *mesmo* seria essencial para que houvesse uma melhor compreensão a respeito dessa palavra tão polissêmica, que, dependendo do contexto, apresenta traços característicos de uma ou de outra classe gramatical.

1.1. BASES ETIMOLÓGICAS: O RESGATE DE UM TRAÇO DE PESO

A sondagem da etimologia de um item/construção sob foco de estudo na área de gramaticalização é mais do que importante, é essencial para que se faça a efetiva compreensão das rotas a que nosso aparato cognitivo sujeita a língua em uso. Ao realizarmos as pesquisas anteriores, fizemos uma breve incursão em dicionários etimológicos (e.g. CUNHA, 1999) para tentar descobrir as origens da construção *mesmo* e suas antigas funções e acepções em latim vulgar, para então entender sua evolução em línguas românicas em geral (OLIVEIRA E CACCIAGUERRA, 2009), mas, sobretudo, em língua portuguesa (OLIVEIRA, 2010; 2011). Evidentemente, o que pudemos constatar naquele momento era condizente com nosso momento de iniciante em pesquisa científica, portanto, após um treinamento mais aprofundado, hoje percebemos a extrema necessidade de uma incursão mais profunda e um detalhamento maior das descobertas sobre as origens da construção em estudo. Para tanto, fomos além dos dicionários etimológicos, buscamos desta vez dicionários críticos, gramáticas do latim vulgar, além de artigos de especialistas, que versam sobre o sistema de pronomes demonstrativos do latim clássico.

Na apresentação deste trabalho, apontamos que a palavra *mesmo* em língua portuguesa tem sua origem na suposta construção latina **metīpsīmus*, em que *met* é um prefixo cuja função em latim vulgar era especificamente a de reforçar pronomes, *ipse* é um pronome que em latim vulgar exercia a função do demonstrativo dêitico referente à segunda pessoa do discurso, e *imus*, sufixo formador de superlativos sintéticos encontrado em abundância nos textos populares de Petronio, um dos poucos registros

escritos que temos do latim popular. Esta foi a descrição que fizemos da origem etimológica da palavra *mesmo* até agora em todos os trabalhos efetuados, contudo, ela nos parecia um pouco superficial, pois, cientistas que somos, não nos conformávamos com perguntas que insistiam em surgir, e que ficavam sem resposta. Se a origem está em um demonstrativo dêitico, aquele cuja função é específica para as relações espaço-temporais na situação de comunicação, como explicamos a função de *mesmo* como referenciador fórico relativo ao contexto linguístico? Por que haveria de ser necessária a criação de uma nova construção *metipse* para contrapor-se a *ipse*? Como explicar que um pronome, *ipse*, fosse frequentemente usado em superlativo nos textos satíricos de Petrônio? O superlativo não deveria ser específico de adjetivos? Qual a relação entre *ipse* e *idem*?

Para responder a tantas perguntas, foi necessário voltar ao latim clássico e traçar as possíveis rotas de mudança a partir dali, mesmo sabendo que a língua portuguesa nasce apenas mais adiante na história, a partir do latim popular. A justificativa para isso deve-se ao fato de que as entradas lexicais do latim no português foram cíclicas e motivadas por modismos e retomadas aos clássicos em períodos distintos. A língua, contudo, que ingressou como *locus mater* realmente foi o latim falado na Península Ibérica, via dialeção.

Descobrimos que, segundo Mariner (1968 *apud* ANDRADE, 1999), no latim clássico, o sistema de demonstrativos contava com seis pronomes, *hic*, *iste*, *ille*, *is*, *idem* e *ipse*, dos quais os três primeiros eram dêiticos, ou seja, estavam relacionados à situação de comunicação e às três pessoas do discurso, e os três últimos eram fóricos, altamente relacionados ao contexto linguístico. Os pronomes dêiticos podiam também funcionar como fóricos quando eram dispostos de maneira a opor o que estava perto de quem falava, o que estava perto do interlocutor ou o que estava longe de ambos, mas o contrário não ocorreria. Quanto aos demonstrativos fóricos do latim clássico, *is*, *idem* e *ipse*, Mariner os separa funcionalmente. Segundo ele, o pronome *is* tinha a função de fórico propriamente dita; o pronome *idem* tinha a função de fórico, mas também de enfatizar, portanto, não só fazia referência, como também enfatizava o referente; por fim, o pronome *ipse* carregava em si a função puramente enfática, ou seja, não era necessariamente um fórico, pois não retomava, mas enfatizava o referente. O que podemos notar aqui é que havia uma lógica para que o sistema latino clássico mantivesse seis demonstrativos, pois cada um exercia uma função específica, ainda que algumas fossem apenas sutilmente diferentes entre si.

Com o surgimento e ascensão do latim vulgar e com o desaparecimento de dois importantes demonstrativos, o dêitico *hic* e o fórico *is*, até mesmo pela simplificação que a popularização da língua latina causou, houve a desestruturação do antigo sistema de demonstrativos, o que levou à criação de um novo sistema de tríplice oposição (ANDRADE, 1999), que passou a ser: *iste, ipse e ille/eccille*, origem do nosso sistema atual de demonstrativos, respectivamente *este, esse e aquele*. Portanto, como se pode notar, houve mudanças tanto no sistema dêitico quanto no sistema fórico.

Dentre os fóricos, com o desaparecimento de *is*, seu concorrente dêitico *ille* ocupou seu lugar, dando margem ao surgimento de um novo dêitico de terceira pessoa, *eccille*, forma enfatizada de *ille* que provavelmente é origem do atual *aquele*. Outra suposição é a de que o fato de *ille* assumir a função fórica de *is* fomentou o aparecimento do artigo definido nas línguas românicas: *ille* > *o*. O pronome *ille* ganhou também outra nova função no latim vulgar, a posição de terceira pessoa entre os pronomes pessoais, o que não existia em latim clássico. Isso corrobora o entendimento dos motivos de o pronome demonstrativo de terceira pessoa ter precisado de um prefixo enfatizador para continuar exercendo sua função, já que houve muitos empréstimos de sua forma para novos significados.

Dentre os dêiticos, com o desaparecimento do pronome *hic*, referente à primeira pessoa, o pronome *iste*, antes de segunda pessoa, ocupou seu lugar, deixando a antiga posição vazia. O pronome *ipse*, antigo fórico com função enfática, assumiu a posição dêitica vaga, deixando sua função fórico-enfática possivelmente a cargo da construção *metipse* (MAURER JÚNIOR, 1959), forma novamente enfatizada via reanálise, provavelmente por uma possível perda de ênfase pelo desgaste usual. Como o pronome *idem* desapareceu no latim vulgar, sua função pode também ter sido assimilada por *metipse*, que, conseqüentemente acumulou em si os traços de um fórico efetivo, quer dizer, que de fato retoma, faz referência, e de enfatizador, intensificador, ambos relativos à identidade do referente. Tais funções, em língua portuguesa, notam-se claras pela posição em que a palavra *mesmo* aparece em variadas construções que ajuda a formar, pós (enfatizadora, intensificadora) ou pré-nominal (fórica e enfática).

Portanto, a disposição que tínhamos no sistema demonstrativo na evolução do latim clássico > latim vulgar era a seguinte:

Funções	Latim Clássico	Latim Vulgar	Língua Portuguesa
Dêitico de 1ª pessoa	<i>hic</i>	<i>iste</i>	<i>este</i>

Dêitico de 2ª pessoa	<i>iste</i>	<i>ipse</i>	<i>esse</i>
Dêitico de 3ª pessoa	<i>ille</i>	<i>(ecc)ille</i>	<i>aquele</i>
Fórico	<i>is</i>	<i>ille</i>	<i>o</i>
Fórico enfático	<i>idem</i>	<i>metipse/*metipsimus</i>	<i>mesmo</i>
Enfático	<i>ipse</i>	<i>metipse/*metipsimus</i>	<i>mesmo</i>

Quadro 4 – Sistema de demonstrativos

É importante salientar que a formação dos fóricos pode ter sido um pouco diferente, apesar de que localizar dados que comprovem tal afirmação não seja o foco desta pesquisa. Porém, se pensarmos que o latim vulgar simplificou o que antes era bem mais complexo, poderia ser perfeitamente razoável que, se havia uma forma *ille* para representar a função fórica e a forma reenfatizada *metipse/*metipsimus* para representar a função enfática, não seria plausível que se aproveitasse a união dessas formas, *ille metipse* ou *ille *metipsimus*, para representar a função fórico-enfática deixada vaga por *idem*? Além disso, como será possível observar mais adiante, na análise da construção *mesmo*⁶, a palavra *mesmo* isolada não consegue exercer a função fórica, apenas dá ênfase, intensifica. Embora sejam apenas hipóteses, talvez esse seja um ponto que mereça uma reflexão com maior vagar. É o que faremos na seção a seguir.

1.1.1. O TRAÇO INTENSIFICADOR – IPSE - E O TRAÇO DE IDENTIDADE - IDEM

A fim de entender como se deu a formação do sistema demonstrativo de tríplice oposição do latim vulgar e associá-la ao surgimento da palavra *metipse* (e então imaginar **metipsimus*), é importante verificar como se deu essa composição *met* + *ipse* + *imus* e como possivelmente houve a transposição, manutenção e enfraquecimento de traços semânticos que até hoje vigoram na construção *o mesmo*.

Segundo Maurer Júnior (1959), a partícula *met*, a princípio, se juntava a pronomes pessoais como um sufixo enfatizador, e.g., *egomet*, mas, com o tempo, acabou se agregando a *ipse*, pronome demonstrativo⁴⁸, na fala popular, em expressões como *illemet ipse* > *ille metipse* (que, considerando o latim vulgar, poderíamos traduzir tanto como *ele mesmo* quanto como *o mesmo*, a depender do contexto), dando origem à forma *metipse* e talvez a **metipsimus* (forma apenas imaginada, pois apenas têm-se registros da forma *ipsimus*, nos textos de Petrônio, que vem de *ipsissimus* por

⁴⁸ O que, talvez, reforce nossa afirmação de que essa construção encontra-se em pleno processo de gramaticalização desde o latim (pessoa > espaço).

haplologia). Essa combinação entre *ille* e *ipse*, aliás, era muito comum, segundo Grandgent (1970), que também afirma que a partícula *met* era um prefixo demonstrativo usado em adjetivos pronominais ou advérbios. Isso explicaria a atração exercida pelo fórico *ipse* sobre a partícula *met* na construção acima referida. Sua função, nesses casos, estaria muitas vezes relacionada a um reforço igualador de identidades, ou a um intensificador de identidade, o que definitivamente qualificaria.

Quanto a essa assimilação da partícula enfatizadora *met* pelo pronome *ipse*, a nosso ver típico de mecanismo metonímico, supomos que, em contextos em que *ipse* foi usado em latim vulgar com seu significado enfático, herdado do latim pretérito, haveria uma reanálise⁴⁹ do escopo. Isso quer dizer que o escopo foi identificado como outro que não o esperado em situações comunicativas. Isso se deve possivelmente a dois motivos: a) *ipse* poderia estar sofrendo um enfraquecimento de sua função enfática, o que pediria um reforço com a atração da partícula enfatizadora, ou b) não necessariamente teria ocorrido o enfraquecimento da função enfática, mas a busca pela diferenciação das funções dêitica e fórica, que propiciou que *ipse* passasse a exercer a função de *idem*, reforçando sua função fórica e de identidade.

Ainda permanece a questão do superlativo e a estranheza que causa um pronome ser posto em superlativo sintético na língua latina vulgar, ainda que somente no falar mais familiar em língua portuguesa também identifiquemos estratégias que podem providenciar ênfase similar, porém com outra formação (euzinha, por exemplo). Segundo Maurer Júnior (1959), a forma sintética do superlativo desapareceu no latim vulgar quase sem deixar vestígios, o que nos faz pensar nos motivos que Petrônio e outros que escreviam textos populares teriam para optar por colocar um pronome em superlativo em seus textos. Certamente esses usos ainda circulavam nesse meio familiar e entre íntimos. Posto que o superlativo se ligue a adjetivos, então, é possível que, originalmente, a opção por usar o demonstrativo *ipse* no superlativo – *ipsīmus* – fosse motivada por busca de evidência do valor qualificador desse pronome, cuja função relativa à identidade era proveniente de *idem*, que poderia funcionar como adjetivo

⁴⁹ Entenda-se *reanálise* em seu significado original, postulado por Langacker (1977:58): “a change in the structure of an expression or class of expressions that does not involve any immediate or intrinsic modification of its surface manifestation”. Uma construção em dado momento de sua história pode apresentar uma interpretação ambígua por determinado motivo, podendo apresentar dupla interpretação sem que haja uma mudança imediata em sua estrutura. Com o tempo e a frequência de uso, a nova interpretação pode assumir um papel definitivo em relação à construção. Contudo, no caso em análise, embora acreditemos ser uma clara ocorrência de reanálise, houve uma mudança estrutural, que pode ter sido facilitada pela própria estrutura gramatical da língua latina, cujos prefixos muitas vezes tinham liberdade para se ligar às palavras tanto como prefixo quanto como sufixo.

pronominal. O prefixo *met* se agregaria como um reforçador da identidade entre os elementos qualificados por *ipsīmus* como equivalentes. Em se tratando das amostras vulgares ou mais populares, como é o caso do texto de Petrônio, em que o superlativo *ipsīmus* aparece, é possível reconhecer que textos satíricos abusam de estratégias de exagero para gerar comicidade. Assim, superlativo poderia associar-se à comicidade, ao grotesco, a intenções de ênfase exagerada, o que, de certo modo, é confirmado por Bluteau (1755-1824). Segundo ele, o superlativo de *mesmo* (*mesmíssimo*, forma superlativa de uma construção já desenvolvida em sua origem a partir de um superlativo) tem origem cômica e familiar. Ao recorrer a exemplos extraídos de uma tradução para o inglês do *Satyricon*⁵⁰, de Petrônio, notamos que o superlativo lá presente é traduzido para *selfsame*, o que nos parece muito interessante, posto que *self* é o equivalente para o intensivo reflexivo do português (e.g., ele mesmo), e *same* é o equivalente ao referenciador que reforça a identidade do referente (e.g., a mesma coisa).

Após entender o surgimento de determinada construção, torna-se possível analisar seu uso ao longo dos séculos para, então, entender as rotas de mudança às quais se submeteu. A seguir, analisaremos sincrônica e diacronicamente a base de dados recolhida para a realização deste trabalho, o que nos permitirá inferir posteriormente sobre uma possível correlação entre as mudanças gramaticais por que passa a construção *o mesmo* e seu valor referencial nas variadas construções que ajuda a formar.

1.2. BASE SINCRÔNICA DE DADOS: PADRÕES FUNCIONAIS E FREQUÊNCIA TYPE

Analisando as amostras coletadas para o estudo do processo de gramaticalização da construção *o mesmo*, obtivemos como resultado nove padrões funcionais, os quais separamos de acordo, ainda que sutilmente, com que os significados semânticos e pragmáticos iam se alterando. Nossa intenção era verificar, no cômputo geral das ocorrências, se havia mudança gramatical na medida em que a construção se modificava (principalmente em relação à posição do modificador – pré ou pós-nominal).

A primeira impressão que tivemos a respeito da construção *o mesmo* refere-se ao seu estatuto semântico. Notamos que, por ser um pronome, trata-se de construção altamente relativa ao ser humano, portanto perfeitamente passível de gramaticalização.

⁵⁰ WIDGER, David. *The satyricon of petronius arbiter*. Retirado de <http://www.gutenberg.org/files/5225/5225-h/5225-h.htm> (1 of 319) [2/10/2007 4:24:25 PM]. Acessado em 3 de agosto de 2012.

Explicamos: os pronomes já fazem parte de uma classe gramatical e são itens necessários nas línguas naturais devido à própria necessidade de coesão linguística do discurso. Por isso, intuímos que a mudança de funções se mostrará em direção a um plano de maior abstratização.

Uma segunda impressão é que esse desenvolvimento não se configura numa unilinearidade dos padrões funcionais. Embora demonstrem fortes características de mudança unidirecional (como a evolução *demonstrativo* > *artigo* ou *sintagma nominal* > *pronome*), os dados analisados parecem direcionar-nos para a suposição de que, possivelmente devido a sua origem de múltiplas funções, o fórico-enfático *metipse* já pode ter entrado na língua portuguesa via construções diversas e com funções diversas, fixadas nas línguas romances sintaticamente em posição pré ou pós-nominal para marcar efetivamente suas funções, já que as declinações, ora necessárias para que a sintaxe latina fosse compreendida, foram perdidas.

Feitas as categorizações dos dados segundo suas similaridades familiares, pudemos identificar os seguintes padrões de uso:

MESMOI – Intensificador discursivo-pragmático de identidade – sua função é construída a partir de traços mais humanos. Essa construção aparece intrinsecamente ligada ao sujeito da construção sintática a que, unicamente, se refere. Seu referente é explícito e é retomado por um pronome, pessoal ou reflexivo, ou por um substantivo, que é reforçado pelo item *mesmo*.

Bosque y Demonte (1999) afirmam que, uma vez que possa parecer estranho dizer que um adjetivo modifique diretamente um pronome, é mais prudente descrever essa construção com a seguinte configuração: pronome + [N] + intensificador, uma reduplicação imaginária do núcleo do sujeito por ela referido, interposto entre as duas outras classes, resultando no seguinte:

Ex.: Maria só pensa em [[si [N]] (mesma)].

Em que [N] = Maria.

Essa descrição, proposta em uma gramática de língua espanhola (BOSQUE Y DEMONTE, 1999) parece aplicar-se muito bem ao que sucede na língua portuguesa (doravante, LP). Contudo, independentemente de, na LP, a construção *mesmo* ser modificadora de um nome imaginário posicionado entre ela e o pronome, ou se, olhando

de outro modo, ela for imaginada como um pronome adjetivo intensificador, que toma como escopo a identidade retomada pelo pronome que acompanha, a função da construção como um todo é reafirmar, no plano discursivo-pragmático, o referente, conferindo maior grau de certeza a essa identificação, como uma espécie de reforço. Os autores da *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, inclusive, diferenciam construções formadas com pronomes reflexivos (*si mesmo*) de construções formadas com pronomes pessoais (*ele mesmo*), afirmando somente haver reflexo propriamente dito nas primeiras, restando às segundas uma função intensificadora da identidade do referente. Apesar de reconhecer que essa explicação seja bastante interessante para os dados de LP, neste trabalho, a grande questão não está na discussão profunda dessa diferença, posto que a função foco, esta, sim, alvo de interesse aqui, reside na construção *mesmo*, que em ambos os casos, em posição pós-nominal, ora acompanhando pronomes pessoais, ora pronomes reflexivos, exerce idêntica função discursivo-pragmática de intensificar.

Embora a presença da palavra *mesmo* na construção PRONOME + [N] + MODIFICADOR INTENSIVO não seja obrigatória para que uma função de identidade ou reflexividade seja marcada, pois, propriamente, são executadas pelo pronome, sua presença é importante para causar o efeito intensivo, de reforço, herança do demonstrativo intensivo *ipse* do latim clássico. Aliás, é interessante observar que a construção em questão parece ser uma transposição literal para a língua portuguesa e outras línguas românicas de ocorrências como *ille metipse* (ele mesmo, aquele mesmo, o mesmo), entre outras, muito comuns no latim vulgar. Nessa variedade, a reduplicação pronominal era algo comum, e servia para reforçar o pronome, já previamente reforçado pela partícula *met*, cuja função era basicamente esta: reforço de pronome. Na medida em que o prefixo e a reduplicação eram usados para reforçar o pronome sintaticamente, a intenção pragmática de *ipse*, muito provavelmente, se observarmos o que ocorre hoje em LP e nos lembrarmos da etimologia de *metipse*, era a de reforço de identidade.

- (1) Assi dizia Meraugis contra si **MESMO** com tam grã pesar de seu partimento, como se fôsse seu irmão. (*CDP, séc XIII, A Demanda do Santo Graal*)

Em (1), nota-se, como será possível observar também nos demais exemplos, que a construção *mesmo* alcança o sujeito da sentença, via cadeia referencial secundária.

Relacionando-se com o sujeito, mantém com este a identidade semântica, mas não de forma direta. Em outras palavras, *Meraugis* é sujeito do verbo *dizia*, que tem como complemento *si*, que ancora sua referência no sujeito. *Si* é alvo de intensificação discursiva por intermédio de *mesmo*. A construção *mesmo* atua, dessa forma, numa função periférica em relação a *si*. A despeito disso, *Meraugis*, *si* e *mesmo* constituem uma cadeia semântica. A identidade é semântica e não sintática. Isso também não quer dizer que ele não possa fazer a referência direta. Isso é exemplificado a seguir em funções sintáticas variadas.

- (2) E o emperador Eugenio, veendo como os Estrogodos eram boos e armas, evyouhos e Ytallia que a tomassem del rey Adohecer, rey dos Erulos, e que fosse Teuderigo rey e senhor della. E, pera esto, evyouhos ecomedados ao senado e a todo o poboo dos Romaãos e que os ajudassem e guardassem como elle **MEESMO**. (*CDP, séc XIV, Crónica Geral de Espanha de 1344.*)
- (3) Ora disse meu filho, eu nom quero mais rreposta pera a derradeira conclusom, por quamto eu **MEESMO** a tenho comsijrada, e esto he que eu acho que nehuua virtude nom pode seer em perfeiçom sem alguũ exerciçio. (*CDP, séc XV, . Crónica da Tomada de Ceuta*)
- (4) Mas a culpa de mujtas destas cousas não me vjrem a notysya se pode daar ao Senhor Duque Dom Theodosyo, que Deos tenha em sua glorya, ao qual eu dey duas ou tres folhas de papel cheas de apomtamentos de cousas que compryaõ a esta chronyca, os quaes apomtamentos sua senhoria teve alguns annos em sua mão amtes que falese sem numqua me responder a eles, e a mesma culpa tem o senhor Comde de Temtuguel, que haa maes de seis annos que sabe que faço eu esta chronyca em que forçadamente avja de falar do senhor Dom Alvaro, e temdo ele mujtos papees e cartas e lembranças, me não comonycou nenhũas – E agora suas senhorias me repremdem de eu não esprever alguas cousas nesta chronyca que eles tinhamão tão bem guardadas em seus cartoryos que per ventura eles **MESMOS** se não lembravão delas, nem se alembrarão, se lhes a mesma chronyca não dera pera iso ocasyão. (*CDP, séc XVI, Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*)
- (5) ha de concorrer o ouuinte com o entendimento, percebendo: ha de concorrer Deos com a graça, allumiando. Para hum homem Se ver a Si **MESMO**, Saõ neceSSarias tres couSas: olhos, eSpelho, & luz. Se tem eSpelho, & he cego;

não Se póde ver por falta de olhos: Se tem eSpelho, & olhos, & he de noyte; não Se pode ver por falta de luz. Logo ha miSter luz, ha miSter eSpelho, & ha miSter olhos. Que couSa he a conuerSaõ de hua alma, Senão entrar hum homem dentro de Si, & verSe a Si **MESMO**? Para eSta viSta Saõ neceSSarios olhos, he neceSSaria luz, & he neceSSario eSpelho. (*CDP, séc XVII, Serman da Sexagésima*)

- (6) [...]porem este Sabio Padre notoriamente seenganou, *quando* escreveo, | que aviação doBrazil fora posterior á da India naera de1534, pois | elle **MESMO** dis, que antes disso noanno de1532, descobrira Martim Afonso | oRio de Ianeiro[...](*PHPP, séc XVIII, MHCSP*)
- (7) Eu conheço voçuncê de outras eras; voçuncê é que | não se lembra de mim; eu estava alugada na casa do | seu bispo Dom Matheus, no tempo em que voçuncê foi lá | botar a Chrisma em voçuncê **MESMO**. (*PHPB, séc XIX, Cartas de leitores*)
- (8) Resta a alternativa de trabalharmos mais e | reclamarmos menos. No mínimo | prometermos a nós **MESMOS** que depois do | carnaval vamos criar juízo. (*PHPP, séc XX, Editoriais*)
- (9) Ser pai é mais do que parece. || Ser pai é mais do que “gerar” um filho, mais do que transmi- | tir seus genes para a posteridade, antes de tudo é uma missão, | a missão de ensinar seus filhos a serem melhores, e melhores | que nós **MESMOS**. (*PHPP, séc XXI, Editoriais*)

Embora seja bem marcada a posição pós-nominal do modificador *mesmo* nas construções do *type mesmo1*, há algumas poucas, mas não desprezáveis, ocorrências antigas (duas no século XVIII e uma no século XIX), que merecem uma discussão mais detida. Talvez por estilo dos autores, talvez por possuírem um referente mais abstrato, essas ocorrências curiosamente apresentam a construção DET + MOD + NOME, na qual o modificador exerce a função de intensificar a identidade de um referente que não está no texto, mas é trazido para o contexto do *ground* por um conhecimento de mundo compartilhado entre os interlocutores (no caso, escritor e leitor), e não de igualar as duas identidades, como seria esperado quando o modificador *mesmo* rompe com a ordem linear tradicional dos sintagmas nominais, o que é observável a partir do *mesmo4*.

- (10) Esta Ilha podendo ser hum fertil terreno, he este cheio de varjas alagadiças, por falta de feneficio, bem remediado com huma Valla Real, cortada de algumas sargetas; mato ainda está aqui da forma, que V. Sa. o deixou, querendo entrar pelas Casas; nestá domina muito ainda [ilegível], mas tao bem ha muita falta de gente, que podia suprir opequeno nº. de duzentos casais de Ilheos com mil enxadas e outros tantos maxados, efouces. [espaço] Eu tenho chamado alguã couza, mas acho me só, isso decerto, por que os **MESMOS** filhos da Europa e do Commercio são os peiores, por falta de verdadeiras luzes, sem uniaõ alguma, sendo aqui tao poucos. (PHPB, séc XIX, Cartas SP-BNRJ)

Contudo, esse tipo de ocorrência pode perfeitamente estar transitando entre as duas funções, posto que tem sido observado que uma rota aparentemente universal das línguas – que é a gramaticalização da função intensivo-reflexiva a partir de uma função identificadora (Heine e Kuteva, 2002, p. 261) – se manifesta com a construção sob análise no português.

É oportuno apresentar a rota depreendida do item *mesmo* na língua inglesa, a qual serve de ponto de partida para que Heine e Kuteva (2002) comparem os resultados de estudos desse item em tantas outras línguas, independentemente de família ou tronco a que pertençam: *same* > *intensive-reflexive*. A coerência com a rota depreendida no estudo da língua portuguesa tem se amparado, nos estudos anteriores que realizamos, em explicações derivadas da trajetória etimológica, partida da forma clássica do latim *idem*, que indicava identidade enfatizada, e foi absorvida pela forma *ipse*, indicativa de intensidade. *Idem*, um fórico enfatizador, segundo Andrade (1999), teve sua origem em *is*, um fórico propriamente dito. Com base nisso, temos defendido um caminho coerente já se desenhando como possível nas línguas românicas gestadas na variedade vulgar do latim.

Ao passar ao latim vulgar a única forma *ipse* com múltiplas funções (reforçador de identidade, demonstrativo, artigo etc.), a função de *idem*, outrora agregada, pode ter colaborado para dar a *ipse* a reflexividade (que se refere à identidade do referente) presente na forma intensivo-reflexiva. Pensando nisso, e associando à mudança, que, segundo Maurer Júnior (1959), ocorreu na expressão *illemet ipse* > *ille metipse* em latim vulgar, podemos supor que, já que *ipse* estava exercendo uma função reforçadora, poderia, perfeitamente, atrair para si o prefixo enfatizador *met*.

Atualmente, contudo, percebemos que o movimento assumido por essa forma desenha-se como uma demanda cognitiva de seres que se reconhecem como coespecíficos, mas que, em alguns momentos, precisam marcar sua individualidade, sua agentividade, sua propriocepção. É por isso que não somente em línguas românicas (francês: *même* > *intensivo reflexivo*; espanhol: *mismo* > *intensivo reflexivo*) são encontrados esses usos. Heine e Kuteva, dentre outros exemplos, apresentam, inclusive, ilustrada a rota do alemão: *selb* > *selbst*, o que ratifica sua teoria da evolução *mesmo* > *intensivo reflexivo*. Porém, a despeito do desenvolvimento universal, em cada língua, o item pode assumir peculiaridades e especificidades.

É difícil, no entanto, afirmar que, na língua portuguesa, a função intensivo-reflexiva derivou-se da função que equivale a identidades, especialmente se se considerar como ponto de partida o latim vulgar. Explicamos: já no latim vulgar, ou na representação desse, ambas as funções eram recorrentes. São evidências disso o *Satyricon*, de Petrônio, e a *Aulularia*⁵¹, de Plauto, o que nos faz imaginar que essa evolução funcional pode ter começado lá atrás, em momentos pretéritos, provavelmente no berço da língua romana. É possível inferir, ainda, que, como em língua portuguesa e em outras línguas românicas, diferente do latim, já não se manifestam as declinações que outrora ajudavam na identificação da função sintática dos termos, a colocação do modificador no sintagma nominal precisou se cristalizar para indicar uma e outra função, especializando-se em posição pré-nominal para a função que equivale à identidade dos elementos comparados, e em posição pós-nominal para a função que intensifica a identidade do referente.

Observando desta maneira, também não fica difícil afirmar a coerência da teoria dos referidos autores sobre outro universal de mudança, que diz que a função intensivo-reflexiva gerou a função de ênfase adverbial (e.g. *ele mesmo* > *aqui mesmo*), que não está em foco neste trabalho, mas que ajuda a pensar no *continuum* de mudança que pode ter resultado no enfraquecimento, ou mesmo na perda, da função de identidade (presente obrigatoriamente em construções em que um determinante - demonstrativo, artigo - é parte essencial) em funções mais gramaticalizadas de construções compostas com o item *mesmo* (*aqui mesmo*, *agora mesmo*, *nem mesmo*, *mesmo que*, *mesmo porque* etc.), que não possuem o determinante.

⁵¹ PLAUTUS, T. Maccius. *Aulularia*. Originalmente hospedado no site da Universidade de Richmond, atualmente hospedado em <http://www.forumromanum.org/literature/aululariaeng.html>. Acessado em 3 de agosto de 2012.

MESMO2 – Intensificador de encapsulamento referencial – seu referente é um trecho inteiro, que é encapsulado por um pronome demonstrativo neutro reforçado pelo item *mesmo*. Isso torna toda a construção (*isso mesmo*) como um referenciador reforçado e intensificador de um referente mais abstrato, que traz a ideia da necessidade de demonstrá-lo, apontá-lo deiticamente no discurso, o que significa trazer o referente para o *ground*. Nesse caso, o referente de *isto*, *isso*, *aquilo* e suas formas gráficas diacrônicas é o trecho todo e o referente de *mesmo* é o encapsulamento da informação, que é retomada e trazida para o *ground* pelo pronome neutro. Como um determinante não pode sofrer diretamente os efeitos de um modificador, conforme ocorre com o *mesmo1*, a informação é encapsulada em um nome implícito na construção devido ao caráter neutro do determinante, diferentemente do que ocorre com a construção *mesmo4*. Como no caso da construção *mesmo1*, o item *mesmo* em *mesmo2* é eliminável sem que sua função seja perdida, pois o que retoma, demonstra, é o pronome demonstrativo neutro presente na construção. Contudo, o traço de reforço de identidade com o referente pode ser fortemente enfraquecido, caso seja feita tal elisão. A presença de *mesmo* na construção indica comparação, identidade, retomada de algo já dito que se aplica ao caso a que se refere no momento da enunciação, reforça a similaridade de traços de identidade, portanto. Notemos que a importância de *mesmo* aumenta exponencialmente quando o demonstrativo *isso* passa a perder a concorrência para o artigo *o*, o que se manifesta na construção *mesmo3*.

- (11) Outrosi non deuedes consentir que os uozeyros tomen solayro das partes ambas e falsem os preytos que razoã ante uós, ca o dereytro o deffende, e su dictos em latin estes taes *preuaricadores causaru*. E esto **MEESMO** é dito dos auogados que razoan pleytos falsos a sabendas e son ditos no latin *conspiratores causarum*. (CDP, séc XIII, *Excertos de Legislação Antiga*)
- (12) Mays se o meniho que bautizã e ante que ueha a pecar morre, este vay dereitamête ao parayso e ãõ ha pea ãõ hua eno pulgatorio. ¶ E esso **MEESMO** dizemos do homẽ grãde que leixa a ssa ley e tórnasse aa ffe de Nostro Senhor Ihesu Cristo bautizandosse e mopresse ante que ffezesse pecado. (CDP, séc XIV, *Primeyra Partida*)
- (13) Como quer que tu, Marco, meu filho, ouvindo ja huu ano em Athenas de Cratipo 1 philosapho, assaz debes saber dos mandados e das ordenanças da

philosafia, por a grande autoridade do enssinador e da cidade, dos quaaes en ti pode muito milhorar a sciencia dele e os enxemplos dela: empero assi como eu por meu proveito sempre ajuntei as scripturas ladinhas com as gregas, nom soamente na philosaphia, mais ainda no exercicio do ditar 2, isto **MEESMO** te consselho que tu faças pera saberes tanto da hua como da outra linguajem, da qual cousa, segundo que a nos parece, grande ajudoiro 3 fazemos aos nossos homees: nom soamente aos que som rudes da linguajem grega, mas ainda os sabedores algua cousa entendem que aproveitarom per nosso aazo em poderem milhor aprender e julgar. (*CDP, séc XV, Livro dos Ofícios*)

- (14) E daquesta guisa erramos per este desassesego, se, no tempo de orar e ouvir officios divinos, nos conselhos proveitosos, fallamentos ou desembargos, levantamos storias, recontando longos exempros. E esso **MEDÊS**⁵² nas obras, quando nos occupamos naquellas que nom conveem ao tempo que al devemos fazer. (*CDP, séc XV, Leal Conselheiro*)
- (15) A maior parte dêstes (como nas cartas passadas disse) fez outras moradas não longe daqui, onde agora vivem, porque ultra de eles não se moverem nada ás cousas divinas, persuadiu-se-lhes agora uma diabolica imaginação, que esta igreja é feita para sua destruição, em a qual os possamos encerrar e aí ajudando-nos dos Portugueses, matar aos que não são batizados e aos já batizados fazer nossos escravos, isto **MESMO** lhes dizem outros Indios, *scilicet* que os ensinamos para que a eles, filhos e mulheres, façamos cativos e são eles de tal natureza e condição que mais crêem a qualquer mentira dos seus, que a quanto lhes prégramos, e se lhes diz isto algum de seus feiticeiros a que chamam Pagés nenhuma cousa têm por mais verdadeira ainda que dêstes nenhum ousa vir aqui senão ocultamente porque os repreendemos mui gravemente. (*CDP, séc XVI, Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*)
- (16) Se lermos o EuangeliSta S. João, acharemos, que ChriSto verdadeyramente tinha ditto as palauras referidas. Poes Se ChriSto tinha ditto, que hauia de reedificar o templo dentro em tres dias, & iSto **MESMO**

⁵² Aqui podemos notar uma peculiaridade do documento *Leal Conselheiro*, do século XV. Possivelmente por estilo do autor, a grafia da palavra *mesmo* aparece desta forma, aparentemente arcaizada. Sua pequena diferença funcional em relação às demais ocorrências de *mesmo*², explicada mais adiante, demonstra sua não prototipicidade neste padrão funcional.

he o que referirão as teStemunhas; como lhes chama o EuangeliSta teStimunhas falSas: *Duo falSi teStes?* O mesmo S. João deo a razão. *Loquebatur de teplo corporis Sui* Quando ChriSto diSSe, que em tres dias reedificaria o templo, falaua o Senhor do templo myStico de Seo corpo, o qual os Iudeos deStruirão pela morte, & o Senhor o reedificou pela reSurreyção; (CDP, séc XVII, *Serman da Sexagésima*)

- (17) Esta *Villa* que já vivia sus- | peitoza do Governo (ou antes o odiava) e que mal podia combinar a | devida obediencia com os seos sentimentos, eque já estava no odio, e ame- | aças da Facção, por isso *sumariamente* desconfiada, e em perigo dever a rui- | na de muitos nos mais illustres habitantes, e que cada vez mais adorava a | S.A. por tantos novos factos, logo poz-se em attitude de cooperar para o | cumprimento das Ordens Regias, e isto **MESMO** officiou a Arouche. (PHPB, séc XIX, *Cartas SP-BNRJ*)

Nota-se um padrão construcional bem interessante que exige do cotexto uma resposta específica: a construção *demonstrativo+mesmo* desempenha fundamental papel na sentença que encabeça (sujeito com traço paciente e objeto direto) e é seguida por um verbo, na maioria das vezes de dizer, que representa uma constatação ou evidência do dito. Coincidentemente, quase todos os exemplos representantes deste padrão funcional selecionados para este trabalho ao longo da amostra diacrônica apresentam-se seguidos de verbos *dicendi*. A característica comum é que a construção seja seguida de um verbo que representa a evidência de uma ação anterior, havendo, então, uma forte relação semântica entre a informação anterior, que é o referente, o pronome neutro encapsulador, que é o referenciador, a construção *mesmo*, que intensifica a relação de identidade, e o verbo subsequente, que sintetiza a ação do sujeito em relação à informação encapsulada. Contudo, um dos exemplos chama a atenção por sua peculiaridade de não apresentar explicitamente o verbo que deveria ser subsequente à construção. Analisando os dados do século XV, notamos que Observemos novamente o exemplo (14):

- (14) E daquesta guisa erramos per este desassessego, se, no tempo de orar e ouvir officios divinos, nos conselhos proveitosos, fallamentos ou desembargos, levantamos storias, recontando longos exempros. E esso **MEDÊS** nas obras,

quando nos occupamos naquellas que nom conveem ao tempo que al devemos fazer. (CDP, séc XV, *Leal Conselheiro*)

Com uma leitura atenta dessa ocorrência, é possível observar que um verbo, possivelmente o verbo *acontece*, se considerarmos o contexto, mostra-se claramente subentendido entre *medes* e *nas obras*. Curiosamente, todas as ocorrências do século XV apresentam-se com a mesma configuração de verbo subentendido, o que nos leva a hipotetizar que possivelmente isso poderia ser um estilo de escrita da época (como a opção pela forma *medes*, encontrada somente em documentos desse século) ou, até mesmo, poderia ser o germe da construção *mesmo3*, se considerarmos que, enquanto os verbos subsequentes à construção *mesmo2* são, em sua maioria, verbos de dizer, em *mesmo3*, os verbos recorrentes são os vicários, que englobam toda a ação anterior em um único verbo. Isso demonstra uma possível extensão de significados talvez dando seus primeiros ou mais consistentes passos a partir do século XV.

MESMO3 – Encapsulador referencial – seu referente é um trecho inteiro, que é encapsulado pela construção pronominal neutra *o mesmo*, tornando o que antes era uma grande quantidade de material fonético e sintático em um objeto direto simplificado (um pronome), conforme em *mesmo2*. Do *type* anterior para este, houve a evolução de uma construção antes composta por pronome + modificador reforçativo, em que este modificador poderia ser elidido sem perda da possibilidade de fazer uma referência devido à função anafórica própria de um demonstrativo, para outra em que a união condensada entre um artigo e o que antes era apenas um adjetivo reforçador forma um *chunk*⁵³, cujo significado passa a ser do pronome propriamente dito, pois assume sua função, ou seja, a construção inteira *o mesmo* passa a substituir o pronome *isso*.

Os dêiticos *isso/isto/aquilo*, que apontam o objeto de referência espaço-temporalmente, trazendo-os para o *ground*, passam a ser substituídos pelo fórico *o*, cuja origem funcional é estreitamente ligada ao antigo fórico clássico *is*, que, no latim vulgar, foi substituído por *ille*, que por sua vez derivou *o*. Perde-se, então, a localização física presente, a intenção de compartilhar informação no *ground*, e ganha-se a definição, marca de conhecimento já previamente compartilhado pelos integrantes do *ground*.

⁵³ Conforme Bybee (2010).

Notemos, ainda, que antes era possível suprimir a presença do item *mesmo* da construção *isso mesmo*, o que evidencia seu simples valor reforçativo ali associado à dêixis do demonstrativo, que foi absorvido pela nova construção. No caso atual, é impossível eliminar o item *mesmo* da construção *o mesmo*, o que permite argumentar sobre sua maior integração, sua existência funcional dependente. É interessante ressaltar que, por atuar como objeto direto, o nome que deveria ser núcleo do objeto permanece, como no *type* anterior, suprimido: *a mesma coisa*, o que aparentemente aproxima esse *type* da construção *mesmo*⁵.

(18) Com estas nouas da suçessam chegaram hos que leuauam ho testameto a Alcaçer do sal segunda feira, & logo á terça ho aleuantaram, & juraram por REI, ha Rainha, & hos prelados, senhores, & fidalguos que se alli acharam, sendo em idade de vintaseis annos, & ho **MESMO** se fez per todo ho regno. Feitos estes autos & çerimonias em Alcaçer do sal, loguo el Rei screueo a todallas çidades, & villas que vsassem seus bõs foros, & custumes, quomo ho atte li acostumaram fazer, em quãto elle nam ordenasse sobrisso outra cousa, & ha mesma ordem mandou que se tiuesse nos negoçios de sua fazenda, & pellas mesmas cartas que screueo às çidades, & villas lhes mandou que enuiasse seus procuradores a çerto tempo limitado, a Monte mór ho nouo, pera alli fazer cortes, & ho **MESMO** screueo a hos prelados, senhores, & alcaides møres, ho que todos assi fezerã, & quomo bõs, & leaes vassalos lhe vieram dar suas menages, segundo ho bom vso, & antigoo custume destes Regnos. (CDP, séc XVI, *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*)

(19) Os ouuintes de entendimentos agudos Saõ maos ouuintes, porque vem Só a ouuir Sutilezas, a eSperar galantarias, a aualiar penSametos, & às vezes tambem a picar a quem os não pica. *Aliud cecidit inter Spinās*: O trigo não picou os eSpinhos, antes os eSpinhos o picarão a elle: o **MESMO** Succede cá. Cuydais que o Sermão vos picou a vós, & não he aSSi, vós Sois o que picais o Sermão. Por iSto Saõ maos ouuintes os de entendimetos agudos. Mas os de vontades endurecidas ainda Saõ peores; porque hum entendimeto agudo podeSe ferir pelos mesmos fios, & vencerSe hua agudeza com outra mayor, mas contra vôtades endurecidas nenhua couSa approueyta a agudeza, antes danna may; (CDP, séc XVII, *Serman da Sexagésima*)

- (20) Noque toca ao Ser Rigurozo eu no Castigo, VossaExce|llencia Sepode mandar informar porpeSsoa que neste parti|cullar falle dezentreSado, que lhe afirmo aVossaExcelenCia que há hum anno, ehum mes que estamos aqui, Somente| ahum Indio por nome Salvador, pedy ao Coronoe| Francisco Pintto omandasse Castigar, paSsando, eSofrendo tantas| desCortezias que mefazem. pois chegaraõ a|roubar aCaza| emque moramos, efurtar della bastante milho, eoutras| couzas Comestives. Como taõ bem daSachristia Cortarem| dois panos dehua Sobrepelly nova, edetudo isto dey parte,|emequeixei ao Tenente Coronel Sebastiam deSiqueira, anada| poz Remedio, nen RepReenSaõ alguma Como taõ bem| mequeixei ao ditto demuitos deZaforos que Seus filhos fazem |nesta Aldea Com as Imdias, efoy o**MESMO**, enaõ sei|Sedija⁵⁴ aVossaExcellencia que foi pior; etudo isto esta-| mos sofrendo, Só por Servirmos a Deus, eagradarmos| aVossaExcelencia que Deos guarde por muitos annos Com Saude evida| par[a]que chegue avistarçe Com aExcellentissima PeSsoa (*PHPB, séc XVIII, Cartas de aldeamentos*)
- (21) Na casa de correcção, onde ha presos de crimes mais | feios que os da cadêa, não se houve nada; apenas as | sentinellas dão de quarto em quarto uma batida na | espingarda pr'a mostrar que ainda estão acordados. || Porque não hão de fazer o **MESMO** os pilatos da ca- | dêa, que além de berrarem “a...ler...ta!” ainda mis- | turão certa gritalhada destemperada, que só o Santo | Padre póde aguentar? (*PHPB, séc XIX, Cartas de leitores*)
- (22) Centenas de milhares de pessoas fo- | ram às ruas, além de lotarem todas as grandes cerimô- | nias públicas celebradas durante a visita de três dias | à cidade de São Paulo. O **MESMO** ocorreu em Aparecida | do Norte para onde o sumo pontífice seguiu e teve cada | passo acompanhado por imensa massa populacional. (*PHPP, séc XXI, Editoriais*)

Notemos que essa construção demanda a presença de um verbo vicário, ou seja, um verbo que substitua toda a ação (ou as ações) anteriormente relatada(s), replicando-a(s) por intermédio de um único verbo. Os verbos identificados nesses usos foram os seguintes: ocorrer, suceder, fazer, ser, evitando que informações sejam repetidas desnecessariamente. Isso não quer dizer que, quando a ação anterior for uma, não se

⁵⁴ [dija] por [diga]

possa repetir o verbo, replicando a ação para outros elementos, como é o caso do exemplo (18) com o verbo *escrever*. Isso quer dizer que o emprego desse padrão funcional redundante em economia do dizer, mas pode, naturalmente, embutir estratégias argumentativas a serviço do convencimento do interlocutor, como é caso da comparação, da exemplificação, da referendação, que dão força e produzem convicção ao que se diz.

MESMO4 – Marcador dêitico de identidade – seu referente posiciona-se distante do referenciador, que é formado por um sintagma nominal [SN] cujo determinante é um pronome demonstrativo, produzindo a ideia da necessidade de demonstrar, apontar o referente (no espaço, tempo ou texto), trazendo-o para o *ground*. O SN é modificado, tem seu nome [N] reforçado pelo adjetivo *mesmo*, o que torna toda a construção uma anáfora reforçada, ou seja, o referente é retomado de modo a estabelecer relações de identidade, cujo efeito é que o interlocutor reconheça essa intenção de fazer equivaler referente e referenciador.

Diferentemente de *mesmo1*, a posição do modificador se altera drasticamente, juntamente com sua função. O que antes produzia a intensificação da identidade do referente, em posição pós-nominal, passa agora a exigir que se compare e se reconheça a equivalência identitária de referenciador e referente, em posição pré-nominal. Observemos o exemplo abaixo:

- (23) E sse lhys der a eygreia ena maneyra que diz ena sexta ley do titolo que fala enas cousas dela como nã sse deue enalhear, entõ gaanhã dereito enela segundo o que enessa ley **MEESMA** disse. (*CDP, séc XIV, Orto do Esposo*)

Seria possível classificar esta ocorrência como integrante do *type mesmo4* se a opção que o autor do texto fez quanto à colocação do item *mesmo* na construção houvesse sido pré-nominal, e não pós-nominal. É possível notar que há a intenção de intensificar a identidade do referente, mais do que de fazer equivaler a identidade do referenciador à do referente. No campo discursivo-pragmático, enfatiza a certeza dessa identidade, a convicção do falante sobre o fato relatado.

É interessante notar que a colocação do modificador *mesmo* no sintagma nominal não é aleatória e desprovida de cuidadosa escolha do falante da língua, mas é

uma resposta consumada em uma estratégia compartilhada pelos coespecíficos baseada na burilção da ordem sintática esperada.

Vale lembrar que esse tipo de construção, em que há um substantivo correferencial intensificado (aqui classificado como *mesmoI*, juntamente com os pronomes intensificados), apresenta-se como um uso arcaico no *corpus* analisado. Essa constatação é reforçada pela ausência desse tipo de uso nos dados mais atuais com o intensificador *mesmo*. Contudo, como a função desempenhada por aquele padrão é necessária em contextos situacionais atualmente, temos hipotetizado que uma nova forma estaria atuando nessa velha função. Intuitivamente, supomos que essa forma seja o item: *próprio*, que, arriscamos dizer, pode não ter mantido a mesma linearidade recorrente em *mesmoI* (e.g. enessa ley meesma / nessa própria lei).

Aqui é importante ressaltar que, na função específica de anáfora via SN modificada por uma relação de equivalência, é possível encontrar diferentes graus de abstratização do referente, que ora é claramente marcado por um nome específico e depois retomado pelo SN anafórico, de modo co-significativo ou recategorizador, ora precisa ser inferido, mostrando que os seres envolvidos no ato de fala (ou *ground*) precisam compartilhar determinados conceitos para que a referência seja efetivamente marcada. De todo modo, só é possível retomar um referente tão distante no texto devido à presença de um nome que o retome na construção referenciadora.

Quebrando a construção original que resultaria em um SN (determinante + nome + modificador), o adjetivo modificador *mesmo* insere-se na construção, entre determinante e nome, a fim de que a identidade do referente seja recuperada no *ground*, de modo que construções que não seriam correlacionadas naturalmente, devido a sua estrutura formal diferente, o sejam pela correlação que *mesmo* estabelece entre referente e referenciador. Sem o item *mesmo* na construção, a referência até poderia ser feita pelo demonstrativo apenas junto com o N (nome) do SN, mas a identidade do referente seria enfraquecida, senão perdida, dependendo do tipo de anáfora (co-significativa, aquela que repete exatamente o referente; ou recategorizadora, aquela que o renomeia) e da distância entre os dois elementos.

- (24) A terceyra foy quando lidou com Cipion que era consul de Roma acerca do ryo Teriso e foy Cepion vençudo e chagado e morrera hy senõ por que o tirou Cepiõ, o Mancebo, seu filho, que era entom de vinte e huu ãnos. § A quarta batalha foy com este **MEESMO** Cepion, sendo consul de Roma,

acerca do ryo Terma e foi Cepion vencudo. § A quynta batalha foy a cabo desse **MEESMO** ryo cõ Sepronyo, consul de Roma, e foy Sepronyo veçudo. Pero Anybal foy ferido em huu olho e polla grande lazeira e fryo que passou no monte Apenistio ouveo de perder. (*CDP, séc XIV, Crónica Geral de Espanha de 1344.*)

- (25) Ainda he comuu a todallas animalias de sse ajuntarem carnalmente com o desejo de fazerem geeraçom, e de averem amor a aquelas cousas que geerarem. ¶ Mas antre ho homem e as outras animalias em esto ha grande deferença, por que elas ao que teem acerca ou presente teem afeiçom, avendo pouco sentimento do trespassado nem do que ha de viir. E o homem, por que he possuydor de razam, pella qual vee as cousas que se podem seguir huas doutras, e as que som feitas donde procederom e o prosseguimento que fazem (e), nom se esqueece das cousas passadas, e antre as cousas faz comparações, e aas cousas presentes ajunta e pega as que ham de viir. ¶ E o que desto husa, ligeiramente vee o cursso de sua vida e aparelha aquelas cousas que sinte que som necessarias pera a bem poder passar. E esta **MEESMA** natureza per força da rrazom faz que ao homem praza da converssaçom do homem pera poder com ele falar e aver companhia em sua vida. (*CDP, séc XV, Livro dos Ofícios*)

- (26) Este homem tornou aly com hum navio e mandou dizer ao indio principal, que o tivera em sua casa, que o ffosse ver ao navio, cuidando o jentio que vinha elle agradecer-lhe o bem que lhe tinha ffeito; como o teve no navio o cativou com outros que com elle forão e o ffoi vender por essas capitancias. E porem este homem nam ficou sem castiguo porque naquelle **MESMO** porto onde elle tomou este jentio, que taão boas obras lhe fez, vindo aly outra vez saltar, se perdeu o navio, he elle comerão-no os peixes, e os gentios comerão os peixes que a este homem comerão. (*CDP, séc XVI, Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*)

- (27) He tanta a força da diuina palauram que Sem cortar, nem deSpontar eSpinhos, nace entre eSpinhos. He tanta a força da diuina palaura, que Sem arrãcar, nem abrandar pedras, nace nas pedras. Coraçoes embaraçados como eSpinhos, coraçoes Seccos, & duros como pedras, ouui a palaura de Deos, & tende confiança: tomae exemplo neSSas **MESMAS** pedras, & neSSes eSpinhos. ESSes eSpinhos, e eSSas pedras agora reSiSten ao

Semeador do Ceo; mas virá tempo, em que eSSas **MESMAS** pedras o acclamem, & eSSes **MESMOS** eSpinhos o coroem[...] (CDP, séc XVII, *Serman da Sexagésima*)

(28) [...]Não tem final=| mente compatibilidade alguma adata doAlvará, com oque alegou Ieronimo | Leitão á Camara deSaõ Vicente em 1580, dizendo que Martim Afonso con=| cedera aAntonio Rodriguez asterras fronteiras aTumiarû noannode1530, | segundo consta daSua petição existente nadita Camara (q)⁵⁵ pois ainda | dado, enão concedido, que aArmada Sahisse deLisboa noproprio dia, emque Sua | Magestade aSignou oAlvará emCrato, não podia ella chegar aSaõ Vicente nes=| se **MESMO** anno[...] (PHPP, séc XVIII, *MHCSP*)

(29) Não seria me- | lhor que querendo poupar-se a bolsa do po- | bre Estudante, a lei redusisse a menos o | importe das matriculas 5:\$200 réis Todos | os annos não é uma somma consideravel | para um Estudante pobre, e que faz sacri- | ficios para saber? Ainda mais despesas do | uniforme!... Porventura estes **MESMOS** | Estudantes pobres não tem uma casaca pa- | ra o seu passeio? (PHPB, séc XIX, *Cartas de leitores*)

(30) Onde estão, perguntaria o observador, os candidatos (apagado) que idéias defendem? Estarão eles exercitando a política de forma tão farisaica, que a aparência da unidade refletiria apenas medo de rejeição pelo Planalto? A simples hipótese seria contrária à índole do Governo federal, que tem favorecido a controvérsia no processo decisório. Por que iria esse **MESMO** Governo federal opor-se à discussão de idéias e de nomes do Partido oficial? (VARPORT, séc XX, *Editoriais*)

(31) O governo e os economistas aterrorizam a opinião pública, alegando que a Previdência vai falir se derem aos aposentados o reajuste reivindicado. Mas este **MESMO** governo acaba de informar que já está pronto o projeto de lei que dará à Fifa e a seus associados uma isenção fiscal, aqui incluída a contribuição previdenciária, da ordem de R\$ 500 milhões. Se o país pode se dar a um luxo desses, presume-se que os cofres da Previdência vão muito bem obrigado. Então, por que demonizar os aposentados negando-lhes o que lhes é devido há décadas? (BP, séc XXI, *Cartas do Leitor*)

⁵⁵ Nota à margem direita: “(q) Archivo daCamara deSaõ Vi=| cente Livro deVereança | 1579. folha 17 /r”.

MESMO5 – Marcador fórico de identidade – este *type*, como o anterior, também se trata de um fórico via sintagma nominal, contudo os dados do *corpus* demonstram que uma construção referencial com reforço de identidade que era predominantemente composta por demonstrativo + *mesmo* + nome nos registros mais remotos da língua portuguesa, de modo aparente, foi gradativamente sendo substituída por sua concorrente artigo + *mesmo* + nome. Não há um grande diferencial funcional entre uma construção e outra, mas certamente há motivações cognitivas que colaboram com a opção que o falante faz por uma construção no momento do uso, principalmente se considerarmos que demonstrativos são dêiticos, permitem codificar o gesto de apontar o objeto no discurso espaço-temporalmente em relação aos interlocutores, trazendo-os para o evento de fala, enquanto o artigo não aponta (embora historicamente tenha essa herança, os usuários da língua hoje não percebem que isso seja possível), mas possui a capacidade de indicar a univocidade do referente sem o demonstrar propriamente, marcando que o conhecimento da informação retomada já é previamente compartilhado pelos interlocutores.

Essa também é uma evolução comum em muitas línguas naturais (HEINE e KUTEVA, 2002:109), em que pronomes demonstrativos tendem a se constituir fonte para o surgimento de artigos definidos⁵⁶ por meio de esvaziamento semântico em que a ação de apontar perde espaço para a ação de determinar, indicar conhecimento compartilhado entre interlocutores. Então, no caso das construções em questão, o determinante, que, nos textos mais antigos, é mais frequentemente pronome demonstrativo, nos textos mais recentes, sobressai-se como artigo. Aparentemente, há uma sutil transposição de uma ideia mais concreta de espaço sendo abstratizada pela ideia de definição textual.

Além disso, notamos que, parecido com o que ocorre na evolução *mesmo2* > *mesmo3*, a evolução *mesmo4* > *mesmo5* demonstra um aumento na integração da construção, posto que a elisão do qualificador *mesmo* do último *type* faria mais falta funcional na relação de identidades. Devido à perda da “muleta” do demonstrativo na construção, que por si só já aponta para o referente e, portanto, precisa menos do qualificador, a construção *o/a mesmo/a* em *mesmo5* mostra-se mais dependente do modificador para marcar a certeza da identidade do referente e, por consequência, maior

⁵⁶ Em latim vulgar, o pronome *ille* passou a funcionar tanto como demonstrativo, como como artigo definido, ao substituir o extinto *is*, além de ter derivado também o uso em função de pronome pessoal de 1ª pessoa (Maurer Júnior, 1959).

grau de intersubjetividade, embora esse modificador ainda possa ser elidido dessa construção neste *type* sem que haja completa perda funcional.

- (32) A Segunda capitania que a diante Se Segue Se chama Paranambuco: a qualconquiStou Duarte Coelho, & edificou Sua principal pouoaçam em hu alto á viSta do mar, que eSta cinco legoas deSta ilha de Tamaracá, em altura de oito graos. ChameSe Olinda, he hua das mais nobres & populoSas villas que ha neStas partes. Cinco legoas pela terra dentro eStá outra pouoaçam chamada Igaroçú, que por outro nome Se diz, a villa dos CoSmos. E alem dos moradores q habitam eStas villas ha outros muitos que pelos ingenhos & fazendas eStão eSpalhados, aSsi neSta como nas outras capitancias de q a terra comarcaã toda eStá pouoadada. ESta he hua das melhores terras, & que mais tem realçado os moradores q todas as outras capitancias deStas prouincia: os quaes foram Sempre muy fauorecidos & ajudados dos Indios da terra, de quealcancáram muitos infinitos eScauos com que grangeam Suas fazendas. E a cauSa principal de ella ir Sempre tanto auante no crecim tanto auante no crecimeto da gente, foy por reSidir continuamente nella o **MESMO** Capitam q a conquiStou, & Ser mais frequentada de nauios deSte Reino por eStar mais perto d'elle que cada hua das outras que a diante Se Seguem. Hua legoa da pouoaçam de Olinda pera o Sul eStá hum arrecife ou baixo de pedras, que he o porto onde entram a embarcações. Tem a Seruentia pela praya, & tambem per hum rio pequeno q paSSa por junto da mesma pouoaçam. (*CDP, séc XVI, Historia da prouincia de Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil...*)
- (33) ESte Sermaõ prégou o Author no anno de 1655. vindo da MiSSão do Maranhão, onde achou as difficuldades, que nelle Se apontão: as quaes vencidas, com novas ordens Reaes voltou logo para a **MESMA** MiSSão. (*CDP, séc XVII, Serman da Sexagésima*)
- (34) O Alvará com effeito demonstra, *que* oConquistador não chegou aoBra=| zil em 1530, nem antes desse tempo; mas não rezolve, seaquelle Chefe | partio no**MESMO** anno, em*que* selavrou este documento, ou se nalgum dosSeguintes. (*PHPP, séc XVIII, MHCSP*)
- (35) O anno proximo passado | tive a honra de lhe dirigir uma cartinha, | na qual perguntava como é que a Nação | dava cento e cincoenta mil reis, a um |

Senhor Proffessor para ensinar Grammatica | Latina aos meninos do Côro, quando es- | te não dava Aula: julguei que minha tão | justa quão razoavel advertencia produzi- | ria todo o effeito desejado; porém hoje | soube que continuava no MESMO deslei- | xo, dando Aula de 15, em 15 dias; outras | vezes concedendo ainda maiores ferias, de | maneira que o pequeno estudo (que ao | meu ver, não é nem-um) dos meninos | com umas tão longas, e continuadas ferias, | ficção no mesmo estado como que nunca es- | tudassem, e no entanto a soffredora Na- | ção concorrendo com os 150:000 réis annuaes | sem que d'elles provenha-lhe o menor bem. (PHPB, séc XIX, Cartas de leitores)

(36) A inflação de março tem uma causa: a política | salarial. A de abril, maio, junho, julho, agosto, | setembro deverão ter a MESMA causa. (PHPB, séc XX, Editoriais)

(37) Os e-books são a febre do momento, mas no país dos impostos ainda são caros para a maioria da população. Assim como há isenção de impostos para importação de livros, jornais e periódicos impressos em papel, penso que a MESMA isenção deveria existir para esta nova apresentação de livros e jornais. (BP, séc XXI, Cartas do Leitor)

MESMO6 – Marcador de identidade em referência substitutiva – construção repetidamente recorrente, mas também repetidamente censurada em língua portuguesa e em outras línguas românicas, como no espanhol (BOSQUE y DEMONTE, 1999, p. 1452). Tem referente explícito, que, diferentemente de *mesmo2*, *mesmo3*, *mesmo4* e *mesmo5*, precisa ser muito próximo para poder ser retomado pela construção *o + mesmo* (e variações), sendo por ela não só retomado, mas também substituído, numa perfeita relação de correferencialidade, o que é muito particular deste *type*.

Construções textuais muito longas, como as recorrentes nos documentos do século XVI, XVII e XVIII (nos quais o *type mesmo5* predomina), não permitiriam uma correferencialidade total como a que esta construção realiza, pois sua identidade seria facilmente perdida entre os espaços mentais que separariam referente de referenciador.

É possível perceber nas ocorrências deste *type* a forte atuação do princípio da iconicidade, em especial no subprincípio da integração, pois os elementos de uma construção fortemente integrada impossibilitam, por exemplo, a elisão do item *mesmo* de seu interior sem que haja uma completa perda funcional, como ocorre em *mesmo3*.

Além do princípio da integração, pode-se verificar também a atuação do subprincípio da quantidade, pois, na medida em que uma estrutura maior e mais complexa como *o mesmo* tende a concorrer com pronomes mais enxutos em situações formais de uso da língua, como é o caso do material ora selecionado para análise, podemos perceber o resultado de uma decisão cognitiva pela estrutura mais complexa para representar uma complexidade maior de pensamento, exigida pela formalidade da modalidade escrita utilizada em determinados textos. Comparando *o mesmo* com os demais pronomes com que concorre, poderíamos dizer que a primeira construção é marcada em relação às demais formas, conforme teoria da marcação explicada por Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), detalhada na fundamentação teórica deste trabalho.

Vale ressaltar que, muitas vezes, a referência feita com esta construção se torna ambígua, aparentemente pela perda da identidade estrutural que pode ter sido provocada pela supressão do nome [N], o que em outros *types* (*mesmo5*, por exemplo) não ocorre. Levando em conta a etimologia, é o valor de *idem* (idêntico) que dá ao item *mesmo* a função de reforço de identidade, explicitada quando a palavra *mesmo* de fato modifica um [N], fazendo-o equivaler ao referente, como verificado nos *types 4* e *5*. Ao perder esse [N], como ocorre neste *type 6*, perde-se também a ligação com o referente, pois, ainda que as construções do tipo DET + MOD + N não sejam completamente co-significativas com o referente nos demais *types*, estão a ele ligadas pela relação de equivalência de identidade formada por MOD + N.

Poderíamos supor que *o mesmo* com função pronominal substantiva recorra ao valor de demonstrativo de *ipse* do latim vulgar, assumindo, por conseguinte, sua função demonstrativa, mas com relativa ajuda do valor de identidade. É de suma importância considerar que uma associação entre as funções que *ipse* adquiriu no latim vulgar poderia ter ocasionado o surgimento deste pronome substantivo em momento mais tardio. Como *metipse* supostamente deveria exercer apenas funções de equivalência e intensificadoras de identidade, poderia ter derivado daí o surgimento do “imaginário gramatical”, ecoado pelos normativistas, de que *o mesmo* não deve atuar como pronome demonstrativo, posto que não evoluiu diretamente da função dêitica de *ipse*, mas de *metipse*.

Entretanto, analisando a construção *o mesmo* por partes, podemos observar que sem o artigo definido *o*, a capacidade fórica da construção fica comprometida, restando-lhe apenas a função intensiva. Por outro lado, se retirássemos o item *mesmo* da construção, tampouco manteríamos seu valor fórico, pois o item *o* sozinho, nesses

contextos, não se refere a absolutamente nenhuma informação. Isso posto, também é possível supor que o item *mesmo* nesta construção continua exercendo seu típico papel de sinalizar equivalência de identidades, deixando o papel de estabelecer relação fórica, de pronome propriamente dito, para o item *o*, que aqui pode, inclusive, não estar funcionando como artigo, mas como pronome demonstrativo, pois daria eco a sua função etimológica de demonstrar, herdada de *ille*, ou a seu valor etimológico de estabelecer relação fórica mais remoto ainda, vindo do *is* clássico.

É interessante observar que o exemplo mais remoto desse *type* ocorre construído com um demonstrativo, não com um artigo definido, como nos demais exemplos do *corpus*. A função é a mesma, porém é possível notar que quem construiu o enunciado a seguir não repetiu o demonstrativo *esta* provavelmente por ter considerado desnecessário, já que o item em seu lugar garante a identidade estrutural e semântica da construção, que anteriormente fora expressa como *esta razam*. Além disso, como os demonstrativos tendem a codificar a ação de apontar o referente e trazê-lo para o *ground*, não apenas defini-lo como elemento velho, conhecido entre os falantes, o autor pode ter imaginado que, com essa estratégia, não haveria dúvidas quanto ao referente.

- (38) Os cavaleiros folgaram aló III dias e, [uu dia], perguntou Erec a Meraugis de sa fazenda, mas nom pôde em saber rem, ca êle meesmo nom na sabia nem de qual linhagem era; e esta razam devisa a estória de Tristam, e esta **MEESMA** atange-a uu pouco e passa-se per ela o melhor que pode, ca Meraugis, sem falha, era boõ cavaleiro e ardido e uu dos corteses de sa idade, que houvesse em tôda a terra, e era natural de Cornualha, filho de rei Mars, marido de Iseu; (CDP, séc XIII, *A demanda do Santo Graal*)

Na perspectiva dos estudos sobre o processo de gramaticalização, a mudança funcional que ocorre do *type mesmo*⁵ para o *mesmo*⁶ é bastante clara, principalmente porque é evidenciada pela evolução *sintagma nominal* > *pronome* (recategorização), conforme tratado na fundamentação teórica deste trabalho. A mudança mais evidente ronda o próprio item *mesmo*, coração de ambas as construções. Na construção primitiva constituída pelo SN, *mesmo* se comportava como um simples modificador, que poderia ser elidido ou substituído, considerando as possíveis alterações semânticas. Dessa forma, além de a concorrência entre *mesmo* e outros itens com funções semelhantes ser possibilitada, a palavra pertencia claramente à classe dos adjetivos, modificadores

nominais. Já em *mesmo*⁶, não se pode mais conceber nenhum dos elementos da construção *o mesmo* de forma isolada sob pena de se produzir uma perda no valor funcional de toda ela, agora intensamente integrada.

Sua função de pronome, quando agregada ao item *o*, a coloca em uma classe de palavras restrita, com poucos concorrentes possíveis, a qual dificilmente é desestruturada por uma construção nova. A herança demonstrativa de *mesmo* colabora com a leitura de tal função, mas não é definitiva para atribuí-la, posto que a função de reforço de identidade de *idem* é o que reforça o referente do item *o*, verdadeiro fórico aqui presente e responsável pela anáfora.

- (39) Aquele que primeiramête foy bravo, esse **MEESMO** he depois manso.

(*CDP, séc XIV, Livro das Aves*)

- (40) Este foi ho parecer, & opiniam dalgus do conselho, a que outros repugnaram dizado que bem era verdade ho que diziam, mas que hos reis de França, Inglaterra, Escoçia, Dinamarca, Noroega, & Sueçia, cõ muitas outras prouinçias vizinhas a estas, & todo ho estado de Flandes⁴⁷, & Borgonha nam lançaram os Iudeus dentre sim muitos annos hauia sem pera ho fazerem terem boas causas, & de receber, & q ho **MESMO** se deuia cuidar dos Reis de Castella, ho que abastaria pera hauere de lançar esta naçam fora do regno, quanto mais q nã parecia bõ cõselho estãdo estes regnos çercados dos de Castella, & hos de Castella dos de Frãça, permittire se nelles Iudeus, sedo lâçados das terras de taes vizinhos, & tam poderosos hos quaes poderiam tomar a mal parecernos q tinhamos melhor conselho em deixar viuer esta gete entre nos, do que elles tiueram em hos lâcarem⁴⁸ de sim,[...] (*CDP, séc XVI, Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*)

- (41) Porque sendo memorias de muita gloria para o Santo o rico edificio da sepultura, a sumptuosidade das festas, o amor & contendas por conservação de suas reliquias: & sendo as **MESMAS** de grande nome pera Vs. Ms. não menos importantes os titulos que possuem de antiguidade & nobreza; de honras & privilegios dos Reys: com tudo emquanto não sobião ao ponto q Vs. Ms. agora lhe souberão dar, erão huas memorias quasi da mesma estofa que as Pyramides dos Egypcios, as quaes com serem de tanto preço que se fizerão cotar entre as celebres maravilhas do mundo: erão todavia memorias

mudas & sem movimento, sogeitas a ruina & esquecimento, & como mortas.
(*CDP, séc XVII, textos variados de Frei Luis de Sousa*)

- (42) A nobreza comque Martim Afonso povoou Saõ Vicente, foi ma=| is numeroza, edistincta, doque supoem os **MESMOS**, que della descendem; | cuja verdade ver se hia bem provada, sechegasse aSer impressa aHisto=| ria Genealogica Paulo politana, que deixou imperfeita oSargento Mor | PedroTaquez deAlmeyda, gastando naSua Composição alguns 50 an=| nos com grande exame detodos osCartorios daCapitania assim secu=| larez, como Eccleziasticos. (*PHPP, séc XVIII, MHCSP*)

- (43) *Senhores Redactores.* || Não posso deixar de queixar-me á Vossas mercês e ao | publico do abandono, em que se acha a estrada, | por onde costume transitar com minha tropa. || No tempo dos Presidentes, que eu ouvia chamar | espumas, e arribados, e contra quem tanto se | disse, e escreveo, achava se a estrada de Jundiahy | á esta Cidade no melhor estado possivel, e nun- | ca esteve ella tão boa, como em 1838 e 1839 | quando governava a Provincia um Presidente, | que dizião seus opposicionistas, não curava do melho- | ramento da Provincia: hoje porem que não a go- | verna um espuma ou arribado, mas sim um de | seus adversarios chefe do partido chamado pau- | lista, e á quem tantos elogios incessantemente fa- | zem aquelles **MESMOS**, que contra seus antecesso- | res só tinham insultos, e injurias a dirigir, acha- | se aquella estrada no mais deploravel estado[...](*PHPB, séc XIX, Cartas de leitores*)

- (44) Portanto, convem que nós recebendo dos Altos Poderes do Estado em tão elevado dote nos unamos em um só corpo, em um só pensamento, estudando e trabalhando em prol da real e eterna grandeza destas uberrimas plagas peçadas de vida e esperança; apellamos mais para os cidadãos, agricultores que de seus acurados trabalhos indus a gloria e riqueza Brasileira, por tanto reunamos em conferencia, a tal respeito, sejam nossas medianeiras, a illustrada Camara Municipal, o *O Porvir* e suas co-irmans e alliadas que não tem poupado exforços em prol de nosso bem estar, devemos procurar meios para proteger a lavoura curando-a desta tão medonha crise que atravessa, temos mais em favor da **MESMA** o Exmo. Ministro da Agricultura que tem demonstrado alto interesse a tal respeito. (*CDP, séc XX, O Porvir*)

- (45) Sampa, meus parabéns pelo seu artigo. Perfeito, limpo e claro. Aqui em MA, tenho publicado no Jornal dos Sports matérias seguidas sobre esta vergonha consular em todos os sentidos. É incrível, pois temos mais 4 jornais além do JS aqui em MA e todos se dizem defensores da comunidade, mas nenhum ouve o povo quando o assunto é consulado. Pior ainda escrevem matérias positivas sobre o **MESMO**. (BP, séc XXI, *Cartas do Leitor*)

Coincidentemente, todos os exemplos acima, exceto os de números 44 e 45, têm *o mesmo* como sujeito da sentença, o que guia a atenção do interlocutor para esse elemento. Normalmente, ocorre como sujeito prototípico, ou seja, em primeira posição na sentença, são tópicos (primeira posição discursiva – normalmente por isso considerado a informação mais importante para o andamento da conversa – ou seja, é informação compartilhada), tema (representa o assunto sobre o qual se deseja conversar ou declarar algo) e agente (indivíduo que realiza a ação). Aparentemente, esse padrão funcional, pelo menos nas ocorrências mais antigas do *corpus* diacrônico, acumula essas propriedades.

Com referência aos dois últimos exemplos, (44) e (45), a construção *o mesmo* não atua sintaticamente como sujeito, mas assume, sim, função periférica, pois está no interior de um sintagma preposicionado, o que a faz assemelhar-se sobremaneira à construção *mesmo*³, que ocorre, em especial, em posições secundárias. Se analisarmos sob a perspectiva dos parâmetros de Lehmann (1982), verificaremos certa autonomia ainda presente no comportamento da construção, que se move para substituir ora informações compartilhadas retomadas em posição de tópico, ora para substituir uma informação mais periférica, o que é evidenciado pela organização sintática não prototípica presente em algumas ocorrências das amostras mais atuais. Contudo, é importante ressaltar que a identidade sintática da construção retomada é de certa forma mantida, na medida em que, ao retomar informações tópicas ou periféricas, a construção termina por funcionar também como tal. Esse comportamento pode estar relacionado à condição de desestabilizador do sistema que ainda compete a essa construção, posto que seu uso está submetido à reflexão sobre a língua, ou seja, ela não aparece em casos de espontaneidade linguística.

MESMO7 – Marcador da identidade de referente circunstancial – tem como referente circunstância presente no texto, não apenas um nome ou sintagma nominal [SN]. O item *mesmo* na construção DET + MOD + N modifica, predominantemente, nomes abstratos, que sintetizam a ação referida em uma circunstância, buscando atribuir uma relação de simultaneidade circunstancial entre dois elementos do discurso. Devido a isso, a construção formada tem função adverbial e não nominal. Ainda que o nome do *type* se refira a “identidade”, sua função é bem menos inerente ao ser humano do que as demais funções já relatadas até o momento. A identidade marcada tem a ver com a associação entre o objeto *grounded* e o elemento de referência, com equidade entre ambos, que, no caso desse *type*, está mais relacionado a modo, espaço e tempo.

(46) Nostro Senhur Ihesu Cristo ordiou⁵⁰ primeyramente ala en sa corte enos ceos e posse sy cabeça e começameto dos angios e dos archangos e quis e mandou que o amassem e guardasse come começamento e guarda de todo e depouys esto fez ome a maneyra de sa corte e(n) como <a si> auya posto cabeça e começo, pose ao home a cabeça encima do corpo e neella posse razão <e> entendimento de como se deue a guiar os outros nembros e como an de seruir e d’aguardar todos a cabeça mays qua a ssy meesmos. E disy ordiou a corte terreal enaquella **MEESMA** guysa que era ordiada en ceo: pos⁵¹ el rey en seu logo por cabeça e começamento de seu poboo todo, assy como posse si cabeça e começamento dos angeos e dos archangeos. E deulhy poder de guyar e de mandar seu poobo. E mandou *que* todo o pobuu en huu e cada huu *per* si obedeecesse aos mandamentos de seu rey e que o amasse e guardassem e onrrasse e prezasse e que gardasse sa fama boa e ssa onrra come seus coorpos mesmos. (CDP, séc XIII, Foro Real de Afonso X)

(47) E porque na casa do çiucl houuesse melhor expediente no despacho da justiça, ordenou nella mais sobre juizes, dos que dantes hauia, & assi ahos desembargadores desta casa, quomo ahos da casa da Supplicaçam acreçentou nos ordenados, porque hos que dantes tinham nam eram suffiçientes pera se delles poderem manter, & sobre tudo isto cheo, & inflamado de zello de justiça, no **MESMO** tempo mandou per todo ho Regno corregedores com alçada atte morte, & pera que hos desembargadores despachassem has partes cõ mòr breuidade lhes cõçedeo de nouo, assi a elles, quomo ahos corregedores das cõmarquas assinaturas,

has quaes elRei dom Iohão seu filho depois tirou per justos respeitos. (*CDP, séc XVI, Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*)

- (48) Entre o Semeador, & o que Semèa ha muyta differença: Hua couSa he o Soldado, & outra couSa o que peleja: hua couSa he o gouernador, & outra o que gouerna. Da **MESMA** maneyra, hua couSa he o Semeador, & outra o que Semèa: hua couSa he o prégador, & outra o que préga. O Semeador, & o pregador he nome; o que Semèa, & o que préga he acção: & as acções Saõ as que dão o Ser ao prégador. (*CDP, séc XVII, Serman da Sexagésima*)
- (49) O exemplo das Ilhas daMadeira, eAssores, conduzio muita | gente boa para aquella Villa, por ser ella aprimeira Colonia de=| Portuguezes nomundo novo. Todos viaõ cazas muito opulen <tas> ||25v.|| [[opulentas]], eillustres possuidas por descendentes deNobres, eFidalgos, que | apobreza levou para astaes Ilhas noprincipio daSua Povoação, eaesperança de=| conseguirem a**MESMA** felicidade os moveo adeixarem Suas Patrias. (*PHPP, séc XVIII, MHCSP*)
- (50) [...]notando aqui de passagem, que o es- | crivão da provedoria, tem direito á | minha gratidão, pois sendo elle brazi- | leiro nato, auxilia-me nos meios de | minha subsistencia e da de minha fa- | milia, ao **MESMO** tempo, q' de mãos | dadas com alguem, d'elles procura privar-me um homem de senti- | mentos miseraveis, á pouco naturali- | sado no paiz, onde nada tem que o | prenda, e que diz ser meu patrício[...](*PHPB, séc XIX, Cartas de leitores*)
- (51) Não há a menor dúvida de que a política monetá- | ria não contribuiu para estimular, nos últimos tem- | pos, uma expectativa baixista em relação à inflação. | Da **MESMA** forma, a preocupação com o nível das | taxas de juros – que reduziu a níveis artificiais as | taxas de desconto anual das LTNs – está confundin- | do, em alguns momentos, a estratégia de manter | apertada a execução do orçamento monetário. (*PHPB, séc XX, Editoriais*)
- (52) A luta de Dilma Rousseff contra o câncer seria heróica se ela estivesse utilizando os recursos do SUS. Será que os pacientes do Sistema Único de Saúde obtêm diagnóstico com a **MESMA** agilidade? O que dizer para os que aguardam em filas? (*BP, séc XXI, Cartas do Leitor*)

No exemplo (49), pode-se questionar que a palavra *felicidade*, desempenhando uma função de objeto direto, uma função integrante da oração, não permitiria encaixá-lo no conjunto das circunstâncias. Deve-se, contudo, considerar circunstância com uma significação mais abrangente do que a prevista na gramática normativa. O termo *felicidade* é substantivo que remete a uma avaliação sobre o estatuto de uma ação/evento citados anteriormente. Vejamos: “aesperança de=| conseguirem aMESMA felicidade” equivale à circunstância de conseguir, no mesmo ou em outro local, as condições boas de moradia referidas anteriormente.

Observe-se que *guyza*, *maneira*, *felicidade* e *forma* remetem ao modo relativo à ação ou evento anteriormente descrito, e *tempo* e *agilidade* remetem ou à fração ou à velocidade temporal de realização da ação ou evento anteriormente relatados. A despeito de itens variados de codificação léxica, a função é basicamente a mesma. Vários padrões formais remetem a um mesmo padrão funcional que, por sua vez, recorre a um mesmo padrão construcional.

MESMO8 – Marcador da identidade de referente memorial – nesse caso de referenciação, não há referente anterior no texto em que a construção referenciadora possa se ancorar, contudo, uma memória compartilhada entre falante e ouvinte pode solucionar o problema. Construída como um conjunto de PREP + DET + MOD + N + (PREP) + CONECT, em que a segunda preposição não é obrigatória, essa construção no discurso invoca para o *ground* uma memória comum aos envolvidos no ato de fala ou na leitura do texto, uma informação velha, mas ausente no discurso atual, com o intuito de servir de modelo de comparação para a informação nova. É importante destacar que a informação compartilhada (velha) é colocada em paralelo à informação nova no discurso, mas vem sempre após o conectivo da construção, que, junto com o modificador *mesmo*, tem a função de estabelecer a comparação.

Observando o princípio da iconicidade presente nesse *type*, notamos que há uma grande quantidade de informação envolvida na construção para retomar o referente memorial, o que nos permite verificar o quão complexa cognitivamente é a informação que precisa ser alcançada, tornando necessário, também, grande material sintático para expressá-la. Verifica-se, neste padrão funcional, a atuação do subprincípio da quantidade, do princípio de iconicidade: maior complexidade, maior quantidade de material linguístico.

- (53) Depois de dom Emanuel ser no Regno, elRei dom Ioã lhe acabou de dar sua casa ordenada, quomo a tal pessoa cõuinha, atte que socçedeo no estado do Duq de Viseu, dom Dioguo seu irmão, que elRei dom Ioão mattou em Setuual, por erros que contra elle tinha cõmetido, quomo se em sua Chronica contem, ho qual no **MESMO** dia que este triste caso aconteçeo elle mandou chamar, & lhe fez merce, & doaçam de todolos bes do Duque seu irmão, reseruando Serpa, & Moura, & alguas outras cousas, das quaes lhe dixee que lhe faria satisfação quomo fez. Isto foi a hu sabbado, xx dias do mes Daguosto de mil, & quatro çentos, & oitenta, & quatro annos, & por elRei esquecer ha lembrança, & scandalo que naquelle tepo podia, & deuia ter aho titulo de duque de Viseu, pôdo a parte ho odio, & desguosto, que do Duque seu irmão tinha, & lhe a elle dom Emanuel per esse respeito¹⁷ podia tambem ter, lhe mudou ho mesmo titulo em duque de Beja, & lhe fez merçe com este titulo de senhor de Viseu, Couilham, Villauição, & gouernador do Mestrado da ordem de nosso senhor Iesu Christo, & de Condestabre destes Regnos, & fronteiro mór dantre Tejo, & Odiana: (*CDP, séc XVI, Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*)
- (54) Porque sendo memorias de muita gloria para o Santo o rico edificio da sepultura, a sumptuosidade das festas, o amor & contendas por conservação de suas reliquias: & sendo as mesmas de grande nome pera Vs. Ms. não menos importantes os titulos que possuem de antiguidade & nobreza; de honras & privilegios dos Reys: com tudo emquanto não sobião ao ponto q Vs. Ms. agora lhe souberão dar, erão huas memorias quasi da **MESMA** estofa que as Pyramides dos Egepcios, as quaes com serem de tanto preço que se fizerão cotar entre as celebres maravilhas do mundo: erão todavia memorias mudas & sem movimento, sogeitas a ruina & esquecimento, & como mortas. (*CDP, séc XVII, textos variados de Frei Luis de Sousa*)
- (55) Seguesse, por innegavel consequencia, que este grande homem estava | naIndia, temido dos Principes mais poderozos doOriente, no**MESMO** | tempo, emque os Habitadores doParaguay o representaõ abandonado | deSeus Vassallos emSão Vicente, eCaptivo deRuy Moschera. (*PHPP, séc XVIII, MHCSP*)
- (56) [...]é elle, que dizendo ser | natural de Portugal, (o que duvido | e muita gente, porque parece gallego) | intumesce as bochecha, com o pala- | vrão de

– estrangeiro – por ter-se á | pouco segundo dizem, naturalizado | brasileiro: Oh, q’ bom cidadão adqui- | rio o Brasil !) não se querendo lem- | brar, de que é mesmo na qualidade | de estrangeiro, que foi repellido do | fôro de Itú, onde consta andára acor- | rentado, ignorando ao certo o por | que: é aquelle **MESMO** que, segundo | se diz, em sua cara, por pessoa mui- | to circumspecta, foi chamado a bas- | tante tempo, em lugar muito pu- | blico de ladrão, ladrão, e reladrão, | tendo-se conservado té o presente, a | esse respeito, em muito silencio ! (*PHPB, séc XIX, Cartas de leitores*)

- (57) Prevêem-se resistências numa área | marcada pelo espírito corporativo e pela | mentalidade do funcionalismo público | tradicional e acomodado. Mentalidade | que está por trás do célebre “pacto da | mediocridade” em que professores fingem | ensinar e alunos fingem aprender. || Será o **MESMO** tipo de grita corporativista | que a verificada quando do anúncio de um | sistema de controle de qualidade dos estabe- | lecimentos do ensino superior. (*PHPB, séc XX, Editoriais*)

- (58) E, para nossa surpresa, justamente a revista *Época*, que vinha possibilitando a um número expressivo de leitores a oportunidade de ler os excelentes textos de O. de Carvalho, parece ter decidido impor-lhe o **MESMO** silêncio com que nossa *intelligentsia* tem "reagido" aos seus textos, vetando-lhe o artigo que seria publicado na edição de 03/11. (*RE, séc XXI, Cartas do Leitor*)

Quanto às ocorrências deste *type*, é importante analisar uma pequena diferença funcional relativa ao exemplo 56. Notemos que, na constituição da construção prototípica deste padrão, sempre há um substantivo subsequente à construção *mesmo*, que é modificado por ela (e.g. *mesmo dia*, *mesma estofa*, *mesmo tempo*, *mesmo tipo* e *mesmo silêncio*). No entanto, no exemplo 56, o substantivo foi elidido, aparentemente porque sua identidade fora de certo modo evocada anteriormente. Porém, observemos que, como nos demais exemplos, o espaço mental em que se encontra o referente é outro que não o do *ground*, o que é claramente evidenciado pelo uso do demonstrativo *aquela*, que nos traz a impressão de que se trata de uma comparação com referente distante no tempo e espaço, embora, diferentemente das demais ocorrências do *type mesmo*⁸, já haja um ancoramento prévio no próprio discurso. Aparentemente, a relação referencial não está ocorrendo via comparação apenas entre dois pontos no discurso,

mas entre três: o cidadão que se diz proveniente de Portugal, o ponto de comparação presente no *ground* e aquele a quem chamavam de ladrão, o que, parece, torna esse exemplo mais complexo em relação aos outros.

Notemos que, sutilmente diferente do *type mesmo7*, o que ocorre com este *type* é que a informação pressupostamente conhecida e retomada acaba por aparecer quase por completo somente após a construção *o mesmo*, evidenciando, pela presença de um artigo definido, na maioria das vezes, ou outro determinante que exerça função semelhante (como o pronome possessivo presente no exemplo 58), que a informação já era previamente compartilhada e que, portanto, não precisa aparecer no discurso antes para poder ser retomada. Portanto, enquanto *mesmo7* ancora sua retomada em uma circunstância presente no *ground*, *mesmo8* vale-se da memória dessa circunstância, presente em outro espaço mental, que é trazido para o *ground* e é retomado cataforicamente por *o mesmo*, se considerarmos a disposição dos elementos na construção sintática.

MESMO9 – Marcador da identidade de referente pressuposto – ocorrências como as que compõem este *type* também não possuem no texto um referente marcado, o que leva a hipotetizar que ele é pressuposto; que ambos, falante e ouvinte, podem recuperá-lo com facilidade pelo contexto e conhecimentos de mundo comuns. Porém, aqui, o modificador *mesmo* parece exercer mais do que a função de fazer equivaler elementos: é como se atuasse como o acumulador das duas funções, referente e referenciador, e as transferisse ao nome que acompanha e modifica, duplicando sua função no texto, sem, contudo, duplicar a palavra em si.

(59) Mas porque de huas a outras ha muita diStancia, & a gente vay em muito crescimento, repartioSe agora em duas gouernações, comnum a Saber, da capitania de Porto Seguro pera o Norte fica hua, & da do Spirito SanCto pera o Sul fica outra: & em cada hua dellas aSsiSte Seu governador com a **MESMA** alçada[...] (CDP, séc XVI, *Historia da prouincia de Sãcta Cruz a que vulgarme[n]te chamamos Brasil...*)

(60) Os ouuintes de entendimentos agudos Saõ maos ouuintes, porque vem Só a ouuir Sutilezas, a eSperar galantarias, a aualiar penSametos, & às vezes tambem a picar a quem os não pica. *Aliud cecidit inter Spinās*: O trigo não picou os eSpinhos, antes os eSpinhos o picarão a elle: o mesmo Succede cá.

Cuydais que o Sermão vos picou a vós, & não he aSSi, vós Sois o que picais o Sermão. Por iSto Saõ maos ouuintes os de entendimetos agudos. Mas os de vontades endurecidas ainda Saõ peores; porque hum entendimeto agudo podeSe ferir pelos **MESMOS** fios, & vencerSe hua agudeza com outra mayor, mas contra vôtades endurecidas nenhua couSa approueyta a agudeza, antes danna mays; (*CDP, séc XVII, Serman da Sexagésima*)

(61) Remetto a Vossa Excelencia a lista das pessoas que assignaraõ termo deirem a Guer=| ra, ea Sua Cometiva de cada hum, e inda não sabe,⁵⁷ Com Certeza, porque pertende'| pro Curarem Camaradas para Levarem, oque sô Com individuação Se Saberá| no tempo do embarque, ainda estam bastantes Com detreminação deirem a| Cuyabâ, Sepuderem desCobrir algum negoCio, eintrarem Com os mais adita| Guerra, eComo a pobreZa hê muita nesta villa, e noSeodestriCto, SenaõaLis=| ta agente que dez[ej]a, por lhefaLtar todo oneCeSsario preCizo para poderem Condu=| zirse, edesde aentrada da Coresmâ até o dia prezente não tenho tido o minimo|SoCego emproCurar que SeaListe para adita Guerra atimidando-os em tudo| Com as Ordens de Sua Magestade que Deos guarde, e Com as deVossa ExCeLenCia, epreCuran=|do Sempre amesma diLigencia. || Como VossaExcelencia mediz que Sua Magestade aSSiste Com as Canoas|para aCondução dosque forem, Saõ muy poucas as que hâ; porque as que vieram|nesta munção paSsada doCuyabâ Saõ muy poucas asCapazes, ea=|mayor parte dellas tornaõ air Com os **MESMOS** donos,[...] (*PHPB, sec XVIII, Cartas de aldeamentos*)

(62) Uniformisemos a conducta politica, convergin-| do os esforços partidarios em pról da idéas e | não dos homens; organisemos as nossas legiões | em toda a provincia, e na communhão da luta es- | tabeleçamos a solidariedade, esse laço sagrado | que prende um partido a cada um de seus mem- | bros, e estes entre si como companheiros da **MES-** | **MA** cruzada e soldados da **MESMA** bandeira. || Não somos um individuo, sinão um complexo | de principios que constituem o programma parti-| dario; não somos uma familia sinão uma aggre-| gação de familias que representa um grande par-| tido. || Aos chefes que nos dirigiram na luta e nos as- | seguraram a victoria, as nossas homenagens res- | peitosas deconsideração

⁵⁷ Em algumas palavras o sinal de nasalização da conjugação da 3.a pessoa do plural aparece no texto sob forma de um apóstrofe.

imposta pela gratidão, pelo | dever e pela disciplina, e aos nossos companhei-
| ros, soldados como nós, todas as expansões affe- | ctuosas de camaradas do
MESMO combate e dos | **MESMOS** triumphos. | | Parabens ao partido
liberal. (*PHPP, séc XIX, Editoriais*)

- (63) Podemos nos comunicar | com milhões de pessoas em lugares remotos,
com | rapidez assombrosa. Mas não empregamos essa | facilidade de forma
construtiva. || Quando as pessoas se comunicam perfeita- | mente entre si,
não há necessidade de recorrer à | violência. No caso da televisão brasileira,
a confu- | são parece ser o denominador comum das pessoas | que, em
diferentes lugares, recorrem à **MESMA** fór- | mula para atingir índices de
audiência: o apelo aos | sentidos, na sua forma mais elementar. (*PHPB, séc
XX, Cartas de redatores*)

- (64) Acontece que, pouco depois, adoeceu Roberto Campos, e, Zero Hora,
como contraponto 'a Lula, por muito tempo, publicava na **MESMA** edição,
artigos de Olívio Dutra, Tarso Genro, Miguel Rossetto e *Tutti Quanti*. Sem
outro particular, com minha admiração envio o meu abraço. (*RE, séc XXI,
Cartas do Leitor*)

Este padrão funcional tem uma característica bastante interessante e também bastante sutil em relação ao *type* anterior, *mesmo8*. Conforme observado, o padrão anterior se vale de um referente circunstancial presente na memória dos interlocutores. A cada ocorrência, pode ser observado que a informação presente em outro espaço mental é trazida para o *ground* por meio de catáfora. No caso de *mesmo9*, há uma maior abstratização desse processo de referenciação em que o referente não aparece dentro da construção sintática, nem antes, nem depois da construção referenciadora. Se em *mesmo7* havia uma retomada anafórica de referente circunstancial presente anteriormente no texto e em *mesmo8*, uma retomada catafórica, pois era inferido o conhecimento prévio da circunstância, ambos marcados sintaticamente pela presença do referente, em *mesmo9* há também uma referência clara, porém o referente é apenas pressuposto, pois não aparece no texto, resultando em um processo referencial bastante abstrato.

Observemos que a separação em padrões funcionais neste trabalho não visa a, necessariamente, verificar efetiva mudança de classe gramatical, mas perceber deslizamentos funcionais, ainda que sutis, entre as ocorrências, o que pode ser notado

no *continuum mesmo7 > mesmo8 > mesmo9* e na abstratização presente no processo de referenciação.

Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), dentre outros, defendem a unidirecionalidade como princípio básico da gramaticalização, e isso tem sido fartamente referendado em estudos sobre esse processo por pesquisadores do mundo todo. Há, contudo, uma questão amplamente discutida que provoca um ponto de debates: seria a unidireção sinônimo de unilinearidade? Os resultados do estudo de Lima-Hernandes (2009) evidenciam que não necessariamente esses dois conceitos se sobrepõem. A unidireção guia as várias derivações assumidas por um item, mas pode conformar um processo de poligramaticalização (CRAIG, 1991), cuja unidireção seja representada em pelo menos duas linhas derivacionais.

Este trabalho está pautado no entendimento de que unidirecionalidade é um princípio intrínseco à gramaticalização no sentido de que a mudança, quando ocorrida, não sofre regressão para o ponto de partida, mas pode assumir uma nova direção, até mesmo contrária à inicialmente assumida, o que redundará em lexicalização. Se uma construção muda, perdendo conteúdo semântico, mas também ganhando novos significados, manterá traços originais e, sobretudo, acumulará em si a carga cognitiva que adquiriu até ali.

Assumindo a unidirecionalidade da mudança como um processo que ocorre de significados mais concretos para os mais abstratos, Lima-Hernandes (2009, 2010) entende que um processo de mudança pode ocorrer unidirecionalmente, posto que é a replicação de uma característica ontogênica a abstratização e ganho de complexidade no discurso, mas não necessariamente unilinearmente, podendo assumir ramificações funcionais em sua evolução histórica.

Essa ideia faz lembrar do que Tomasello (1999) cunhou de “efeito catraca”, que se traduz pelo simbolismo cultural acumulado de geração em geração. Ainda que se modifique, ainda que adquira funções diversas, não se perde o que se ganhou e que foi baseado em sua origem, mas também não regride, seguindo adiante, acumulando. Com isso, voltamos à postulação de que a linguagem humana funciona para nós como os demais artefatos culturais que temos, e o modo como a trabalhamos assemelha-se ao modo como percebemos o mundo a nossa volta desde que nascemos, primeiro de maneira mais grosseira, concreta, partindo do nosso corpo para o exterior dele, adquirindo interpretações metafóricas e metonímicas, mais abstratas (LIMA-HERNANDES, 2010).

Tratar de unidireção e linearidade é pertinente neste momento desta dissertação em que, praticamente, concluímos o trabalho de identificação dos padrões funcionais ou *types*. Durante todo o momento de análise e categorização, a mente do analista vai percebendo que há ali um *continuum* se desenhando. Sincronicamente, esse *continuum* é lido em termos de derivação hipotética, que, normalmente, depois é submetida a um trabalho de checagem histórica (referendação diacrônica). O exercício de organizar esses *types* não é fechado no sentido de imaginar que nenhum outro padrão que seja liame entre o diferencial de um e outro *type* seja inexistente. É certo, no entanto, que, pelo menos no *corpus* coligido e nos dicionários estudados, não esteve presente.

Isso posto, a organização unidirecional, mas não unilinear, proposta para os dados apresentados e analisados anteriormente configura-se como segue:

Esquema 1 – Continuum de gramaticalização de o mesmo

Considerando as categorias cognitivas propostas por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) e também os resultados do estudo etimológico realizado por meio de gramáticas do latim vulgar e de dicionários do latim, tecemos algumas reflexões sobre o comportamento da construção sob análise.

Como já abordado no capítulo teórico deste trabalho, para Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), os elementos mais concretos da língua, altamente relacionados ao ser humano, tendem a ter suas funções abstratizadas e a entrar para a gramática devido ao comportamento cognitivo humano guiado invariavelmente por frequência de uso. Dessa forma, ocorre a associação de funções mais abstratas com o que está mais perto de si, realizando, assim, um processo metafórico e metonímico para nomear o abstrato.

Os dados analisados nesta pesquisa apontam para uma abstratização constante da função da construção *o mesmo* em relação às construções empregadas desde o latim.

É certo que sua origem, também presente nos discursos clássicos da língua latina – e por isso nas gramáticas normativas da língua latina – a relacionava fortemente ao ser humano, já que se considerava a construção sob análise um demonstrativo fórico-enfático, cuja função era distribuída entre duas palavras, *ipse*, que permaneceu durante a vulgarização da língua, e *idem*, que desapareceu, pois perdeu a concorrência para *ipse* na execução da função de relacionar e de igualar identidades. Em contrapartida, no latim dito vulgar, a forma *ipse* foi agregando mais uma função, a de demonstrativo dêitico referente à proximidade com a segunda pessoa do discurso. O resultado foi que uma nova forma precisou surgir, dessa vez reenfatizada por um prefixo, para assumir as funções propriamente fórico-enfáticas: a função de intensificar a identidade de um ser e a função de igualar as identidades de dois elementos do discurso, *metipse*, cuja ocorrência em construções do tipo *ille metipse* era extremamente comum em latim vulgar, conforme discutido no estudo etimológico anteriormente apresentado. Foi suposta a agregação, ainda, possivelmente nas linguagens mais populares, do superlativo *imus*, muito provável de ter ocorrido também em construções do tipo *ille *metipsimus*. Considerando que as traduções possíveis para a construção sejam *ele mesmo* ou *o mesmo*, podemos inferir que as funções intensificadora de identidade (*mesmo1*) e igualadora de identidades (*mesmo4*) tenham sido concomitantes no latim vulgar. Ambas as construções adotam percursos lineares, paralelos e unidirecionais, mas somente *mesmo4* assume uma rota de poligramaticalização.

Portanto, se desde o latim vulgar essas duas construções, que hoje ainda são altamente recorrentes na língua portuguesa, já foram tomando forma, cada uma assumindo suas especificidades funcionais, é difícil dizer que em língua portuguesa uma derivou a outra, mas é mais provável que, com o desenvolvimento das línguas românicas e com a perda das três declinações restantes no latim vulgar, as construções DET + [N] + *mesmo* (*mesmo1*) e DET + *mesmo* + N (*mesmo4*) já tenham entrado na língua portuguesa sintaticamente fixadas para exercer cada uma delas a sua função típica. Ou seja, dificilmente tivemos uma evolução *identificador* > *intensificador* em língua portuguesa, sendo mais provável que o intensivo-reflexivo em LP, função mais concreta que encontramos, tenha surgido do valor de identidade de *is* na própria formação dos seis demonstrativos fóricos em latim clássico.

Concordamos que o traço de *identidade* antecedeu o de *intensidade*, conforme postulam Heine e Kuteva (2002), pois para que se intensifique a identidade, ela precisa primeiro existir e ser marcada. Contudo, com a palavra *mesmo*, isso provavelmente começou a acontecer nos primórdios originais da língua latina. O *continuum* de abstratização que propusemos, por conseguinte, respeita a uma possível origem de *mesmo-intensificador* e *mesmo-referenciador*⁵⁸ a partir de *ille *metipsimus*, que em língua latina seria usado tanto para retomar o antigo significado de *ipse* (intensivo) quanto o de *idem* (identificador), segundo Maurer Júnior (1959).

Propomos, neste momento, uma análise mais detalhada e comparativa da possível evolução *mesmo1* > *mesmo2* > *mesmo3*. Para tanto, retomemos os seguintes exemplos:

(4) Mas a culpa de mujtas destas cousas não me vjrem a notysya se pode daar ao Senhor Duque Dom Theodosyo, que Deos tenha em sua gloria, ao qual eu dey duas ou tres folhas de papel cheas de apomtamentos de cousas que compryão a esta chronyca, os quaes apomtamentos sua senhoria teve alguns annos em sua mão antes que falesese sem numqua me responder a eles, e a mesma culpa tem o senhor Comde de Temtuguel, que haa maes de seis annos que sabe que faço eu esta chronyca em que forçadamente avja de falar do senhor Dom Alvaro, e temdo ele mujtos papees e cartas e lembranças, me não comonycou nenhũas – E agora suas senhorias me repremdem de eu não esprever algumas cousas nesta chronyca que eles tinhamão tão bem guardadas em seus cartoryos que per ventura eles **MESMOS** se não lembravão delas, nem se alembrarão, se lhes a mesma chronyca não dera pera iso ocasyão. (*CDP, séc XVI, Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*)

(15) A maior parte dêstes (como nas cartas passadas disse) fez outras moradas não longe daqui, onde agora vivem, porque ultra de eles não se moverem nada às cousas divinas, persuadiu-se-lhes agora uma diabolica imaginação, que esta igreja é feita para sua destruição, em a qual os possamos encerrar e aí ajudando-nos dos Portugueses, matar aos que não são batizados e aos já batizados fazer nossos escravos, isto **MESMO** lhes dizem outros Indios, *scilicet* que os

⁵⁸ Pois busca igualar identidades via referência.

ensinamos para que a eles, filhos e mulheres, façamos cativos e são eles de tal natureza e condição que mais crêem a qualquer mentira dos seus, que a quanto lhes prégamos, e se lhes diz isto algum de seus feiticeiros a que chamam Pagés nenhuma cousa têm por mais verdadeira ainda que dêstes nenhum ousa vir aqui senão ocultamente porque os repreendemos mui gravemente. (*CDP, séc XVI, Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*)

(18) Com estas nouas da suçessam chegaram hos que leuauam ho testameto a Alcaçer do sal segunda feira, & logo á terça ho aleuantaram, & juraram por REI, ha Rainha, & hos prelados, senhores, & fidalguos que se alli acharam, sendo em idade de vintaseis annos, & ho **MESMO** se fez per todo ho regno. Feitos estes autos & çerimonias em Alcaçer do sal, loguo el Rei screueo a todallas çidades, & villas que vsassem seus bõs foros, & costumes, quomo ho atte li acostumaram fazer, em quãto elle nam ordenasse sobrisso outra cousa, & ha mesma ordem mandou que se tiuesse nos negoçios de sua fazenda, & pellas mesmas cartas que screueo às çidades, & villas lhes mandou que enuiasse seus procuradores a çerto tempo limitado, a Monte mòr ho nouo, pera alli fazer cortes, & ho **MESMO** screueo ahos prelados, senhores, & alcades mòres, ho que todos assi fezerã, & quomo bõs, & leaes vassalos lhe vieram dar suas menages, segundo ho bom vso, & antigo costume destes Regnos. (*CDP, séc XVI, Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*)

Notemos que o *type 1*, exemplo (4), o mais concreto e humano cognitivamente em relação aos demais e com cinco ocorrências nos documentos do século XIII, que são bem poucos, teria impulsionado o aparecimento do *type 2*, exemplo (15), que apresenta apenas uma ocorrência no século XIII. Este, por sua vez, corrobora o aparecimento do *type 3*, exemplo (18), que só vai surgir, no *corpus* analisado, no século XVI, quando, progressivamente, começa a substituir o *type 2*. Para que seja possível uma efetiva comparação, escolhemos três exemplos do século XVI, quando as três construções já se mostravam bastante frequentes.

O *type 1* é um claro exemplo de intensificador de identidade, pois aparece logo após o pronome pessoal (reflexivo e, por vezes, até após um nome), intensificando sua identidade com o referente, como se marcasse “ele mesmo, não outro, ele próprio”. O *type 2* parece o mais estranho, talvez porque tenha praticamente desaparecido da língua,

caracterizando-se como um arcaísmo. Notemos que sua função é mais abstrata do que a do *type 1*, pois não está relacionada diretamente à identidade de um ser, mas funciona como um encapsulador, nominalizador de uma grande quantidade de informação anteriormente exposta no *ground* que é, conseqüentemente, compartilhada por seus participantes. Esse processo exige um exercício de grande abstração, pois faz com que os envolvidos desloquem sua atenção para o espaço mental da informação anterior, que possui grande complexidade, e o associem ao novo espaço mental, em que toda a informação é resumida a *isso/isto/aquilo*, ou seja, pronomes neutros. O que assemelha o *type 2* ao *type 1* é a função que o item *mesmo* desempenha na construção: função de intensificador de identidade.

Enquanto no *type 1* o item *mesmo* intensifica a identidade de um referente palpável, reforçando o valor do pronome ou do nome que acompanha, no caso do *type 2*, ele intensifica a identidade abstrata de um bloco inteiro de informações, exigindo um esforço enorme de quem precisa interpretar essa referência.

No *continuum mesmo1 > mesmo2 > mesmo3*, ramificação relativa à função de *ipse* proveniente do latim, o último *type* mostra-se bastante gramaticalizado devido às transformações, inclusive formais. Notemos que, funcionalmente, *mesmo2* e *mesmo3* se parecem bastante na medida em que ambos encapsulam uma grande quantidade de itens a serviço de uma informação mais complexa, nominalizando o referente e exigindo grande esforço mental do receptor da informação na interpretação e na associação dos espaços mentais envolvidos. Contudo, *mesmo3* mostra uma clara evolução em sua própria construção: o sintagma nominal composto por um determinante demonstrativo + um modificador intensificador de identidade, por nós representado anteriormente por DET DEM + MOD, em que o demonstrativo representa o nome encapsulador de toda a informação anterior, que fica implícito pela neutralidade do determinante, passa a funcionar todo ele como um pronome, deixando o item *mesmo* de exercer simples função modificadora, pois agora integra a construção de modo que, sem ele, ela não existe.

Observemos que, no caso de *mesmo2*, é possível remover o modificador da construção, em que os demonstrativos *isso/isto/aquilo* por si só podem exercer a função de encapsular e carregar em si as informações anteriores. No caso de *mesmo3*, o item *mesmo* é parte integrante da construção, de modo que, se for elidido de lá, o artigo *o* sozinho será incapaz de continuar o trabalho.

Na fundamentação teórica, discutimos, com base em Heine e Kuteva (2002), a previsível evolução de *demonstrativo* > *artigo definido*, cuja origem ocorreu no latim vulgar, em que *ille*, demonstrativo de terceira pessoa, ao agregar o significado do extinto fórico *is*, derivou o artigo definido como conhecemos hoje. Aparentemente, em língua portuguesa, essa concorrência entre demonstrativo e artigo continua se manifestando. O dêitico parece estar dando lugar ao fórico devido à perda da necessidade de codificar uma representação linguística para o que, antes, no discurso fora a ação de apontar. Se o assunto for compartilhado pelos interlocutores, é certo que bastará defini-lo tão somente com *o*. Essa conclusão, contudo, parece exigir mudanças formais nas construções referenciadoras; é o que parece ocorrer com *mesmo3* em seu processo de gramaticalização, em cuja origem se reconhece uma construção ainda mais gramatical do que *mesmo2*.

É interessante ressaltar que, segundo Heine e Kuteva (2002), nas línguas naturais, é comum a evolução da função intensiva para uma função adverbial (*intensive-reflexive* > *even*). Não é foco deste trabalho analisar a desconstrução de *o mesmo* e a integração do item *mesmo* a construções ainda mais abstratas que as tratadas aqui⁵⁹, entretanto, é interessante refletir sobre o processo em si. Algo que marcava uma identidade altamente relacionada ao humano em construções como *ele mesmo* pode perfeitamente ter gerado uma evolução guiada por forças cognitivas para que os falantes passassem a construir elementos como *aqui mesmo*, também dêitico, mas não mais referente ao ser; passa a referir ao espaço em que o ser se encontra. Essa evolução mostra-se em perfeita consonância com os pressupostos teóricos formulados por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), numa abstratização *pessoa* > *espaço* relativa ao referente.

Algo semelhante pode ser observado na mudança operada entre os *types 1* e *2*, em que vemos algo que, em *mesmo1*, como já afirmamos, é intrinsecamente relativo ao ser humano, passar em *mesmo2* a referir-se não mais ao ser, mas a um espaço mental a ele acessível, cuja informação deve ser associada e resumida ao dêitico que indica proximidade e neutralidade. Em categorias cognitivas, a evolução do referente seria algo um pouco mais complexo: *pessoa* > *espaço/tempo*.

De *mesmo2* para *mesmo3*, o processo mostra-se um pouco diferente, pois, aparentemente, com o desaparecimento do dêitico da construção e com a opção pela união fórico + modificador, o apontamento para o espaço mental referido é substituído

⁵⁹ Pois é sabido, de acordo com Oliveira (2010; 2011), que o item *mesmo* exerce, inclusive, funções de organizador textual em construções do tipo como *mesmo que*, *mesmo porque*.

por sua definição, tornando o acesso menos concreto, já que a ideia de espaço/tempo intrínseca ao dêitico é enfraquecida, dando lugar a uma referendação mais ancorada no discurso do que a anterior, altamente dêitica. Isso resultaria em uma evolução *espaço/tempo > texto*.

Mas ainda temos a outra ramificação do *continuum*, que tem seu engatilhamento na função de **metipsimus* originada de *idem*, e que, portanto, levará sua abstratização por outros caminhos. Sua principal característica é a manutenção do valor de igualador de identidades, cuja abstratização também está vinculada ao referente. Como no primeiro *continuum*, este também vai em direção à memória do interlocutor, que, no emprego de *types* mais abstratos, precisará se lembrar de uma informação compartilhada em outro momento que não o *ground* corrente, ou de uma informação compartilhada entre os integrantes de seu meio cultural, para fazer equivaler a identidade do referenciador à do referente.

O ramo *mesmo4 > mesmo5 > mesmo6* aparentemente seguiu a mesma lógica de abstração seguida pelo ramo já explicado, *mesmo2 > mesmo3*, ainda que este último pareça bem mais abstrato do que o primeiro. As razões são: (i) a construção DET + *mesmo* nesse caso refere-se a uma grande quantidade de informação encapsulada e carregada adiante, e (ii) em *mesmo4 > mesmo5 > mesmo6* o referente é algo mais concreto. Portanto, já é possível notar que a numeração 1, 2, 3...9 não pode ser considerada em sua linearidade neste trabalho para entender o processo de abstratização da construção *o mesmo*, posto que esta tenha entrado em língua portuguesa desde o latim com pelo menos duas funções matrizes, *igualadora* e *intensificadora*, sendo esta última aparentemente mais abstrata, ainda que tenha sua origem, em português, em traços mais humanos.

Apesar das evidentes diferenças entre os ramos do *continuum*, parece que os processos cognitivos envolvidos na mudança linguística descrita seguem atuando como sempre e como em qualquer fenômeno que se estude. Como ocorre no caso do *continuum* derivado de *ipse*, no *continuum* derivado de *idem*, cuja função era fórica, enquanto em *mesmo4* era necessário demonstrar o referente via pronome, em *mesmo5* essa necessidade se perde, alterando o determinante para um fórico, um sinalizador de que a informação a seguir já é compartilhada pelos interlocutores. A diferença deste ramo para o anteriormente analisado está, em especial, no fato de que a construção *mesmo5*, apesar de ter como determinante o item *o*, ainda permite a elisão de *mesmo*, pois o determinante *o*, unido ao nome do SN, pode perfeitamente realizar a referência

desejada, embora a marcação de identidade possa ser prejudicada. A mudança irá ocorrer mais perceptivelmente em *mesmo5* > *mesmo6*, quando a elisão de qualquer dos elementos da construção (*o* ou *mesmo*) a tornaria ineficaz. Nesse momento, a referência passa a ser realizada não por um SN, mas por um pronome, reafirmando o universal de mudança *nome* > *pronome*.

Porém, a partir de *mesmo5*, a rota de mudança se ramifica novamente para *mesmo7*, que deriva *mesmo8* e *mesmo9*. A abstratização de *mesmo7*, cuja construção deixa aos poucos de se referir a elementos relacionados ao ser humano e passa a referir-se a circunstâncias, demonstra o início, neste *continuum*, de um processo de referenciação em que o referente não está claramente exposto no discurso, mas precisa ser entendido como algo que está sintetizado em um substantivo abstrato indicador de circunstância (*o mesmo tempo*, *o mesmo modo*, *o mesmo lugar* e outras formações similares a essas que incluem *mesmo*). A referência vai se tornando mais abstrata, assim como a construção. Ao passar a *mesmo8* e *mesmo9*, notamos que o ponto de referência deixa de existir no discurso, passando a ser inferido pelos interlocutores a partir de informação previamente compartilhada. Ou seja, o *continuum* proposto a partir de *mesmo7* evidencia uma abstratização no ponto de referência, mas não necessariamente demonstra mudança gramatical entre os *types*. O que propomos aqui é que os dados não sejam observados como pertencentes ao mesmo padrão funcional devido a uma sutil diferença apresentada no processo de referenciação que pode não culminar em mudança gramatical, mas pode, sim, estar influenciando em possíveis graus de gramaticalidade.

Observando os dados e análise apresentados, vale, aqui, relembrar que o raciocínio analítico demonstrado foi baseado em uma observação pautada nos métodos de Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991), que propõem uma análise baseada em um *continuum* unidirecional de abstratização do significado, mas cujo enfoque nesse trabalho de 1991 não está voltado ao comportamento de construções.

Embora não pretendamos nos aprofundar em uma análise detalhada dos dados à luz de outra metodologia, devido ao caráter construcional de *o mesmo* e à exposição que fizemos na fundamentação teórica deste trabalho da relação proposta por Traugott (2008) entre a teoria da gramaticalização e a gramática de construções, parece-nos oportuno deitar momentaneamente o olhar sobre os dados sob essa perspectiva, a fim de demonstrar como é pertinente tal relação, que neste trabalho defendemos e demonstramos no esquema 1 à luz de outra teoria.

Conforme apresentado anteriormente, Traugott (2008) propõe uma divisão esquemática dos tipos de construção tendo em vista seus graus de abstração. Os *construtos* seriam os mais concretos, pois representariam a frequência *token*, o que empiricamente pode ser observado nos dados de uma língua; as *microconstruções* seriam um pouco mais abstratas, pois representariam os *types*, que por sua vez se agrupariam em *mesoconstruções*, construções ainda mais abstratas que representariam posições esquemáticas semi-permeáveis. As *macroconstruções*, afinal, seriam as construções mais genéricas, mais abstratas e permeáveis, grandes esquemas cognitivos atratores de diversas *mesoconstruções*.

Isso posto, podemos pensar, então, os dados apresentados no esquema 1 nos termos propostos por Traugott, como no quadro abaixo, em que consideramos apenas as meso e microconstruções, para nos atermos aos dados apresentados no referido esquema.

Mesoconstruções	PRON + <i>mesmo</i>	DET + <i>mesmo</i> + N	PREP + DET + <i>mesmo</i> + N
Microconstruções	<i>mesmo1</i>	<i>mesmo4</i>	<i>mesmo7</i>
	<i>mesmo2</i>	<i>mesmo5</i>	<i>mesmo8</i>
	<i>mesmo3</i>	<i>mesmo6?</i>	<i>mesmo9</i>

Quadro 5 - Análise dos dados à luz do método de Traugott (2008)

Observemos que a organização dos *types* ou *microconstruções* mantém-se de certo modo como já demonstrado no esquema 1, mas aparentemente um pouco mais simplificada. Aplicando postulados teóricos derivados do trabalho de Traugott (2008), podemos notar que a redistribuição dos dados no quadro 5 demonstra uma abstratização de baixo para cima, de *microconstruções* > *mesoconstruções*, mas o mais interessante é que a distribuição dos *types* tenha se mantido unidirecional e aparentemente tenha ganho uma linearidade que não apresentava sob a perspectiva analítica utilizada no esquema 1.

No entanto, algo parece não se encaixar nas *mesoconstruções* propostas: o *type mesmo6*. Apresentando-se também como um desafio para a análise realizada à luz da teoria de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), essa construção parece não se encaixar muito bem em uma *mesoconstrução* porque a construção *o mesmo* com essa função não permite seu reconhecimento como uma construção DET + *mesmo* + N ou PRON +

mesmo (no caso do *o* ser considerado um demonstrativo). Resta imaginar que uma quarta *mesoconstrução* poderia resolver o problema, DET + *mesmo* + [N], que, inclusive, talvez fosse a mais apropriada também para o *type mesmo3*. No entanto, se considerarmos o esquema 1, essa redistribuição não resolve o problema, pois os dados analisados apontam para uma evolução *mesmo2* > *mesmo3* e *mesmo5* > *mesmo6*, o que já foi fartamente discutido anteriormente. Por hora, seria mais prudente, então, manter o *type mesmo6* em separado nesta segunda e curta análise, respeitando seu diferente comportamento, que pode ter, inclusive, influenciado em todas as questões sobre a validade de seu uso em língua portuguesa como anafórico eficaz até aqui discutidas neste trabalho e que continuarão em pauta até sua conclusão.

O que podemos concluir, nesse caso, é que embora não tenhamos efetivamente direcionado o enfoque deste trabalho para a relação entre GC e TG, mas tentado correlacionar gramaticalização, cognição e referenciação, se considerarmos o estatuto construcional de *o mesmo* na análise de seu processo de mudança linguística, chegaremos a resultados muito similares, o que corrobora a pesquisa até aqui realizada e nos dá pistas de que os postulados teóricos ora defendidos mantêm um diálogo e garantem coerência com os resultados deste trabalho.

1.3. BASE DIACRÔNICA DE DADOS: REFERENDAÇÃO HISTÓRICA – FREQUÊNCIAS TYPE E TOKEN

Analisar dados sincrônicos de uma língua permite perceber padrões funcionais que ajudam a inferir sobre uma possibilidade de mudança linguística, ou até mesmo graus de gramaticalidade entre esses padrões. Contudo, é no estudo diacrônico, desde suas funções remotas, passando por seus primeiros registros escritos na língua vernácula, que encontramos respaldo para fazer afirmações sobre efetiva trajetória e mudanças por gramaticalização. Vimos que, uma das pistas para desconfiar de que um processo de gramaticalização esteja em curso, é a produtividade de um item, seu espectro funcional robusto e, em alguns casos, sua origem intimamente ligada a referentes do ser humano ou ao seu corpo (HEINE, CLAUDI E HÜNNEMEYER, 1991; BYBEE, 2003), o que certamente é o caso da construção *o mesmo*. Apenas após essa constatação, pudemos falar em processo de mudança.

Observando os dados apresentados na seção anterior, com tantos *types* ocorrendo nas mesmas épocas, e considerando a análise de cada um deles, já é possível

constatar a grande polifuncionalidade da construção *o mesmo* em língua portuguesa. Entretanto, para constatar se está em processo de gramaticalização, testar os estágios de Hopper (1991) tornou-se uma tarefa essencial. Analisemos a tabela exposta a seguir na qual os dados diacrônicos se encontram distribuídos de acordo com sua frequência *type* e *token* de século a século, separadas por duas cores, alaranjado e verde, e diferentes tonalidades para melhor demonstrar o processo de abstratização.

TYPES	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
<i>Mesmo 1</i>	5	17	9	5	5	4	3	6	6
<i>Mesmo 2</i>	1	9	16	1	1	0	2	0	0
<i>Mesmo 3</i>	0	0	0	18	6	6	3	0	3
<i>Mesmo 4</i>	0	5	1	9	8	5	4	7	3
<i>Mesmo 5</i>	0	0	0	72	39	28	36	5	9
<i>Mesmo 6</i>	1	1	0	1	3	7	12	1	14
<i>Mesmo 7</i>	1	0	0	2	3	15	18	12	6
<i>Mesmo 8</i>	0	0	0	6	10	4	10	8	10
<i>Mesmo 9</i>	0	0	0	4	5	2	8	6	9
TOKEN	8	32	26	118	81	73	99	53	62

Quadro 6 – Frequências *type* e *token*

O quadro 6 sintetiza a contagem dos dados localizados em correlação com os padrões identificados, demonstrando, de forma mais objetiva, por meio de cores claras e escuras, as ramificações das rotas de mudança da construção *o mesmo*. Quanto aos números, tratam-se da quantidade específica das ocorrências de cada *type*, totalizando na frequência *token* presente na última linha. É importante salientar que, conforme esperado, os *types* mais abstratos tendem a não aparecer ou aparecer de forma ainda tímida nos primeiros séculos, e aumentar significativamente nos séculos seguintes.

Algo curioso ocorre, contudo, com o *type mesmo6*, pois, ainda que no século XXI seja o *type* mais frequente no *corpus* investigado, no século anterior, o XX, apresentou uma queda significativa em relação ao século XIX, quebrando a gradatividade do aumento de uso. Quanto a isso, hipotetizamos que, devido à popularização das gramáticas normativas no século XX e, portanto, ao aumento da consideração dos clássicos como referência normativa, possivelmente, pode ter havido uma maior preocupação das mídias com as pressões da normatividade. Também há momentos em que o nacionalismo equivale ao cuidado intenso com a língua nacional e

isso quer dizer, invariavelmente, que falar e escrever devem ser exercícios conscientes de usos normativos.

Conforme já exposto na fundamentação teórica deste trabalho, segundo os postulados teóricos de Hopper (1991), para uma construção ser considerada efetivamente em gramaticalização, precisa responder positivamente aos cinco estágios básicos (embora não necessariamente em todos): *estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização*. Notemos que, evidentemente, há uma *divergência*⁶⁰ entre as ocorrências da construção *o mesmo* apresentadas no quadro 6, pois é clara a coexistência dos nove padrões funcionais (*types*) a partir do século XVI, ou seja, é possível notar uma considerável polissemia relacionada à palavra, o que altera suas funções de acordo com a mudança semântica e, conseqüentemente, sintática entre as construções que compõe.

A *estratificação*, contudo, dificilmente será percebida pela simples análise do quadro, mas a análise funcional de cada *type* já nos deu pistas de que a construção *o mesmo* concorre em funções com outras formas na língua. Isso ocorre devido à comum característica da língua de permitir que expressemos a mesma intenção de diferentes modos. Se observarmos a função anafórico-pronominal direta do *type mesmo*⁶, cujo exemplo está reproduzido abaixo, notaremos que, como falantes da língua, sabemos que há outras maneiras, com outras construções pronominais, de fazermos tal referência. No caso do exemplo (45), o emprego de um simples pronome *ele* resolveria o problema. Então, por que o falante optou por usar o pronome *o mesmo*, uma construção bem mais complexa, do que o pronome *ele*, mais econômico e de mais fácil acesso? Uma explicação estaria na necessidade de formalidade que o falante, em tese, estaria buscando demonstrar ao escrever uma carta do leitor para um jornal.

(45) Sampa, meus parabéns pelo seu artigo. Perfeito, limpo e claro. Aqui em MA, tenho publicado no Jornal dos Sports matérias seguidas sobre esta vergonha consular em todos os sentidos. É incrível, pois temos mais 4 jornais além do JS aqui em MA e todos se dizem defensores da comunidade, mas nenhum ouve o povo quando o assunto é consulado. Pior ainda escrevem matérias positivas sobre o **MESMO**. (BP, séc XXI, *Cartas do Leitor*)

⁶⁰ Entenda-se *divergência* aqui como um estágio de mudança da língua em que um item ou construção coexiste com variadas funções (HOPPER, 1991).

Sua intenção seria a de escrever de forma o mais culta possível, mostrar domínio da gramática da língua, e a opção por uma estrutura mais complexa denota a complexidade da informação ou, no caso, a intenção de que a informação seja complexa, conforme o princípio da marcação, que divide os elementos da língua entre marcados e não marcados, e pode ser apreendido por três critérios. A partir do critério da complexidade estrutural, postula-se que a estrutura marcada é mais complexa; a partir do critério da distribuição de frequência, que a estrutura marcada é menos frequente e a partir do critério da complexidade cognitiva, que a estrutura marcada é cognitivamente mais complexa, exigindo maior esforço mental (CUNHA, COSTA e CEZARIO, 2003:34). Podemos notar que os três critérios aplicam-se à construção *o mesmo*, tornando-a uma construção marcada em relação aos demais referenciadores pronominais.

A coexistência do padrão funcional *mesmo*⁶¹ com outras formas que executam a mesma função que a sua, como é o caso de alguns outros pronomes, demonstra a existência de estratos linguísticos em torno dessa função cuja opção de uso está muitas vezes relacionada a motivações pragmáticas, semânticas e sintáticas. Portanto, o estágio da *estratificação*, de Hopper (1991), se aplica muito bem à referida construção e corrobora intuições para que reflitamos sobre as motivações cognitivas na escolha de determinada construção em vez de outra para transmitir uma intenção de maneira clara, objetiva, eficaz.

Retomando o exemplo (45) e a análise há pouco explicitada, chegamos ao estágio da *especialização*⁶¹, pois similares argumentos nos levam à conclusão de que a construção *o mesmo*, por sua complexidade maior que a de outros pronomes referenciadores, pode estar se especializando para emprego em situações em que maior grau de formalidade seja exigido em um texto escrito, ou seja, quanto mais complexa a informação ou quanto maior a intenção de complicá-la (ou fazer com que soe culta), mais se opta pela construção marcada *o mesmo*.

Vale ressaltar que, embora não seja foco deste trabalho o estudo da modalidade falada da língua, Oliveira (2010; 2011) constatou que, aparentemente, a construção *o mesmo* não ocorre em modalidade falada, exceto em determinados grupos culturais, como da área jurídica e policial. Oliveira (*no prelo*) sugere que as ocorrências da

⁶¹ Não exatamente no sentido de Hopper (1991), mas como uma forma que ganhou a competição entre as demais passa a ser a primeira na lista de escolhas do falante quando ele deseja expressar maior formalidade.

construção complexa *o mesmo* não se aplicam à modalidade falada devido ao mais fácil acesso que temos aos pronomes menos complexos para fazer uma referência. A explicação para o uso de *o mesmo* em tal função por policiais e atuantes da área jurídica estaria na própria reflexão metalinguística (PAULA, CORREA e SPINILLO, 2012) presente em seu discurso, altamente pressionado pela normatividade e, conseqüentemente, pelo que consideram politicamente correto.

O estágio da *persistência* é facilmente observável dentre as ocorrências da construção *o mesmo*. Se voltarmos à incursão feita na história da evolução dessa construção desde o latim clássico, veremos que os traços de identidade e de ênfase persistem ao longo do *continuum* de abstratização, ainda que em algumas ramificações desse *continuum* eles sofram erosão; ora há uma erosão maior no traço semântico de identidade, ora ela ocorre no traço enfático de intensidade, a depender das intenções implicadas em cada função.

Na medida em que as funções se alteram e mudam seu traço persistente, o que é observável até mesmo na posição sintática da palavra *mesmo* nas construções, o estágio da *decatégorização* se mostra, pois ele permite apreender o resultado de deslizamentos entre funções distintas e, conseqüentemente, entre classes gramaticais distintas. Aplicando-o à movimentação das construções estudadas, verifica-se que a *decatégorização* ocorre quando a construção perde propriedades típicas de sua classe tal como pudemos observar na análise dos *types mesmo1*, *mesmo2* e *mesmo3*, por exemplo, gerando um possível *continuum* que originou as funções mais abstratas estudadas em Oliveira (2011), uma construção que na primeira função permite mudança de gênero de acordo com a necessidade (e.g. *ele mesmo/ela mesma*), ao passar às funções seguintes (*mesmo2* e *mesmo3*) engessa sua forma no gênero masculino, perdendo sua funcionalidade se for alvo de alteração (e.g. *João disse que não iria, Maria disse o mesmo./ *João disse que não iria, Maria disse a mesma (o quê?)*)).

A possibilidade de aplicação dos estágios postulados por Hopper (1991) permite-nos concluir que a construção *o mesmo* encontra-se em processo de mudança, mas é o *continuum* traçado com base nas categorias cognitivas de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), o que nos permite concluir que se trata de uma mudança específica: a gramaticalização.

2. CORRELAÇÃO ENTRE OS GRAUS DE REFERENCIAÇÃO E O CONTINUUM DE GRAMATICALIZAÇÃO

Esta seção abre uma discussão em torno da correlação existente entre os graus de referenciação da construção *o mesmo* e o *continuum* de gramaticalização ora analisado. Com base nos dados analisados até aqui à luz das teorias estudadas, verificamos que é possível que haja uma associação cognitiva entre a abstratização da construção e a também abstratização de seu valor referencial, ainda que isso não ocorra em todos os ramos do *continuum* de mudança.

Conforme já abordado no capítulo de fundamentação teórica deste trabalho, para Koch (2001), os referentes não são coisas do mundo real, mas objetos do discurso. Atrelando esse raciocínio aos espaços mentais de Fauconnier (1994), os referentes fazem parte de espaços mentais independentes do ato de fala, cujo conhecimento é compartilhado pelos interlocutores de tal modo que são acessados à medida que se fazem necessários para a intercompreensão. Em consonância com o discurso do autor, Koch (2001) ainda afirma que o ato de referenciação permite aos interlocutores escolherem livremente, dentre muitas oportunidades, aquele referenciador que melhor sane sua necessidade de comunicação.

Isso posto, saíamos brevemente do campo da referenciação e entremos novamente no campo da gramaticalização. Também de acordo com o que ora explanamos, o processo de gramaticalização é um tipo de mudança linguística que prevê que itens/construções lexicais relativos à experiência humana tendem a tornar-se gramaticais, e itens/construções gramaticais tendem a se gramaticalizar ainda mais (TRAUGOTT, 2003 *apud* NOËL, 2007), sendo a frequência de uso desses itens/construções um fator relevante para esse processo de mudança. Dentre os itens/construções gramaticais que, por ventura, possam vir a gramaticalizar-se ainda mais estão os pronomes, classe referenciadora em sua raiz e origem da construção sob foco de estudo neste trabalho.

Considerando as informações até então lembradas nesta seção, podemos entender que (i) a referenciação é um processo que envolve a retomada de um ponto de referência via referenciador livremente escolhido pelos interlocutores para intercompreensão, e (ii) a gramaticalização é um processo que muitas vezes envolve o uso de determinada construção menos gramatical com um significado mais gramatical também, possivelmente, para intercompreensão. Ambas, referenciação e gramaticalização, podem estar correlacionadas quando esse item/construção gramatical em questão tratar-se de um referenciador. A livre escolha pelos interlocutores quanto ao

referenciador a ser utilizado em seu discurso tem a ver com a eficácia desse referenciador para retomar um ponto de referência. Seria possível que as mudanças linguísticas por que passam esses referenciadores não tivessem nenhuma influência sobre essa escolha? Provavelmente, não.

A construção *o mesmo*, em seus diversos padrões funcionais, mostra-se altamente referenciadora desde os dados mais remotos a que tivemos acesso, inclusive no latim. Como pudemos explicar na seção sobre etimologia deste trabalho, com uma origem pronominal demonstrativa, a palavra *mesmo* construiu-se no latim vulgar com a junção de uma partícula enfatizadora, *met*, o demonstrativo sobrevivente à passagem de latim clássico para vulgar para representar tanto a função dêitica quanto a fórica e enfática dentre os demonstrativos, *ipse*, e possivelmente um superlativo sintético, *imus*, que deu à nova construção um quê de qualificador. Assim, **metipsimus* entrou na língua portuguesa carregando em si uma carga enfática (*met*), uma fórica (*ipse*) e uma qualificadora (*imus*), porém, por uma possível erosão semântica, passou a agregar-se novamente a construções, sintagmas nominais, nos quais se agregou a outros pronomes e nomes para exercer função de modificador.

É desse ponto da evolução, então, que as coisas começam a mudar. De acordo com os resultados que obtivemos com as análises sincrônica e diacrônica dos dados, pudemos concluir que a mudança linguística envolvendo a construção *o mesmo* apresenta unidirecionalidade, referendando o posicionamento teórico de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), mas não apresenta unilinearidade, conforme possibilidade abordada por Craig (1991) e replicada em Lima-Hernandes (2009) com outros fenômenos linguísticos. O mais interessante dessa percepção é que, aparentemente, as ramificações do *continuum* de mudança da construção *o mesmo* apresentam, além de graus de gramaticalização em estágios diferentes, graus de referenciação também com diferentes forças e exigência de abstrações também diferente.

2.1. OS GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO DOS PADRÕES DE 'O MESMO'

A análise de dados extraídos do *corpus* constituído para este trabalho, como expusemos anteriormente, nos permitiu identificar nove padrões funcionais para a construção *o mesmo* em modalidade escrita formal da língua portuguesa desde o século XIII até o XXI. É importante salientar que a análise proposta aborda apenas a construção *o mesmo* como um bloco que reflete um pareamento forma-função, deixando

em aberto uma pesquisa mais aprofundada sobre a construção enfatizadora *mesmo*, analisada brevemente em Oliveira (2009; 2010), mas que ainda necessita de maior detalhamento. Sua exclusão deste trabalho deve-se tão somente à brevidade do tempo para a realização de uma pesquisa de mestrado, porém, nos referiremos por várias vezes nesta seção ao comportamento desse enfatizador observado em Oliveira (2009; 2010) em relação ao seu antecessor referenciador *o mesmo*, aqui largamente analisado, a fim de exemplificar suposições sobre diferenças de valores referenciais.

Observemos novamente o esquema 1, que ilustra o *continuum* de mudança construído para representar os padrões funcionais do referenciador *o mesmo* e suas ramificações:

Notemos que, desde a entrada na língua portuguesa, como já exposto anteriormente, a construção *o mesmo* já apresentava diferentes configurações, ora em posição pré-nominal, ora em posição pós-nominal, conforme a necessidade comunicativa e intenção dos interlocutores (expressar equidade entre objetos do discurso ou intensificar sua identidade). Portanto, ao ingressar na língua já com funções diversas, era de se esperar que cada uma das funções originasse uma rota diferente de mudança, conservando seus traços originais herdados (conforme princípio da persistência, proposto por HOPPER, 1991), mas adequando sua função às necessidades do uso e agregando novos valores semânticos, mais abstratos, para dar conta dos novos significados. Então, na medida em que há intensificação do uso, como pode ser observado no quadro 6, há também um constante surgimento de novos padrões funcionais, mais abstratos, havendo, inclusive, uma tendência ramificadora no

surgimento de funções mais gramaticais, o que demonstra uma grande produtividade nos usos da construção e impacto na frequência *token*.

Os ramos do primeiro *continuum* não podem ser verificados neste trabalho devido a seu foco na construção *o mesmo*, contudo, se fôssemos mais adiante e analisássemos o surgimento do enfatizador *mesmo* em construções do tipo advérbio + *mesmo* (e.g. *agora mesmo*, *aqui mesmo*, *assim mesmo* etc.), por exemplo, notaríamos que esse seria um novo ramo que provavelmente se derivaria de *mesmo*², em que haveria uma provável substituição do modificador demonstrativo por um marcador circunstancial. Quanto à abstratização desse *continuum* de mudança da construção *o mesmo*, notamos que seu início se dá em uma configuração em que a construção *mesmo* age como modificadora de um nome retomado por um pronome (e.g. *ela mesma*) ou repetido mais adiante no discurso (e.g. *A mulher... a mulher mesma*), intensificando sua identidade com o referente. Essa característica se dá principalmente por sua colocação sintática pós-nominal. Em seguida, um pronome demonstrativo neutro substitui o pronome pessoal, numa clara abstratização *pessoa* > *processo* (HEINE *et alii*, 1991), em que uma grande quantidade de informação envolvendo processos é sintetizada no próprio pronome. Posteriormente, o pronome demonstrativo neutro dá lugar ao demonstrativo *o*, formando, assim, a construção *o mesmo* propriamente dita, completamente integrada e interdependente, impossível de ser desconstruída sob pena de perder sua função, que é também a de encapsular uma grande quantidade de informação, substituindo não a expressão inteira *isso mesmo* e variáveis, mas o pronome *isso*, pois, aqui, *mesmo* deixa de ser apenas um intensificador e passa a integrar mais fortemente a construção fórica, preenchendo-se novamente de seu antigo valor pronominal latino.

Por outro lado, os ramos do segundo *continuum* são perfeitamente observáveis e demonstram uma tendência curiosa. A primeira ramificação – *mesmo*⁴ > *mesmo*⁵ > *mesmo*⁶ – apresenta uma abstratização no sentido *nome* > *pronome*, conforme já discutido. Enquanto, em *mesmo*⁴, temos um SN encabeçado por um determinante demonstrativo, apontando o referente no discurso, em *mesmo*⁵ o determinante demonstrativo dá lugar a um determinante definido no SN, que não aponta, mas sinaliza um conhecimento previamente compartilhado entre interlocutores a respeito do nome núcleo desse sintagma, que está modificado pela construção *mesmo*, cuja função, devido a sua colocação sintática pré-nominal, é a de reforçar a equivalência de identidades. Já em *mesmo*⁶, o SN dá lugar a um pronome, *o mesmo*, que, se desconstruído, assim como

mesmo3, perderia sua função. A retomada já não é mais efetuada por um demonstrativo acompanhado de um nome modificado, nem por um sintagma nominal definido que pressupõe conhecimento compartilhado, mas por um pronome propriamente dito, sem acompanhamento algum, que, em sua função própria de substituir um nome, não encontra motivos para repeti-lo.

Os terceiro e quarto ramos do *continuum* – *mesmo4* > *mesmo5* > *mesmo7* > *mesmo8* e *mesmo4* > *mesmo5* > *mesmo7* > *mesmo9* – apresentam uma abstratização bem mais perceptível se levarmos em conta seu referente. Em ambos, podemos notar uma contínua abstratização do próprio referente, que começa mais concreto em *mesmo4*, com um apontamento do referente no texto representado pelo demonstrativo, passando a *mesmo5* com a definição e, portanto, marcação da univocidade do referente, chegando a *mesmo7*, quando esse referente passa a se tornar mais abstrato, difícil de ser identificado no texto se não levada em conta a circunstância envolvida. A partir daí, a abstração do referente torna-se mais evidente quando em *mesmo8* e *mesmo9*, ramos de *mesmo7*, ele se torna memorial, dependendo do conhecimento de mundo e experiência dos interlocutores para ser compreendido, pois a ancoragem no texto fora perdida. Gramaticalmente, essa abstratização acaba por ser marcada via agregação de conectivos à construção, a fim de que a maior quantidade de material sintático dê conta da maior complexidade envolvida na recuperação da informação a ser transmitida.

Assim, observando o *continuum* de padrões funcionais de *o mesmo*, que chegou a alcançar o maior grau de gramaticalização, é possível notar que as suposições de que a gramaticalização do referenciador *o mesmo* influencia e sofre influências de seu valor referencial podem ser pertinentes.

2.2. OS GRAUS DE REFERENCIAÇÃO DE 'O MESMO'

A construção *o mesmo* é, sem dúvida, um referenciador eficaz. Essa afirmação baseia-se na grande frequência de uso de alguns de seus padrões funcionais, ainda que pelo menos um deles seja atualmente rechaçado pela norma culta padrão da língua. Ademais, conforme tratado na seção anterior, sabemos que esse referenciador está em processo de gramaticalização e que, em pelo menos uma das ramificações de seu *continuum* de mudança, o processo de gramaticalização está diretamente relacionado a seu valor referencial. Essa afirmação se dá com base na constatação de que, nos ramos *mesmo4* > *mesmo5* > *mesmo7* > *mesmo8* e *mesmo9*, notamos que à medida que a

construção *o mesmo* se abstratiza, seu ponto de referência também se torna cada vez mais abstrato, embora não seja possível dizer que a construção perca valor referencial. Aqui, o que observamos é que a construção *mesmo* mantém-se desde o mais tenro momento de uso, em *mesmo4*, até os padrões mais abstratos – *mesmo8* e *mesmo9* – com função de modificador em um sintagma nominal inteiro que atua como referenciador. Ou seja, embora seja notável o constante aumento da necessidade da presença da construção *mesmo* na construção referenciadora inteira, a palavra não se mostra tão essencial quanto o é nos padrões *mesmo3* e *mesmo6*, presentes em outros ramos do *continuum*.

Observemos, agora, o valor referencial dos padrões mais gramaticais dos dois primeiros ramos do *continuum* – *o mesmo* encapsulador, que sintetiza em si uma grande quantidade de informação a ser retomada (e.g. *João disse que não iria, Maria fez o mesmo*), e *o mesmo* correferencial, que retoma diretamente um referente específico (e.g. *Maria foi à casa de João, mas o mesmo não se encontrava*) – e o percurso que possivelmente realizaram até chegarem ao significado atual. O primeiro ramo, *mesmo1* > *mesmo2* > *mesmo3*, apresenta também uma grande abstratização de seu referente à medida que se gramaticaliza. Enquanto em *mesmo1* o referente é basicamente humano, palpável, a partir de *mesmo2* ele passa a uma função mais abstrata, muitas vezes uma ação, que é sintetizada no demonstrativo anafórico neutro e intensificada pelo modificador *mesmo*. Em *mesmo3*, o referente mantém-se na mesma abstratização e continua sendo encapsulado pela construção referenciadora, que agora se trata de *o mesmo*, substituta do demonstrativo neutro. É possível, então, notar que a tendência de uma construção referenciadora que se gramaticaliza não é mudar seu valor referenciador, mas referir-se a espaços mentais cada vez mais abstratos.

Entretanto, o ramo *mesmo4* > *mesmo5* > *mesmo6* do *continuum* nos deixa uma questão interessante a ser discutida e analisada nesse aspecto. Conforme discutido anteriormente, a construção referenciadora que, em *mesmo4* e *mesmo5*, era um sintagma cujo núcleo era um nome e cujo gatilho referenciador era, em *mesmo4*, um demonstrativo e, em *mesmo5*, um pronome definido, em *mesmo6* surge como uma construção referenciadora inteiriça com função pronominal, na qual a construção *mesmo* deixa de ser apenas um modificador e torna-se completamente integrado à construção referenciadora.

No caso do processo de referência desse ramo especificamente, a análise dos dados não mostra uma abstratização do referente, mas justamente o contrário. As

ocorrências de *mesmo4* e *mesmo5*, principalmente nos séculos mais remotos, demonstram que a ancoragem realizada pela retomada do nome via repetição ou substituição por um sinônimo, ou seja, a manutenção da ordem sintática permitia que *mesmo4* e *mesmo5* retomassem pontos de referência muito distantes no texto, presentes em espaços mentais difíceis de retomar.

Por outro lado, a desconstrução da identidade estrutural e semântica realizada por *mesmo6* pede que o ponto de referência seja mais claro e esteja mais próximo para evitar ambiguidades e confusões a respeito do referente correto. A esse respeito, hipotetizamos que, inicialmente, nas primeiras ocorrências desse pronome, o nome do sintagma provavelmente em alguns casos sofria elisão devido à obviedade do referente, que por acaso estaria próximo no discurso e, portanto, bastante acessível à memória dos interlocutores. Contudo, com o tempo e com a propagação do uso do pronome em lugar do sintagma nominal, a força referenciadora pode ter aumentado ao invés de diminuir, como ocorre nos outros casos estudados neste trabalho, então a mudança no uso do referenciador pode ter influenciado na localização mais acessível, portanto mais concreta, do ponto de referência. O uso dessa construção para retomar referentes presentes em espaços mentais muito deslocados, portanto, pode não se mostrar tão eficaz justamente devido à perda da identidade estrutural, o que muitas vezes pode resultar em uma referenciação ambígua. Talvez isso explique a grande dificuldade que nós, professores, temos em aceitar o uso de *o mesmo* como referenciador pronominal.

2.3. UMA HIPÓTESE

A análise dos dados e o confronto dos graus de gramaticalização com os graus de referenciação da construção *o mesmo* demonstram que há influência entre os dois processos e, mais especificamente, que a gramaticalização do referenciador *o mesmo* influencia em seu ponto de referência, que se torna mais abstratizado à medida que a construção também se abstratiza. Contudo, os dados também demonstram que o comportamento de um padrão específico da construção em estudo, *mesmo6*, demonstra uma evolução diferente e até mesmo reversa à esperada. A hipótese que podemos levantar a esse respeito gira em torno da influência recíproca que mudança gramatical e referenciação podem ter entre si, já que a transformação do SN em pronome pode ter ocorrido por aleatórias aproximações do ponto de referência em determinados contextos, tornando-se forçada na exata proporção em que, como pronome, consolida-se

como referenciador eficaz em contextos formais, o que demonstra uma possível especialização.

Falar sobre perda ou enfraquecimento do valor referencial torna-se um pouco arriscado em se tratando da construção *o mesmo*, posto que, em sua origem, tem como função equivaler ou intensificar identidade com um ponto de referência. Para tratar de um real enfraquecimento semântico de valor referencial, seria necessário que recorrêssemos ao trabalho de Oliveira (2009; 2010) e a um detalhamento mais aprofundado dos estudos dos padrões mais gramaticais da construção *mesmo*, privada da companhia de *o*, real portador da carga fórica do antigo *is* clássico. Isolada, a construção *mesmo* dá prioridade a seu traço enfático, deixando em segundo plano, embora não a elimine por completo, sua função referenciadora, marcadora de identidade. Então, podemos concluir que a suposição levantada no início deste capítulo de que, na medida em que se gramaticaliza, a construção *o mesmo* perde valor referencial somente pode ser confirmada se levada em conta sua evolução pós-desconstrução. Essa discussão, porém, merece, em um trabalho futuro, um aprofundamento digno de sua riqueza para os estudos da gramaticalização de referenciadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que propomos percorrer inicialmente nem sempre tem como destino final aquele que planejamos. Quando iniciamos as pesquisas de iniciação científica em 2008, momento em que a imaturidade analítica típica desta fase não nos permitia notar a complexidade presente em uma única palavra da língua, imaginávamos ser possível analisar todas as configurações funcionais da construção *mesmo* existentes em um *corpus* diacrônico, porque, aparentemente, o foi na curta diacronia século XX – século XXI. Ao final daquela pesquisa, após a realização de muitas leituras e participação de diversos cursos de pós-graduação e congressos científicos voltados para o tema da mudança linguística e cognição, com a colaboração de colegas mais experientes, pudemos notar o quão infinito seria este trabalho. Por isso, entendemos que aquele projeto ambicioso de mestrado, ora produzido com base nos resultados da iniciação científica, precisaria ser recortado, moldado, a fim de que um estudo mais direcionado fosse feito. O direcionamento do foco da pesquisa para a construção referenciadora *o mesmo* nos proporcionou uma viagem única pelas teorias cognitivistas das diversas áreas do conhecimento, associando-as às teorias linguísticas da gramaticalização e da referenciação. Com isso, os resultados obtidos com esta pesquisa apresentaram-se como um aprofundamento daquele trabalho que se iniciou tão tímida e superficialmente na iniciação científica, num legítimo processo de crescimento e aprendizagem.

Nosso propósito com este trabalho foi analisar o comportamento funcional da construção *o mesmo* e compreender as motivações cognitivas para esses usos, principalmente o uso específico de *o mesmo* como demonstrativo, devido a sua condição de alvo de rechaço pela norma culta padrão. Especificamente, interessava-nos verificar se essa construção de fato apresentava-se em processo de gramaticalização e, por ser um referenciador, saber quando, ao longo de sua história, os graus de referencialidade de suas diferentes funções foram se tornando cada vez mais difusos.

Iniciamos esta dissertação apresentando os aspectos teóricos que fundamentariam toda a pesquisa. Retornamos à filogenia da classe dos primatas para entender que processos cognitivos podem ter levado o homem a ser tão diferente de seus parentes mais próximos, os demais grandes primatas. Após uma longa discussão sobre atenção conjunta (TOMASELLO, 1999) e teoria da mente (CALL E TOMASELLO, 2008), fomos levados à conclusão de que a base da diferença cognitiva entre os seres humanos

e os demais primatas pode estar no compartilhamento de intencionalidade atrelado à característica unicamente humana de colaborar mutuamente com seus coespecíficos. Na linguagem, a intersubjetividade e esse desejo de colaboração fazem com que as pessoas queiram compartilhar intenções; como desejam ser compreendidas e compreender o que lhes é dito, as pessoas se esforçam para isso, colaborativamente. Para tanto, fazem uso da recursividade, ou seja, da experiência que já têm de suas experiências com o outro e suas experiências de mundo.

As características unicamente humanas que nos fazem seres sociais colaborativos nos diferenciam dos demais primatas e, possivelmente, influenciam no modo como utilizamos a linguagem verbal, pois ela está sujeita às pressões do uso, e o uso está sujeito à transmissão de intenções, à intersubjetividade, que pode corromper a formação canônica esperada, gerando usos inovadores ou formatações inovadoras. Esse processo pode ser o motivador da mudança.

No entanto, compreender que a língua está submetida às pressões da interação humana não era suficiente para associar a isso a gramaticalização, ou seja, a mudança linguística específica que prevê que determinados itens/ construções da língua com características concretas, posto que são altamente relativos ao ser humano, ao “eu”, tendem a se tornar abstratos e entrar para a gramática. Para compreender como esse processo pode ocorrer, precisamos voltar o olhar para a ontogenia humana. Com Tomasello, principalmente, aprendemos que a criança humana começa a apreender o mundo a partir de si e aos poucos vai estendendo sua compreensão para seus brinquedos, o que faz com eles, o lugar onde brinca, depois para algo mais abstrato, como o tempo e as relações adversativas, conclusivas, consecutivas, condicionais etc. presentes no discurso dos adultos (LIMA-HERNANDES, 2010). Replicamos, então, esse comportamento no uso linguístico. Mesmo após crescermos, não deixamos de compreender o mundo partindo do concreto para o abstrato, pois essa é uma resposta cognitiva. Valer-se de formas que antes expressavam funções concretas ou menos gramaticais para codificar funções gramaticais ou mais gramaticais via metáfora, metonímia ou reanálise, portanto, parece ser perfeitamente coerente com a cognição humana. Contudo, para isso, é necessário que essa forma concreta ou menos gramatical seja um universal linguístico, como postula Bybee (2003), algo altamente relacionado à experiência humana, ao seu corpo, a suas ações, a sua posição no espaço. Essa discussão teórica compôs o capítulo I deste trabalho, que serviu de base para toda a análise que se seguiu.

Após “amarrar” o raciocínio teórico proposto, tornou-se consequente o desenrolar da pesquisa a partir do capítulo II, cujo objeto de estudo era a construção *o mesmo*, construção que tem pronomes demonstrativos em sua origem latina e que, portanto, encaixa-se na condição de universal linguístico, posto que pronomes dêíticos e fóricos existam em qualquer língua natural e são intrinsecamente relacionados à experiência humana.

No capítulo II, apresentamos a metodologia que direcionaria a análise dos dados, basicamente pautada nos postulados de Hopper (1991), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Heine e Kuteva (2002) e Bybee (2007), que, juntas, colaboraram com a identificação dos estágios de gramaticalização da construção em estudo e puderam conduzir o raciocínio analítico de seu comportamento pelas categorias cognitivas de abstratização em paralelo à teoria dos universais linguísticos. Ademais, correlacionamos a TG à GC pautados nos postulados de Traugott (2008), o que corroborou um tratamento mais assertivo e confiante de *o mesmo* como construção em processo de gramaticalização. Expusemos, também, os critérios que nos levaram à escolha do *corpus* diacrônico levantado a partir do século XIII até o século XXI, totalmente pautado em modalidade escrita formal devido às particularidades da construção *o mesmo* em função pronominal.

No capítulo III, fizemos um levantamento das ocorrências da construção *o mesmo* presentes no *corpus* apresentado, e em seguida as analisamos, classificando-as em padrões funcionais e contabilizando suas frequências *type* e *token*. No início da dissertação, havíamos feito as seguintes indagações a respeito da construção *o mesmo* com base no que já sabíamos sobre ela devido às pesquisas que previamente realizamos, desde 2008:

(i) haveria diferença de frequência e produtividade dos graus de referencialidade da construção *o mesmo* motivada por épocas distintas?

(ii) que processos cognitivos relacionariam uma possível configuração unidirecional de mudança ao valor referencial da construção *o mesmo* em suas variadas funções? Haveria um *continuum* de referencialidade diretamente relacionado ao *continuum* de abstratização?

(iii) como se explicaria cognitivamente o reincidente uso de *o mesmo* mais referencial, com valor anafórico pronominal, na língua escrita, ainda que seja formalmente rechaçado por muitos estudiosos de norma culta e que existam muitos outros referenciadores disponíveis na língua?

Sobre essas questões, levantamos algumas hipóteses, que, ao longo da pesquisa, foram confirmadas, ainda que, em alguns casos, apenas parcialmente. Nesse momento de considerações finais, podemos ratificar com maior convicção algumas delas, e retificar outras em partes. Os dados analisados nos permitiram concluir, a respeito das perguntas ora realizadas, que:

(i) a construção *o mesmo*, cuja função é anafórica pronominal, ocorre, principalmente, em modalidade escrita formal, como foi identificado em Oliveira (2011).

Entretanto, no início desta dissertação também propusemos um senão em forma de pergunta: por que a construção *o mesmo* não é buscada automaticamente para a função pronominal durante um ato de fala, como foi constatado no trabalho de iniciação científica de 2011, apenas durante a construção de texto escrito? Com base na discussão teórica anteriormente realizada e na análise que realizamos dos dados, não é possível fazer afirmações indubitáveis a esse respeito, posto que não fazia parte do nosso *corpus* qualquer material de modalidade falada. Podemos inferir, no entanto, pela observação do comportamento icônico e marcado da construção *o mesmo* em função pronominal (*mesmo*), que, aparentemente, sua escolha em modalidade escrita formal tem a ver com sua complexidade em relação aos demais pronomes com que concorre (e.g. *ele*), o que é mais coerente para codificar informações mais complexas ou que o falante deseja que pareçam mais complexas para, assim, se parecerem também mais cultas e formais.

A língua falada, por outro lado, nos parece algo que não busca complexidade, principalmente em linguagem informal, mas acessibilidade, a não ser que esteja havendo uma reflexão metalinguística (no sentido de PAULA, CORREA e SPINILLO, 2012) nesse momento de formulação do enunciado falado, como, muitas vezes, é o caso de um policial que dá uma entrevista à imprensa sobre a apreensão de um criminoso, por exemplo. Em modalidade escrita, os princípios da marcação e da iconicidade parecem colocar a nu uma força cognitiva relevante sobre a construção *o mesmo* pela presença da reflexão explícita sobre a linguagem nessa modalidade. Uma explicação para isso,

usando o paradoxo da atenção e automatismo de Givón (2005), seria que, por ainda ser buscada conscientemente pelos falantes da língua para fazer uma referência pronominal direta, a construção *o mesmo* apresenta características de desestabilizador do sistema e, num discurso sem reflexão, é compreensível que não apareça. Essa condição de desestabilizador, possivelmente, pode ser uma explicação para o rechaço tão veemente de gramáticos e lexicógrafos a respeito de seu emprego, o que, considerando todo o levantamento etimológico e análise do comportamento diacrônico da referida construção ao longo deste trabalho, mostra-se infundado, pois seu uso é perfeitamente consonante com o que sabemos do funcionamento da cognição humana.

(ii) sim, há uma relação entre o *continuum* de mudança linguística e o *continuum* de referencialidade, o que pode ser comprovado pela análise detalhada realizada no capítulo III. Segundo os resultados obtidos, a tendência do valor referencial da construção *o mesmo* ao longo de seu *continuum* de gramaticalização é tornar-se também cada vez mais abstrato, principalmente considerando-se do ponto de referência, que tende a depender cada vez mais de espaços mentais notoriamente mais distantes, ou seja, menos acessíveis pelos interlocutores e que, conseqüentemente, demandam maior esforço cognitivo.

No entanto, notamos também que essa relação entre gramaticalização e referencialidade não necessariamente ocorre na mesma direção em todos os ramos do *continuum* de gramaticalização, provavelmente por estar sujeita a um funcionamento cognitivo moldado pela reflexão linguística. Observamos, no decorrer da análise, que o princípio da unidirecionalidade (Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991) se sustenta, porém ele não pressupõe unilinearidade do *continuum* (Lima-Hernandes, 2009), em tese devido à origem de múltiplas funções do fórico-enfático *metipse*, que, de acordo com os resultados obtidos na pesquisa etimológica, parece já ter entrado na língua portuguesa via construções com funções diversas, fixadas sintaticamente nas línguas romances em posição pré ou pós-nominal para marcar suas funções, já que as declinações latinas haviam sido perdidas.

A análise das ramificações do *continuum* de gramaticalização possibilitou que notássemos que a construção *o mesmo* em função pronominal destoa em relação à evolução natural dos demais significados e funções presentes em outras ramificações, pois, nela, o valor referencial da construção aumenta ao invés de diminuir. O que antes retomava referentes mais distantes mentalmente, possivelmente devido à manutenção da

identidade sintática entre referente e referenciador, passa, em *mesmo*₆, a retomar com eficácia apenas referentes mais próximos, provavelmente pela perda de identidade sintática ocorrida com a evolução SN > pronome. Isso fez com que o ponto de referência precisasse estar mais próximo para que a referenciação se tornasse eficaz.

(iii) a normatividade a que os falantes estão sujeitos, referência para a norma culta, parece estar forçando um conceito de erro a esse uso, que é perfeitamente reconhecido cognitivamente como uso comum. Assim, retornamos ao que foi discutido na questão (i) a respeito da reflexão metalinguística e da busca pela formalidade inconscientemente através da marcação e iconicidade. A construção *o mesmo*, na função pronominal *mesmo*₆, parece ser uma forma desestabilizadora do sistema, há muito tentando compor a gramática, mas insistentemente rechaçada pela normatividade. Um exemplo disso é que essa construção é usada de forma sempre consciente e após reflexão. Há uma opção pela construção mais complexa para codificar informações também mais complexas, mais formais, que buscam maior respeito e atenção. Ao contrário do que podem pensar alguns normativistas, não é que a construção não seja um pronome eficaz, tudo depende da coesão textual, do quanto ela está distante de seu referente no discurso. Mas que pronome não está sujeito à falta de coesão quando muito distante de seu referente? O mau uso de qualquer outro referenciador pode causar problemas de compreensão do texto. A questão do rechaço pode nada ter a ver com o valor referencial, mas com uma impressão estranha de personificação da construção *o mesmo*, como se o artigo que a acompanha a transformasse em “algo” ou “alguém”. Se considerarmos a função *mesmo*₃, cuja aparência estrutural remete à da função *mesmo*₆, essa impressão pode estar relacionada à associação dessas duas funções. Entretanto, notemos que ambas compõem ramificações distintas no *continuum* evolutivo, pois, aparentemente, vêm também de significados diferentes da construção *metipse*, sendo *mesmo*₃ associada à evolução do significado de *ipse* (intensificador de identidade) e *mesmo*₆ associada à evolução do significado de *idem* (igualador de identidades). É possível, portanto, que alguns falantes ainda não lidem bem com o uso pronominal da construção *o mesmo* devido a sua ainda presente falta de automatismo. Pode ser que, um dia, quando arraigada, passe despercebida e, quem sabe, torne-se ela mesma uma atratora de novas funções.

O resultado da discussão estabelecida ao longo deste trabalho possibilitou que atestássemos o diálogo existente entre as abordagens cognitivistas de diversas áreas do

conhecimento, como a Biologia, a Psicologia, a Filosofia, e a Linguística, confirmando nossas hipóteses iniciais de que um olhar sobre filogenia primata e a ontogenia humana nos ajudaria a, ao menos, tentar entender o comportamento linguístico humano em parte de sua complexidade, motivada por pressões do uso e das intencionalidades. A análise demonstrou, sobretudo, que o estudo da gramaticalização como processo pode ser produtivo e favorecer resultados relevantes, em especial em sua associação com a gramática de construções e com o processamento cognitivo da referencialização. No entanto, a cada resultado alcançado, novas perguntas se formam, novas possibilidades se abrem. Tentamos, aqui, esgotar a análise do comportamento referencial da construção *o mesmo*, embora saibamos que essa tarefa é sempre inconclusa, especialmente devido à vitalidade e dinâmica intersubjetiva da referencialização nas línguas em geral. Ainda permanece em aberto um estudo mais aprofundado da construção *mesmo* que se agrega a conectores circunstanciais e concessivos, cujo valor enfático é evidenciado na medida em que a construção se abstratiza. Certamente, uma futura pesquisa nesse âmbito só terá a acrescentar a este trabalho.

Esperamos que toda a discussão aqui estabelecida constitua-se contribuição relevante e subsidiária de futuras pesquisas sobre o tema da referencialização e de suas raízes históricas, pois o estudo desse tipo de construção altamente abstratizada (porque altamente gramatical) segue sua dinâmica do uso para atender às demandas subjetivas e intersubjetivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 20. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1967.

_____. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 27. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1978.

ANDRADE, Antônio. Demonstrativos e [Ana] fóricos em Latim. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 1, 155-171, 1999. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/6124746/Demonstrativos-e-anaforicos-em-Latim>.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta S.A., 1958.

BARBOSA, Afranio G. & LOPES, Célia Regina dos S. *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2006. 299 p. ISBN: 85-87043-49-8. Projeto História do Português Brasileiro.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 16ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 20ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. *Lições de português pela análise sintática*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

BLUTEAU, Raphael. [1712-1728] *Vocabulário português e latino*. Vol 5 K-N. New York: Georg Olms Verlag, 2002.

BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. *Gramática descriptiva de la lengua española*. Volume I: Sintaxis básica de las clases de palabras. Real Academia Española, Colección Nebrija y Bello. Madrid: Espasa, 1999.

BRAGA, Maria Luiz; PAIVA, Maria da Conceição. Perspectivas sincrônica e diacrônica na abordagem teórico-metodológica. Paper apresentado no 1º Simpósio do Grupo de Pesquisa Discurso & Gramática. Niterói: UFF, setembro/2012 (inédito).

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; MOTA, Maria Antônia Ramos Coelho da (coord.). Projeto VARPORT – Análise contrastiva de variedades do português. CAPES / ICCTI nº 63/00. Retirado de (<http://www.letas.ufrj.br/varport/>).

BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1944.

_____. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1963.

_____. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 6ª Ed. São Paulo: FENAME, 1969.

BYBEE, J.; PERKINS, R. D.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago University Press, 1994.

_____. Cognitive process in grammaticalization. In: TOMASELLO, Michael (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. Vol II. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2003.

_____. *Frequency of use and the organization of language*. Oxford University Press, 2007.

_____. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CALL, J.; TOMASELLO, M. Does the chimpanzee have a theory of mind? 30 years later. *Trends in Cognitive Sciences* 12, 5, 2008.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Gramática do português falado*. Vol III: As abordagens. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens*. Volume único, ensino médio. São Paulo: Atual, 2009.

CLARK, Herbert H. O uso da linguagem. AZEVEDO, Nelson de O.; GARCEZ, Pedro M. (Trad.). *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, 9, Jan-mar 2000.

COROMINAS, Joan. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. ME-RE. PASCUAL, José A.(col.). Madrid: Editorial Gredos, 1954, reimpresso em 1993.

COSTA, Renata Ferreira. *Edição semidiplomática de Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos os seus Memoráveis Sucessos desde o anno de 1531 até o presente de 1796, de Manuel Cardoso de Abreu*. Corpus Projeto História do Português Paulista, vinculado ao Projeto História do Português Brasileiro.

CRAIG, C. Ways to Go in Rama: a Case Study in Poligrammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

CROFT, William. Toward a social cognitive linguistics. In: EVANS, Vyvyan; POURCEL, Stéphanie (Eds). *New Directions in Cognitive Linguistics*, 2009.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Belo Horizonte: Bernardo Alvares AS, 1972a.

_____. *Gramática da língua portuguesa*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fename, 1972b.

_____. *Gramática moderna*. 2. ed. Belo Horizonte: Bernardo Alvares, 1970.

_____. *Gramática do português contemporâneo*. 7ª ed. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares, AS, 1978.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5ª Ed. De acordo com a nova ortografia. São Paulo: Lexikon, 2008.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; COSTA, Antonio Marcos; CEZARIO, Maria Maura. *Pressupostos teóricos fundamentais*. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Linguística funcional – teoria e prática*. FAPERJ. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Linguística funcional – teoria e prática*. FAPERJ. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

DEFENDI, Cristina Lopomo. *A reduplicação no português culto falado em São Paulo: possível gramaticalização?*. Tese de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

DEL NERO, Henrique S. *O Sítio da Mente - Pensamento, Emoção e Vontade no Cérebro Humano*. São Paulo: Ed. Collegium Cognitio, 1997.

DE WAAL, Frans B. M., FERRARI, Pier F. Towards a bottom-up perspective on animal and human cognition. *Trends in Cognitive Sciences*. 14, 5, 201-207, maio de 2010.

DIAS, Augusto Epiphany da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Ed. A. M. Teixeira & C.ª (filhos), 1970.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Acessado em 13 de junho de 2010, retirado de <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?palavra=mesmo>.

DIEWALD, Gabriele. Context Types in grammaticalization as constructions. *Constructions*, XVI – 9/2006.

DUBOIS, Jean *et alii*. (Orgs).. *Dicionário de Linguística*. Trad. Frederico Pessoa Barros. Gesúina Domenica Ferreti. John Robert Schmitz. Leonor Scliar Cabral. Maria Elizabeth Leuba Salum. Valter Khedi. São Paulo: Cultrix, 2004.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FERNANDES, Nathália Reis. *Edição de Processos Crises dos Séculos XVIII, XIX e XX*. Supervisão de Marcelo Módolo. Corpus Projeto História do Português Paulista, vinculado ao Projeto História do Português Brasileiro.

FERREIRA, Antônio Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Porto: Porto Editora, 1976.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio século XXI. Dicionário da língua portuguesa*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GIVÓN, Talmy. *Context as other minds: the pragmatics of sociality, cognition and communication*. John Benjamins Publishing Company, 2005.

GOLDBERG, A. E. Constructions: a new theoretical approach to language. *Trends on Cognitive Sciences*, 7, 5, 219-224, 2003.

GONÇALVES, José Roberto de Castro. A evolução dos pronomes demonstrativos do latim ao português. *História da Língua Portuguesa. Cadernos da Pós-Graduação em Língua Portuguesa*, n. 01. José Pereira da Silva (org.), Rio de Janeiro: UERJ. 2001. Extraído de http://www.filologia.org.br/monografias/historia_da_lingua_portuguesa.html#_evolu.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina; CARVALHO, Cristina dos Santos. Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. (org). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GRANDGENT, C. H. *Introducción al latín vulgar*. 4ª Edición. Madrid: Instituto Miguel de Cervantes. Publicaciones de la Revista de Filología Española. 1970.

HAIMAN, John. Iconic and economic motivation. *Language*, 59, 4, 1983.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: A Conceptual Framework*, Chicago / London: University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd e KUTEVA, Tania. *World lexicon of grammaticalization*. New York: Cambridge University Press, 2002.

HOPPER, Paul. On Some Principles of Grammaticalization. In TRAUGOTT, Elizabeth C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 17-36, 1991.

_____. Emergent Grammar. In TOMASELLO, Michael (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. Vol I. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1998.

HOUAISS, Antônio, e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo (org). *Gramática do português falado*. Vol II: Níveis de análise linguística. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

Jornal Brazilian Press. *Cartas de leitores*. 2009 e 2010. Retirado de <http://www.brazilianpress.com/cartas.htm>

KAMINSKI, J.; CALL, J., TOMASELLO, M. Chimpanzees know what others know, but not what they believe. *Cognition* 109, 224–234, 2008.

KOCH, Ingedore G. Villaça. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cad.Est.Ling.*, Campinas, 41, 75-89, Jul./Dez. 2001.

LANGACKER, Ronald W. Syntactic Reanalysis. In: Li, C.N. (Ed.), *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press, 1977.

_____. A dynamic usage-based model. In: *Grammar and Conceptualization*, 2000.

LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization*. 2nd edition. Erfurt: Seminars für Sprachwissenschaft der Universität Erfurt, 2002 [1982].

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. A Interface Sociolingüística/Gramaticalização: estratificação de usos de *tipo*, *feito*, *igual* e *como* sincronia e diacronia. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. O princípio da iconicidade e sua atuação no português do Brasil. *Revista Filologia e Lingüística portuguesa*, v.8, pp. 83-96. ISSN 1517-4530, 2006.

_____. *Two Principles, One Path: Relationships between Unidirectionality and Iconicity in Linguistic Processing*. In: CASTILHO, Ataliba T. (org.) *História do Português Paulista*. Volume 1. Campinas: Editora da Unicamp. Traduzido em 2007.

_____. Esquecimento histórico e mudança lingüística: um risco de vida no português brasileiro. In: LIMA-HERNANDES, M.C.; MARÇALO, M.J.; MICHELETTI, G.; ROSSI, V.L.. (Org.). *A Língua Portuguesa no Mundo - I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008, 1, 2008

_____. Estudos sobre gramaticalização objetos, métodos e problemas. In: Mariângela Rios de Oliveira & Ivo da Costa do Rosário. (Org.). *Pesquisa em Linguística Funcional: convergências e divergências*. 1 ed. Niterói: Leo Christiano Editorial, 1, 21-33, 2009.

_____. *Processos sociocognitivos da mudança gramatical: estruturas x-que do português*. Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *Indivíduo, sociedade e língua: Cara, tipo assim, fala sério!* São Paulo: Edusp, 2012.

MAIA, João Domingues. *Português Maia*. 7.^a ed. Série Novo Ensino Médio. Vol. único. São Paulo: Ática, 2009.

MARCUSCHI, Luis Antônio. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Cad.Est.Ling.*, Campinas, 48, 1, 7-22, 2006.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Categorias cognitivas e unidirecionalidade. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia. (org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. 1^a Ed. São Paulo: Paulistana, 2010.

_____. Gramaticalização, discursividade e determinações cognitivo-perceptuais. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia. (org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. 1^a Ed. São Paulo: Paulistana, 2010.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia; GONÇALVES, Fabiana; MENDONÇA, Fernando Ulisses; DIAS FILHO, Julio César Camillo. *Corpus Diacrônico do Português*. Retirado de (<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>), acessado em 2012.

MATURANA, H. Biologia do conhecer e epistemologia. In MAGRO, C. e PAREDES, V. (org.) *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MAURER JUNIOR, Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MARQUES, Alexandra de Souza. *Editoriais de jornais do século XIX editados*. Corpus Projeto História do Português Paulista, vinculado ao Projeto História do Português Brasileiro.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NOËL, Dirk. Diachronic construction Grammar and grammaticalization theory. *Functions of language*, 14, 2, 2007.

OKAMOTO, S.; TNAKA, M.; TOMONAGA, M. Looking back: The representational mechanism” of joint attention in an infant chimpanzee (*Pan troglodytes*). *Japanese Psychological Research*, 46, 3, 236–245, 2004.

OLIVEIRA, Anna Karolina Miranda; CACCIAGUERRA, Vanessa. A gramaticalização do item *mesmo*: a mudança nas línguas românicas. *Anagrama – Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, São Paulo, 03, 1, 1-13, set-nov/2009.

OLIVEIRA, Anna Karolina Miranda. História social e mudança linguística: traçando conexões. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia. (org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. 1ª Ed. São Paulo: Paulistana, 2010.

_____. . “Antes de entrar no elevador, verifique se o 'mesmo' encontra-se parado neste andar.” - a mudança gramatical do item 'mesmo' no português paulista. Relatório de Pesquisa FAPESP, Projeto de Iniciação Científica. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.

_____. *Deslizamentos funcionais do item mesmo no português paulista: gramaticalização e normatividade*. In: VICENTE, Renata Barbosa; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; DEFENDI, Cristina Lopomo; RAUBER, André Luiz, SARTIN, Elisângela Baptista de Godoy; SANTOS, Elaine Cristina Silva (org.). *Mudança Gramatical do Português – Língua, Cognição e Cultura*. São Paulo: Publicações FFLCH-USP, 2011.

_____. *Habilidades metalinguísticas: reflexão sobre a língua em modalidade falada x modalidade escrita*. No prelo.

PAIXÃO, Vivian Borges & ALMEIDA, Erica Sousa de. *Editoriais*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Projeto PHPB | RJ, 2011.

PAULA, F. V.; CORREA, J. & SPINILLO, A. G. O conhecimento metalinguístico de crianças: o papel das aprendizagens implícitas e explícitas. In: Marian Ávila de Lima e Dias, Karina Okajima Fukumitsu e Aurélio Fabrício Torres Melo (orgs) *Temas contemporâneos em Psicologia do Desenvolvimento*. São Paulo: Vetor., 2012, v. 1, p. 161-196.

PENN, D. C.; POVINELLI, D. J. On the lack of evidence that non-human animals possess anything remotely resembling a 'theory of mind'. *Phil. Trans. R. Soc. B*, 362, 731-744, 2007.

PREMACK, D. ; WOODRUFF, G. Does the chimpanzee have a theory of mind? *Behav. Brain Sci.* 1, 515–526, 1978.

RAUBER, A. L. ; OLIVEIRA, A. K. M. ; DEFENDI, C. L. ; SANTOS, E. C. S. ; SARTIN, E. G. ; CIOCCHI, K. V. ; SPAZIANI, L. ; RIBEIRO, M. ; KUHLMANN, M. C. M. de A. ; BI, M. ; VICENTE, R. B. ; LIMA-HERNANDES, Maria Célia . Livro didático e ensino de gramática: para um estudo reflexivo das classes de palavras. *Polifonia (UFMT)*, 21, 27-42, 2010.

Revista Época. *Cartas de leitores*. 2001. Retirado de <http://www.olavodecarvalho.org/textos/cartasleitoresepoca.htm>

SALOMÃO, Maria Margarida. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

SEGUNDO, Paulo Roberto Gonçalves. *Editoriais da imprensa paulistana de bairro, séculos XX e XXI*. Corpus Projeto História do Português Paulista, vinculado ao Projeto História do Português Brasileiro.

_____. *Editoriais da imprensa paulistana de bairro, séculos XX e XXI*. Corpus Projeto História do Português Paulista, vinculado ao Projeto História do Português Brasileiro.

SERAFIM LEITE, S.I. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 3 vol., s.d. Corpus Internacional da Língua Portuguesa. Biblioteca Florestan Fernandes – FFLCH-USP; <<http://dedalus.usp.br:4500/aleph/por/usp/usp/dedalus/start>>.

SILVA, J.R.; LIMA-HERNANDES, M. C.; OLIVEIRA, M. R. De; DIAS, N. B. e CASSEB-GALVÃO, V.. *Projeto História do Português Brasileiro – O Adjetivo (no prelo)*.

SIMÕES, José da Silva e Verena Kewitz (Org.). *Cartas da Capitania de São Paulo Aldeamento de Índios - Século XVIII*. Projeto História do Português Brasileiro.

SIMÕES, José da Silva (Org.), Marcelo Módolo e Nanci Romero. *Cartas Paulistas da BNRJ. 2004-2006*. Projeto História do Português Brasileiro.

SCHUTZ, A. Foundations of a Theory of Intersubjective Understanding. In: *The phenomenology of the social world*. Evanston, IL.: Northwestern University Press, 1967.

TAYLOR, John R. *Cognitive grammar*. New York: Oxford University Press, 2002.

TERRA, Ernani & NICOLA, José de. *Português – de olho no mundo do trabalho*. Volume único. São Paulo: Scipione, 2009.

TOMASELLO, M. *The Cultural Origins of Human Cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

_____. *Origins of human communication*. Cambridge: MIT Press, 2008.

TOMASELLO, M.; HERRMANN, E. Ape and Human Cognition: What's the Difference?. *Psychological Science* 19, 1, 3-8, 2010. Reprints and permission:

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. (eds.) *Variation, Selection, Development- Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 219-250, 2008.

WHITEN, A. Evolving a theory of mind: the nature of non-verbal mentalism in other primates. In *Understanding other minds: perspectives from autism*, Baron-Cohen, S.; Tager-Flusberg, H. & Cohen, D. J (Eds). Nova York: Oxford University Press, 367-396, 1993.

ZAMPONI, Graziela. *Processos de referência: anáforas associativas e nominalizações*. Tese de Doutorado.. Campinas: IEL-UNICAMP, 2003.